





*A PARÓDIA* E A PERMANÊNCIA  
DO ZÉ POVINHO NA VIRADA DO  
SÉCULO XIX AO XX





## Conselho Editorial

Alvaro Santos Simões Junior (Universidade Estadual Paulista – Assis)

António Ventura (Universidade de Lisboa)

Beatriz Weigert (Universidade de Évora)

Carlos Alexandre Baumgarten (PUCRS)

Ernesto Rodrigues (CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Francisco Topa (Universidade do Porto)

Gilda Santos (Real Gabinete Português de Leitura)

Isabel Lousada (Universidade Nova de Lisboa)

Isabel Lustosa (Fundação Casa de Rui Barbosa)

João Relvão Caetano (Cátedra Infante Dom Henrique – CIDH)

José Eduardo Franco (CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Maria Aparecida Ribeiro (Universidade de Coimbra)

Maria Cristina Firmino Santos (Universidade de Évora)

Maria Eunice Moreira (PUCRS)

Tania Regina de Luca (UNESP)

Vania Pinheiro Chaves (CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Virgínia Camilotti (UNIMEP)

Francisco das Neves Alves

# *A PARÓDIA* E A PERMANÊNCIA DO ZÉ POVINHO NA VIRADA DO SÉCULO XIX AO XX



- 122 -



UIDB/00077/2020



Lisboa / Rio Grande  
2026

## Ficha Técnica

Título: *A Paródia* e a permanência do Zé Povinho na virada do século XIX ao XX

Autor: Francisco das Neves Alves

Coleção Documentos, 122

Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira

Capa: A PARÓDIA. Lisboa, 5 jan. 1907.

Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande, Fevereiro de 2026

ISBN – 978-65-5306-048-7

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de trezentos livros.

# ÍNDICE

*A Paródia*: um breve histórico / 9

O Zé Povinho nas páginas de *A Paródia* / 23



# *A PARÓDIA*: UM BREVE HISTÓRICO

O periodismo satírico-humorístico voltado à difusão da arte caricatural caiu no gosto dos portugueses, mormente durante as últimas décadas do século XIX. Em meio a tal imprensa caricata, um dos artistas de maior destaque foi Rafael Bordalo Pinheiro, que trabalhou e editou diversos títulos publicados no contexto luso, tendo ainda atuado na mesma área no território brasileiro. Dentre os periódicos publicados por Pinheiro, um dos mais relevantes foi o *Antônio Maria*, que circulou entre junho de 1879 e dezembro 1889, tendo a sua denominação trocada para *Pontos nos ii*, de maio de 1885 a fevereiro de 1891<sup>1</sup>. Seu papel no meio caricatural lusitano foi notório, uma vez que sua expressão artística exerceu indelével influência em meio a outros congêneres, ainda mais no que tange à criação do personagem Zé Povinho, que se tornou verdadeira representação do povo e da nação portuguesa, o qual foi reproduzido em larguíssima escala, não só em Portugal, como também no Brasil<sup>2</sup>.

Em sua obra jornalística, Bordalo Pinheiro orquestrou o grotesco, o cômico, a sátira e a ironia em uma harmonia que destruía os elementos

---

<sup>1</sup> RAFAEL, Gina Guedes & SANTOS, Manuela. *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001. v. 1. p. 59; e 2002. v. 2. p. 179.

<sup>2</sup> A respeito de Rafael Bordalo Pinheiro, observar: BRITO, J. J. Gomes de. *Rafael Bordalo Pinheiro*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1920.; NEVES, Álvaro. *Rafael Bordalo Pinheiro – achegas para a sua biografia artística*. Lisboa: Tip. da Empresa *Diário de Notícias*, 1922.; FERRÃO, Julieta. *Rafael Bordalo Pinheiro e a crítica*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924.; LIMA, Sebastião de Magalhães. *Rafael Bordalo Pinheiro: moralizador político e social*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925.; FERRÃO, Julieta. *Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1945)*. Lisboa: Editora Litoral, 1946.; FRANÇA, José-Augusto. *O essencial sobre Rafael Bordalo Pinheiro*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.; e MASCARENHAS, João Mário. *Rafael Bordalo Pinheiro: o cidadão e o artista: cronologia do inventor do humor português*. Lisboa: Câmara Municipal, 2005.

agressivos da denúncia, para apresentá-los como verdades irrefutáveis por meio do riso, carregando um enfoque inteligente e uma opinião profunda<sup>3</sup>. Nesse sentido, foi um cômico incomparável, agindo na condição de um descobridor e orquestrador de motivos risíveis, optando pela pilhéria, pela chalaça, pela troça ou pela galhofa, sendo mais zombeteiro do que zombador, mais divertido do que indignado e mais brincalhão do que impertinente<sup>4</sup>. Durante sua jornada, ele não teve respeito pelos bonzos consagrados e venerados que o *establishment* consagrou como *idola fori* intocáveis<sup>5</sup>. Sob o olhar do caricaturista, Portugal atravessou várias crises e viveu diversas peripécias de uma tragicomédia que divertiu gostosamente ou generosamente indignou o crítico<sup>6</sup> e, por meio de sua arte, Rafael acompanhou pari passu cada um desses momentos.

O último projeto editorial realizado por Rafael Bordalo Pinheiro foi a revista satírico, humorística e ilustrada *A Paródia*, publicada em Lisboa, entre janeiro de 1900 e junho de 1907, sem que o próprio Bordalo conseguisse acompanhar toda essa caminhada, pois, com seu falecimento em 1905, a edição foi continuada por seu filho, Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro. À época de *A Paródia*, seu editor passava a expressar o testemunho do próprio

---

<sup>3</sup> SOUSA, Osvaldo de. *A caricatura política em Portugal*. Lisboa: Salão Nacional de Caricatura, 1991. p. 31.

<sup>4</sup> PINTO, Manoel de Sousa. Bordallo e a caricatura. In: *Raphael Bordallo Pinheiro*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1915. p. xxi.

<sup>5</sup> MEDINA, João. *Caricatura em Portugal: Rafael Bordalo Pinheiro – pai do Zé Povinho*. Lisboa: Edições Colibri, 2008. p. 42.

<sup>6</sup> FRANÇA, José-Augusto. *Rafael Bordalo Pinheiro: caricaturista político*. Lisboa: Terra Livre, 1976. p. 15.

envelhecimento do seu mundo e da sua cidade, aparecendo outra Lisboa, que ele desenhava com desencanto e vendo surgir outras comparsas com gulas novas a repetirem as antigas, de sempre, e que ele já conhecia ou distinguia mal, com menos paciência para os aturar ou desprezar<sup>7</sup>. Ainda assim, como na época do *Antônio Maria*, naquela virada do século XIX ao XX, Pinheiro continuava a registrar com maestria não só os acontecimentos da vida política, mas também o dia a dia lisboeta, com as suas pequenas histórias e fatos, bem como os acontecimentos culturais<sup>8</sup>.

Iniciada na fase final da Monarquia portuguesa, quando a crise do regime se aprofundava ainda mais, caracterizada por problemas políticos e econômicos, situações conflituosas e soluções autoritárias, *A Paródia* retratou uma sociedade que se debatia com sérios problemas, como a instabilidade interna, condenações internacionais, contratos considerados ignominiosos, manutenção e agravamento da corrupção eleitoral e a continuidade dos escândalos, em uma conjuntura perante a qual Rafael procurou realçar o humor das situações, ou, como ele mesmo afirmava, pondo “a caricatura ao serviço da grande tristeza pública”. Ao abordar a vida política nacional e o quotidiano lisbonense, o caricaturista manteve a preferência por determinados temas, como as campanhas eleitorais, o parlamento e os partidos da rotação, os escândalos vinculados às figuras mais proeminentes do cenário político nacional, a vida

---

<sup>7</sup> FRANÇA, José-Augusto. *Rafael Bordalo Pinheiro: o português tal e qual*. 3.ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2007. p. 290.

<sup>8</sup> PROENÇA, Maria Cândida & MANIQUE, António Pedro (orgs.). *O Antônio Maria, a Paródia, Rafael Bordalo Pinheiro*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990. p. 9.

cultural do país, a questão colonial e a cobiça internacional pelas colônias lusas, além de um olhar particular sobre o movimento republicano<sup>9</sup>.

Na apresentação do periódico, Rafael e Manuel Gustavo assinavam o editorial que anunciava *A Paródia* ao público, trazendo como ênfase uma comparação em relação aos tempos do *Antônio Maria*, explicando que se tratava de uma nova época:

Os portugueses são essencialmente conservadores. Por muito que esta opinião possa surpreender o nosso colega Magalhães Lima, não é menos certo que se nós mudamos com frequência de fato, nos recusamos obstinadamente a mudar de ideias, o que faz com que em Portugal a fortuna sorria mais aos alfaiates como o Sr. Amieiro do que aos evangelistas como o Sr. Teófilo Braga.

Se somos inquestionavelmente um país de janotas, estamos longe de ser um país de reformadores.

Assim, o nosso primeiro embaraço ao empreender esta publicação é familiarizar-se o público com a ideia de que já não se chama *Antônio Maria* o jornal que tem agora na mão, porque o público, conservador e rotineiro, queria ver perpetuado no tempo e na galhofa, aquele título que ficou pertencendo a uma época que desapareceu e que por isso fez o seu tempo.

Por que – o que era o *Antônio Maria*?

O *Antônio Maria*, meus senhores, foi a Regeneração, o Fontes e a sua Água Circassiana, o Ávila e o seu *cachenês*, o Sampaio e os seus panfletos, o Arrobas e os seus editais, o Passeio Público e o lirismo do Sr. Florêncio Ferreira, a Sra. Emília das Neves, a “Judia” e os Recreios Whitoyne, mundo findo, mundo morto, de sombras, espectros, múmias, onde só poderíamos estar à vontade sob a condição de termos desaparecido com ele, o que não é evidentemente um fato.

---

<sup>9</sup> PROENÇA & MANIQUE. 1990. p. 13.

Ficarmos dentro do *Antônio Maria* seria ficar dentro de um museu, na situação de um velho guarda mostrando à curiosidade do seu tempo os despojos de uma época passada.

*A Paródia* é outra coisa, como o tempo é outro.

O *Antônio Maria* foi um homem. Quando muito, foi uma família.

*A Paródia* – dizemo-lo sem receio de ser imodestos – somos nós todos.

*A Paródia* é a caricatura ao serviço da grande tristeza pública. é a Dança da Bica no cemitério dos Prazeres.<sup>10</sup>

Por meio de novas estratégias de venda e técnicas de expressão da arte caricatural, como foi o caso do uso da cor na impressão, além de colaboradores bem conceituados junto ao público, *A Paródia* alcançou considerável sucesso<sup>11</sup>. Além disso, o próprio nome de Rafael Bordalo Pinheiro seria suficiente para aliciar o público, tendo em vista a relevância de sua obra, a qual promoveu, pelo prisma caricatural, a compreensão de seu tempo, ainda mais por se tratar de um cronista sem rival em termos de suas reflexões gráficas. Nessa linha, a produção caricatural de Bordalo forneceu um sistema de sinais e uma estrutura retórica que constituem elementos preciosos para o entendimento da vida política, social e cultural da transição dos Oitocentos aos Novecentos em terras portuguesas<sup>12</sup>. Com *A Paródia*, Pinheiro exprimia a percepção de quem, após três décadas de publicação de semanários, se habituou a conhecer os interesses, as predileções e as novas tendências da sua camada leitora, buscando captar tal

---

<sup>10</sup> A PARÓDIA. Lisboa, 17 jan. 1900.

<sup>11</sup> MATOS, Álvaro Costa de. *A Paródia* – ficha histórica. Lisboa: Hemeroteca Municipal de Lisboa, 2013. p. 2-4.

<sup>12</sup> PROENÇA & MANIQUE. 1990. p. 14.

experiência para o novo periódico<sup>13</sup>. Ainda que refletisse uma conjuntura diferenciada, o fio condutor de *A Paródia* não deixou de lado uma das bases editoriais da imprensa satírico-humorística e caricatural, vinculada à crítica política, um dos carros-chefes da produção artística de Bordalo Pinheiro, seguida por seu filho, Manuel Gustavo<sup>14</sup>. Já em sua capa do número inaugural isso ficava demarcado com a presença de uma enorme leitoa, identificando “a política” como “a grande porca”, que amamentava os atores políticos e homens públicos, representados por pequenos leitões, em clara alusão à corrupção e malversação das verbas públicas<sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> LOPES, Maria Virgílio Cambraia. *O teatro n' A Paródia de Rafael Bordalo Pinheiro*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2005. p. 34.

<sup>14</sup> Contextualização realizada a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *Ensaios históricos acerca da imprensa periódica portuguesa ao final do século XIX*. Lisboa; Rio Grande; CLEPUL; Biblioteca Rio-Grandense, 2024. p. 271-276.

<sup>15</sup> A PARÓDIA. Lisboa, 17 jan. 1900.

N.º 1 — LISBOA 17 DE JANEIRO

I  
ANNO  
1900

# A PARODIA

<p><b>Preço da assinatura</b></p> <p>(PAGAMENTO AVANÇADO)</p> <p>Lisboa e provincias, semo de 24 números ..... 500 réis</p> <p>• 52 ..... 1000 »</p> <p>Africa e Estrangeito, accresco o porto de correio.</p> <p>Administrador — GONZAGA GOMES</p> <p>Administração — Rua da Barroca, 115, 1.º</p>	<p><b>Publica-se ás quartas-feiras</b></p> <p>CARICATURAS DE RAPHAEL BORDALLO PINHEIRO</p> <p>E</p> <p>M. GUSTAVO BORDALLO PINHEIRO</p>	<p>EDITOR — CARDDO CHAVES</p> <p>Typographia e lithographia da Companhia Nacional</p> <p>Editora, largo do Cande Barão n.º 50.</p> <p>Preço avulso 20 réis</p>
---	---	--



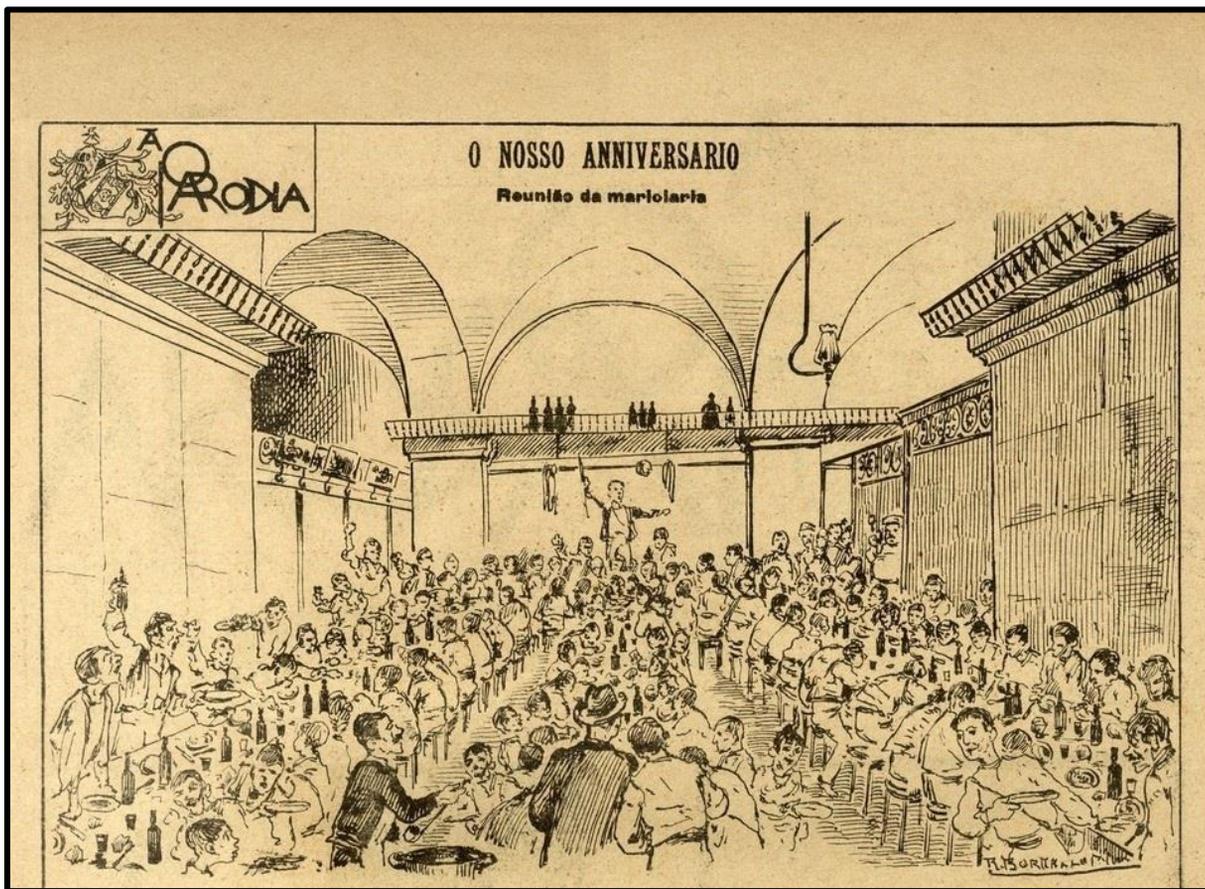
I—A Politica: a Grande Porca

Ao completar seu primeiro ano de circulação, *A Paródia* explicitava os progressos técnicos que vinha mantendo ou adquirindo, como a inserção crescente de páginas coloridas, bem como a regularidade de sua distribuição, apontando a “rigorosa pontualidade”, com a qual chegava ao público. Demarcava que continuava a apresentar “pilhas de graça”, por preço módico, tendo feito para isso “os maiores sacrifícios e as maiores sensaborias”. Garantia que o seu programa mantinha-se o mesmo, pois não mudara “de ideias, nem de convicções”<sup>16</sup>. Já na edição alusiva ao seu primeiro aniversário, o periódico buscava expressar a sua relevância em meio à sociedade lusa sem medir suposto exagero, argumentando que “decididamente a opinião pública está conosco” e “do nosso lado”, sendo isso “um fato intestável e incontestado – e se alguém há que a tal respeito tenha dúvida, nós damos o dito por não dito e acabou-se a história”. Nessa ocasião, tratou com certa jocosidade o seu impacto, em gravura que representava uma estupenda reunião de seus apoiadores, além de outra gravura que mostrava o jornaleiro distribuindo seus exemplares em meio às ruas lisbonenses<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> A PARÓDIA. Lisboa, 26 dez. 1900.

<sup>17</sup> A PARÓDIA. Lisboa, 23 jan. 1901.





A chegada ao seu centésimo número foi também ocasião para que a redação relatasse detalhes da confecção do periódico. Nesse sentido, dizia que, “dadas as circunstâncias em que este jornal é feito, podemos dizer que cada um dos seus números nos custa, pelo menos, um ano de vida”. A esse respeito, afirmava que “os assinantes e leitores não sabem, não avaliam, não suspeitam sequer, quantos trabalhos, quantas arrelias, quantas mágoas nos custa este amargo prazer de os divertir uma vez por semana”. Reforçava a perspectiva de sua índole era a “de ter muita graça”, tendo sido fundada e “vivido numa terra em que a própria graça é, por uma dessas cruéis ironias do destino, um dos bairros mais tristes da cidade”. Nesse quadro, destacava que “a vida da capital, de que nós temos pretendido ser o eco galhofeiro e o comentário alegre, é toda feita de contradições pungentes e de cruéis ironias”, de modo que, diante de tal circunstância, surgiria “a dificuldade máxima de obter efeitos naturais de pilhéria e de bom humor do simples exame das coisas e dos indivíduos, porque nem as coisas são o que são, nem os indivíduos são o que parecem”. Apesar de tais dificuldades, se propunha a manter a perspectiva de fazer graça. Nesse sentido, o próprio Bordalo Pinheiro aparecia nessa edição especial de número 100, voltando a brincar a função de trabalhar com a graça<sup>18</sup>. E em tal empreitada de fazer graça, sem deixar de apresentar a perspectiva crítica, um recurso imagético recorrente foi a figura do Zé Povinho.

---

<sup>18</sup> A PARÓDIA. Lisboa, 11 dez. 1901.

A PARÓDIA E A PERMANÊNCIA DO ZÉ POVINHO NA VIRADA DO SÉCULO XIX AO XX

**A** **PARÓDIA**

N.º 100 - LISBOA, 11 DE DEZEMBRO

2 ANNO 1901

**PREÇO DA ASSIGNATURA**  
(PAGAMENTO ADIANTADO)  
Lisboa, provincias e Africa serie de 10 numeros... 500 r.  
Cobrança pelo correio extra... 100 r.  
Estrangeiro, acresc. o porte do correio.

**Publica-se ás quartas-feiras**  
PROPRIETARIOS:  
**RAPHAEL BORDALLO PINHEIRO**  
e  
**M. GUSTAVO BORDALLO PINHEIRO**  
Redacção - RUA DO GREGIO LUZITANO, 66, 1.º

ADMINISTRADOR - GONZAGA GOMES  
Administração - R. DO GREGIO LUZITANO, 66, 1.º  
Composição: Minerva Peninsular,  
111, Rua da Alameda, 113  
Impressão: Lythographia Artistica,  
Rua do Almada, 32 e 34  
EDITOR - CARLOS CHAVES

Um mez depois de publicado 40 réis

U.F.F!

(O nosso centesimo numero)



Numero cem! Inda bem,  
Porque é difficil, em summa,  
Com estes tempos que vêm,  
Chegar ao numero cem...  
Assim... sem graça nenhuma!

393



O ZÉ POVINHO NAS PÁGINAS DE A  
*PARÓDIA*

O Zé Povinho surgiu a partir da inspiração de Rafael Bordalo Pinheiro, um dos mais importantes artistas de Portugal, cuja obra influenciou a arte caricatural não só em seu país, mas igualmente no Brasil, lugar no qual ele também exerceu sua profissão<sup>19</sup>. Em 1875, a artista luso desenhou “um personagem com aspecto saloio, a ser ludibriado pelos políticos”, nascendo em tal ano “o principal herói da caricatura portuguesa, um ícone que marcará toda a existência satírica” lusa<sup>20</sup>. O caricaturista português, “como obra prima e companheiro de sua saga crítica”, promoveu a criação da “síntese do povo português, o homem desconfiado, mas ingênuo, o revoltado, mas indiferente, o alegre, mas saudoso – o Zé Povinho”<sup>21</sup>. Nesse sentido, o Zé surge como um indivíduo “espertalhão, rebelde, mas resignado, apático muitas vezes, quase

---

<sup>19</sup> Sobre Rafael Bordalo Pinheiro, o criador do Zé Povo, além das referências citadas, ver também: PINTO, Manoel de Sousa. Bordallo e a caricatura. In: *Raphael Bordallo Pinheiro*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1915. p. VII-LXXXVII.; BRITO, J. J. Gomes de. *Rafael Bordalo Pinheiro*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1920.; NEVES, Álvaro. *Rafael Bordalo Pinheiro – achegas para a sua biografia artística*. Lisboa: Tip. da Empresa *Diário de Notícias*, 1922.; FERRÃO, Julieta. *Rafael Bordalo Pinheiro e a crítica*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924.; LIMA, Sebastião de Magalhães. *Rafael Bordalo Pinheiro: moralizador político e social*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925.; FERRÃO, Julieta. *Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1945)*. Lisboa: Editora Litoral, 1946.; FRANÇA, José-Augusto. *O essencial sobre Rafael Bordalo Pinheiro*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.; PROENÇA, Maria Cândida & MANIQUE, Antônio Pedro (orgs.). *O Antônio Maria, a Paródia, Rafael Bordalo Pinheiro*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990.; e MASCARENHAS, João Mário. *Rafael Bordalo Pinheiro: o cidadão e o artista: cronologia do inventor do humor português*. Lisboa: Câmara Municipal, 2005.

<sup>20</sup> SOUSA, Osvaldo Macedo de. *História da arte da caricatura de imprensa em Portugal – na monarquia (1847-1910)*. Lisboa: Humorgrafe; S.E.C.S, 1998. v. 1. p. 172.

<sup>21</sup> SOUSA, Osvaldo de. *A caricatura política em Portugal*. Lisboa: Salão Nacional de Caricatura, 1991. p. 35.

covarde”, tornando-se “a vítima ideal dos malefícios dos políticos, mas também crítico mordaz, capaz de perceber, denunciar e de dar a volta a situações”<sup>22</sup>.

Esse Zé, além de aparecer “como *ser imaginário*”, não deixa de ser “por isso menos real e realista, no qual se pode descortinar, para além da sua especial função satírica ou lúdica, um intuito evidentemente bem conseguido de personificar tradicionalmente” o povo<sup>23</sup>. Ele constitui “uma sinopse da própria mentalidade do povo que o engendrou e nele, através de um (duplo) diminutivo tão revelador, se tornou” um “símbolo totêmico”, como um “rosto bronco de um pascácio rural” e um “campônio mal vestido, de barba rala, colete e chapéu preto braguês, de rústico, calças de fazenda ruim, mãos nos bolsos, riso alvar, espécie de resignado Sancho Pança sem D. Quixote”<sup>24</sup>. Como uma “figura cultural e psíquica coletiva”, o Zé Povo torna-se “mito e imaginário”, mexendo com “imaginação e afetividade”, vindo a constituir “modelo nacional e figura historicamente situada”, além de “tradução profunda de sonhos, obsessões, anseios, tropismos, fobias, medos, aspirações, paixões, rotinas”, entre outros. Ele aparece como “homem crédulo e incrédulo, submisso e revoltado, humilde e orgulhoso, abúlico e voluntarioso, indiferente e compassivo, egoísta e duvidoso,

---

<sup>22</sup> PIMENTEL, Rui. *O Zé Povinho e outras caricaturas*. Lisboa: Câmara Municipal, 2004. p. 5.

<sup>23</sup> MEDINA, João de. O Zé Povinho, caricatura do “homo lusitanus”: estudo de história das mentalidades. In: *Estudos em homenagem a Jorge Borges de Macedo*. Lisboa: INIC, 1992. p. 448.

<sup>24</sup> MEDINA, João. No 130º aniversário do Zé Povinho: Rafael Bordalo Pinheiro e o Zé Povinho, autocaricatura do português. In: *Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*. Lisboa, n. 4, 2005, p. 355.

azedo e bonacheirão”, vindo a operar “diversas coincidências de opostos que nem sempre têm a sua realização dialética”<sup>25</sup>.

Tal figura constituiu um “símbolo popular, meio rústico meio urbano”, assim como uma “vítima da sociedade constituída tanto como objeto demagógico dela própria e sua possibilidade”<sup>26</sup>. O Zé Povo é “menos uma projeção do que um reflexo”, de modo que, “menos do que encarnar desejos ou necessidades, ele reflete os acidentes do dia a dia”, referindo-se “ao experimentado” e “a uma *práxis* sofrida”. O personagem tornou-se “símbolo da submissão e da paciência” e “também de uma proteção confortável” para suportar “as cangalhas numerosas” que lhes são impostas<sup>27</sup>. Transpassado de Portugal para o Brasil, o Zé Povinho transformou-se “num emblema de um povo e do seu modo de estar, sentir e ser”, desprovido “de espírito crítico”, bem como “indolente, ignaro, suportando com paciência inerte todos os desmandos”, daqueles que detinham o poder. Ele aparece “como um simplório passivo que segue, entre divertido e irritado”, o cenário político nacional. A criação de Bordalo Pinheiro expandiu-se, “com espantosa celeridade” e “o boneco pegou na caricatura”, com a aceitação dentre os caricaturistas de sua “função estereotípica do emblema como símbolo” popular, “sem que para tal fosse

---

<sup>25</sup> MEDINA, 1992. p. 449-450.

<sup>26</sup> FRANÇA, José-Augusto. *Rafael Bordalo Pinheiro: caricaturista político*. Lisboa: Terra Livre, 1976. p. 21.

<sup>27</sup> FRANÇA, José-Augusto. *Rafael Bordalo Pinheiro: o português tal e qual*. 3.ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2007. p. 282-283.

preciso uma mínima explicação didática, chegando a constituir um “protótipo nacional”<sup>28</sup>.

O próprio Bordalo Pinheiro, em seu *Álbum das glórias*, edição que apresentou vários personagens da vida pública ao final do século XIX, colocando entre eles a imagem do próprio Zé Povinho, identificado ironicamente como “o soberano”, o qual foi, em tal publicação, assim definido por *João Ribaixo* – pseudônimo do escritor português José Duarte Ramalho Ortigão –:

Brinca brincando esta criança tem hoje perto de cinquenta anos de idade!  
Não consta que jamais as graças da infância se houvessem conservado  
por tão longo tempo num homem como fenomenalmente se conservam no  
sujeito que hoje biografamos.

Nele concorrem em feliz conjunto todas as partes que nos enlevam e  
encantam no *bom menino*: – Casta inocência, temor de Deus, obediência a  
seus mestres, humildade, nariz por assoar, dor de barriga às segundas-feiras, e  
santíssima ignorância.

Aos carinhosos desvelos de sua extremosa mãe, a Carta, e de seu  
galhofeiro pai, o Parlamentarismo, se deve o estado miraculoso de  
infantilidade que tão vantajosamente recomenda este vulto à simpatia e ao  
espanto de todo o mundo.

Eis em resumo a instrutiva história de portento tão admirável e  
prodigioso:

Zé Povinho começava apenas a ter-se nas pernas, cambadas pelos  
esforços feitos para se pôr em pé antes de tempo, quando os poderes seus pais,

---

<sup>28</sup> MEDINA, João. *Caricatura em Portugal: Rafael Bordalo Pinheiro – pai do Zé Povinho*. Lisboa: Edições Colibri, 2008. p. 48 e 86.

pondo-o à porta das instituições na franca direção do olho da rua, lhe fizeram este memorável discurso:

“Zezinho, vai passear.

Nós teus pais, depois de havermos cogitado com diurna e noturna aplicação sobre o que mais convém à tua felicidade, resolvemos de comum acordo que o melhor dote que se te podia dar era a liberdade, pois que a liberdade é, como bem dizem os filósofos, o maior dos bens, superior ao próprio ouro.

Sê pois livre, e capacita-te de que vais muito mais bem convidado com a licença que para isso te conferimos do que com três ou quatro pintos que te metêssemos no bolso!

Escola não a tens, porque te poderia fazer mal o puxar muito pela cabeça nos estudos, e lá diz o ditado que antes burro vivo, como tu estás, do que doutor morto, como tão frequentemente se tem visto.

Tenhas tu a graça de Deus Nosso Senhor, que é o que se pretende! e essa divina graça, lá está o reverendo pároco da tua freguesia, encarregado de te dar, se lhe pagares a cômputo e te chegares a ele pelas festas com o competente foliar, ou seja, em bebida engarrafada, em lombo animal suíno, em pão de ló coberto, ou em outro qualquer mimo comestível e de estimação.

Para manter o teu direito e defender a tua justiça encontrarás também os tribunais competentes, com advogados idôneos para discursarem a teu respeito pela gratificação de seis moedas, vestindo-se a túnica alva e luminosa da inocência ou amarrando-te à perna a grilheta do forçado, segundo sejas tu que dês as seis moedas, ou seja a parte contrária que as dê.

Para guardar tua pessoa e bens, concedemos-te o exército, a armada e a polícia civil.

Por meio do exército terás uma ou duas paradas por ano, se o tempo permitir essa recreação honesta sem perigo de se deteriorarem com a chuva ou ventres dos majores.

Por meio da armada terás as salvas reais por ocasião dos aniversários patrióticos, e tiros no Tejo de quarto em quarto de hora sempre que morra príncipe, para o fim de lembrar aos viventes que não foi esse mesmo príncipe que em vida inventou a pólvora que se lhe consagra em morto.

Por meio da polícia, enfim, te será mantido o direito sagrado de receber como um dom dos céus toda a bordoadada que te apliquem e que ninguém mais ousará retirar-te do corpo, levando-se a delicadeza contigo nestas questões até o ponto de não somente se te não exigir que retribuas com o menor tabefe todas as tundas que te deem, mas até de se sepultarem no fundo de uma masmorra caso insistas indelicadamente em qualquer ideia de troco a dar aos cascudos com que liberal e desinteressadamente te mimoseiem.

Enquanto ao governo incumbido de assegurar a manutenção e a persistência de toda esta caranguejola tão engenhosamente concebida para tua satisfação e recreio, serás tu mesmo que por tua mão o elegerás, metendo escrito num papel o nome daquele que destinares para poder executivo dentro de uma caixa, que para esse fim tomará por vinte e quatro horas a designação de *urna* a fim de que tu possas dizer que *vais à urna*; pois se dissesses que *ias à caixa*, o ato eleitoral perderia de sua gravidade e tornar-se-ia jocoso em demasia. Para o fim de te dar o papel com o nome do sujeito que hás de meter à urna e que nós nos encarregamos de te confeccionar, lá está um funcionário especial intitulado o Regedor.

Para continuares a gozar o sumo bem da liberdade que te outorgamos, tu não tens que ter senão o pequeno incômodo de pagar tudo o que isto custa, e de dar os vivas do estilo, sempre que a ocasião se ofereça, ao príncipe, à real família e às instituições que vigem à tua custa.

Finalmente sempre que precisares do que quer que seja, trata de o ganhar, porque ninguém te dá nada. Adeus, Zezinho! vai-te com Nossa Senhora.”

Crescido, Zé Povinho correspondeu perfeitamente às esperanças que nele se depositaram os solícitos poderes do reino. Como desenvolvimentos de cabeça a ele está pouco mais ou menos como se o tivessem desmamado ontem.

De músculos, porém, de epiderme e de coiro, engrossou, endureceu e calejou como se quer, e, cumprindo com brio a missão, que lhe cabe, ele paga e sua satisfatoriamente.

De resto, dorme, reza e dá os vivas que são precisos.

Um dia virá talvez em que ele mude de figura e mude também de nome para, em vez de se chamar *Zé Povinho*, se chamar simplesmente *Povo*. Mas muitos impostos novos, novos empréstimos, novos tratados e novos discursos

correrão na ampulheta constitucional do tempo antes que chegue esse dia tempestuoso.

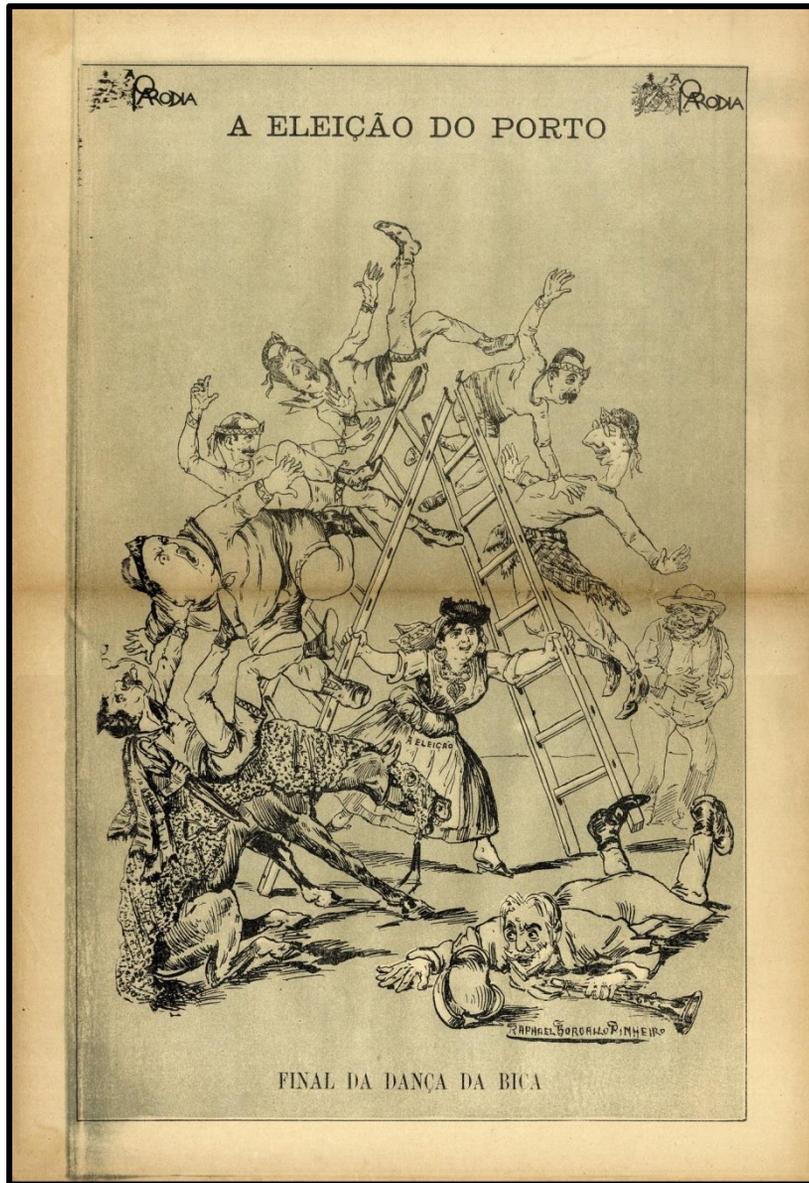
Por tudo pois, ao resumirmos nestes leves traços, a interessante história do Zé Povinho, o nosso parabém cordial a seus sábios e carinhosos pais os Públicos Poderes<sup>29</sup>.

---

<sup>29</sup> PINHEIRO, Rafael Bordalo. *Álbum das glórias*, v. 1, n. 32, set. 1882. Contextualização realizada a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *Presenças do Zé Povinho nas páginas dos periódicos Pontos nos ii e Antônio Maria (1890-1894)*. Lisboa; Rio Grande; CLEPUL; Biblioteca Rio-Grandense, 2024. p. 16-22.



A presença do Zé Povinho permaneceu com certa recorrência no último projeto da autoria de Bordalo Pinheiro na expressão da arte caricatural por meio da imprensa, representado por *A Paródia*. Lá estava ele para permanecer representando o povo português em todas as agruras sofridas pela nação lusa, cujo olhar crítico do caricaturista intentava escancarar para o público leitor. Suas comparências ficaram mais evidenciadas na prática da crítica política, notadamente nas abordagens de combate às autoridades públicas naquela já cambaleante monarquia portuguesa; não deixando de também estar presente na execução na crítica social, mormente nas denúncias quanto às precariedades das vivências da população lusitana e aparecendo ainda na crítica de costumes, como no caso de desvelar aquilo que considerava como mazelas no seio da sociedade lusa. Este estudo busca estabelecer um levantamento documental acerca das inserções da figura do Zé Povinho nas páginas de *A Paródia*, realizado por meio de breves fichas de leitura.



Os políticos portugueses se viam em apertado lance diante de um processo eleitoral, uma vez que a eleição, representada por uma figura feminina em trajes típicos portugueses, que desequilibrava a escada pela qual aqueles pretendiam realizar sua ascensão política, ao passo que o Zé Povinho assistia à cena, rindo da situação daqueles.

A PARÓDIA. Lisboa, 28 fev. 1900.



A situação portuguesa em seu território colonial na África e a desigual concorrência por parte das potências imperialistas surgiram em caricatura na qual uma disputa em tais terras foi levada ao Tribunal de Berna e, diante do prenúncio da derrota dos interesses lusos, o árbitro era identificado com o nome do personagem helvético, Guilherme Tell, o qual aparecia como um enorme e assustador urso, diante de um Zé Povo apavorado, em alusão à traição quanto à causa lusitana.

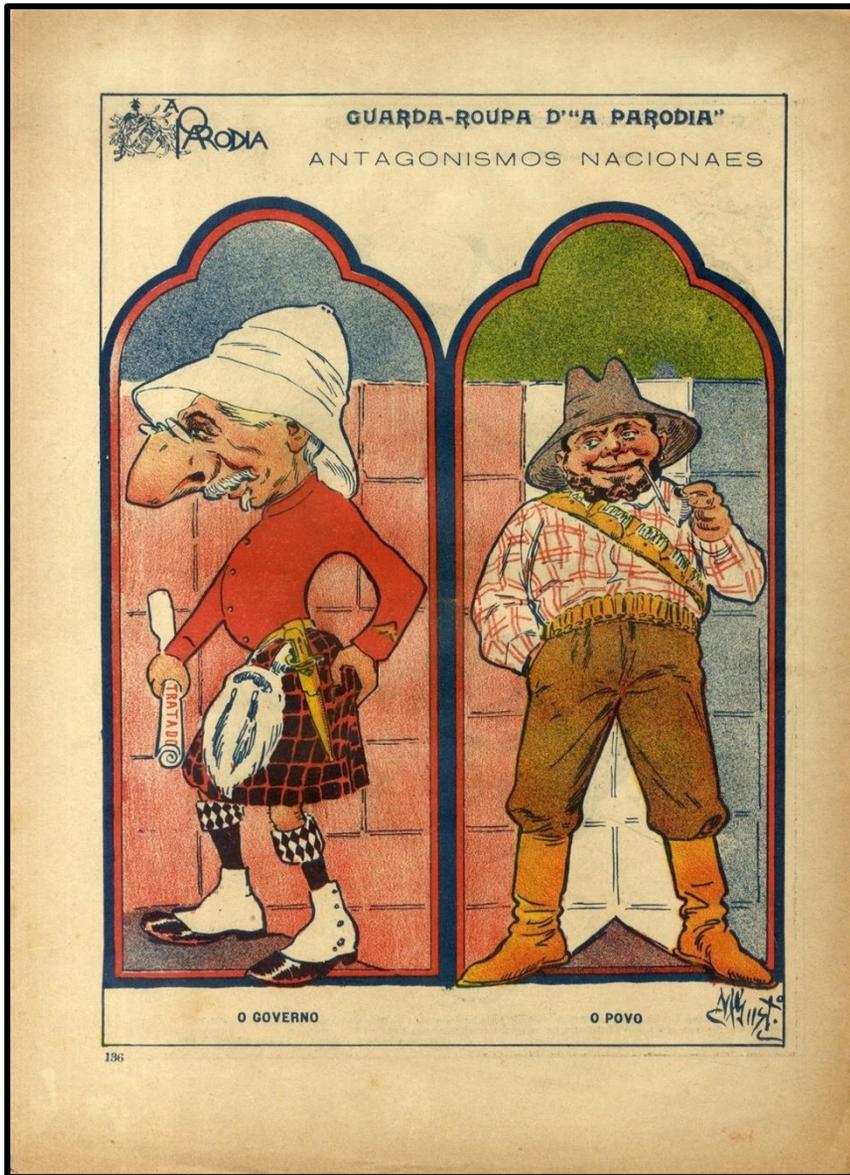
A PARÓDIA. Lisboa, 4 abr. 1900.



Levando em conta o mesmo tema da caricatura anterior, a derrota portuguesa no Tribunal de Berna, cuja sentença se referia ao pagamento de uma indenização, uma nova gravura revelava que o preço da questão jurídica em pauta acabaria recaindo na conta do Zé Povinho, que aparecia já bastante estropiado, tendo em vista a enorme quantidade de taxas, tributos e impostos que recaíam sobre ele.

A PARÓDIA. Lisboa, 11 abr. 1900.





Mais uma vez levando em conta as disputas territoriais na África, que ameaçavam as possessões portuguesas, o periódico buscava demonstrar por meio das vestes, a postura do governo diante do imperialismo britânico, sem opor-se ao mesmo, ao passo que o Zé Povo trazia uma indumentária que fazia alusão aos agentes colonizadores lusos no continente africano, ou seja, agindo em defesa do território colonial. A PARÓDIA. Lisboa, 9 maio 1900.











Carregando nas cores da ironia, o caricaturista mostrava o Zé Povinho em conversa com um político, insistindo que o mesmo deveria esforçar-se mais para deixar de ser magro, quando, em verdade, era o representante da população lusa quem tinha dificuldades para promover a sua alimentação.

A PARÓDIA. Lisboa, 16 maio 1900.



Uma suposta exclusividade da primazia de Portugal na observação de um eclipse, o Zé Povo conversava sobre um pequeno momento de melhor sorte que teria a população portuguesa, o que acabou por não se confirmar, já que a eclipse acabara por não ser total e apenas parcial.

A PARÓDIA. Lisboa, 30 maio 1900.

A **PARÓDIA**

N.º 21 — LISBOA 6 DE JUNHO

I ANNO 1900

<p><b>PREÇO DA ASSIGNATURA</b> (PAGAMENTO ADIANTADO)</p> <p>11 nos e provincias, serie de 10 numeros..... 12000 r</p> <p>12000 r</p> <p>Cobrança pelo correio extra..... 1000 r</p> <p>Africa e Sautegem, successo a parte do correio.</p> <p>Vende-se em Paris no kiosque, 10, boulevard des Capucines (GILANO CAPEL).</p> <p>EDITOR — CARLOS CHAVES</p>	<p><b>Publica-se ás quartas-feiras</b></p> <p>CARICATURAS DE RAPHAEL BORDALLO PINHEIRO</p> <p>II</p> <p>M. GUSTAVO BORDALLO PINHEIRO</p>	<p>Administrador — GONZAGA GOMES</p> <p>Administracao — RUA DA BARROCA, 115, 1.º</p> <p>Composicao — M.º PONTES, 115, R. da Alameda, 113</p> <p>Impressão — Lithographia da Comp. Nacional Editora, Largo do Conde Barde, 50</p> <p><b>Preço avulso 20 réis</b></p> <p>Um miz depois de publicado 40 réis.</p>
---	--	--

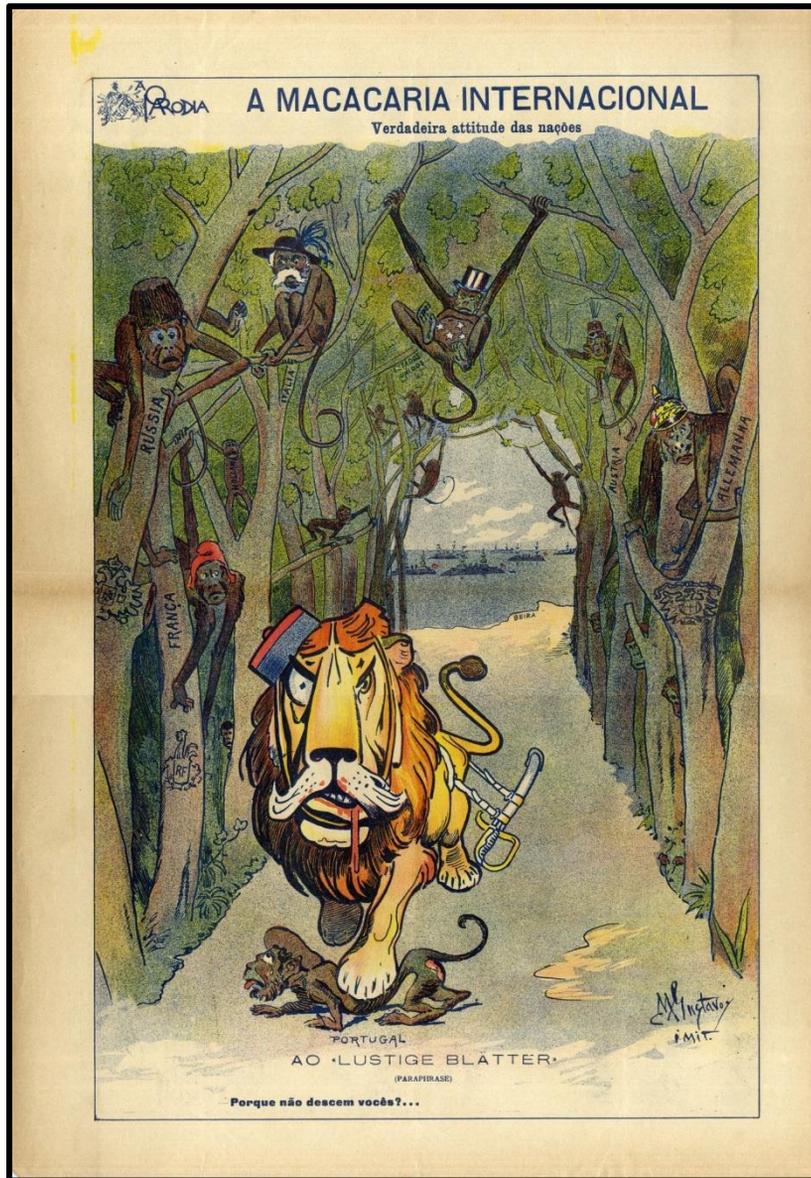
**OS VIDROS FUMADOS DA POLITICA**

AFINAL BORROU O NARIZ!

161

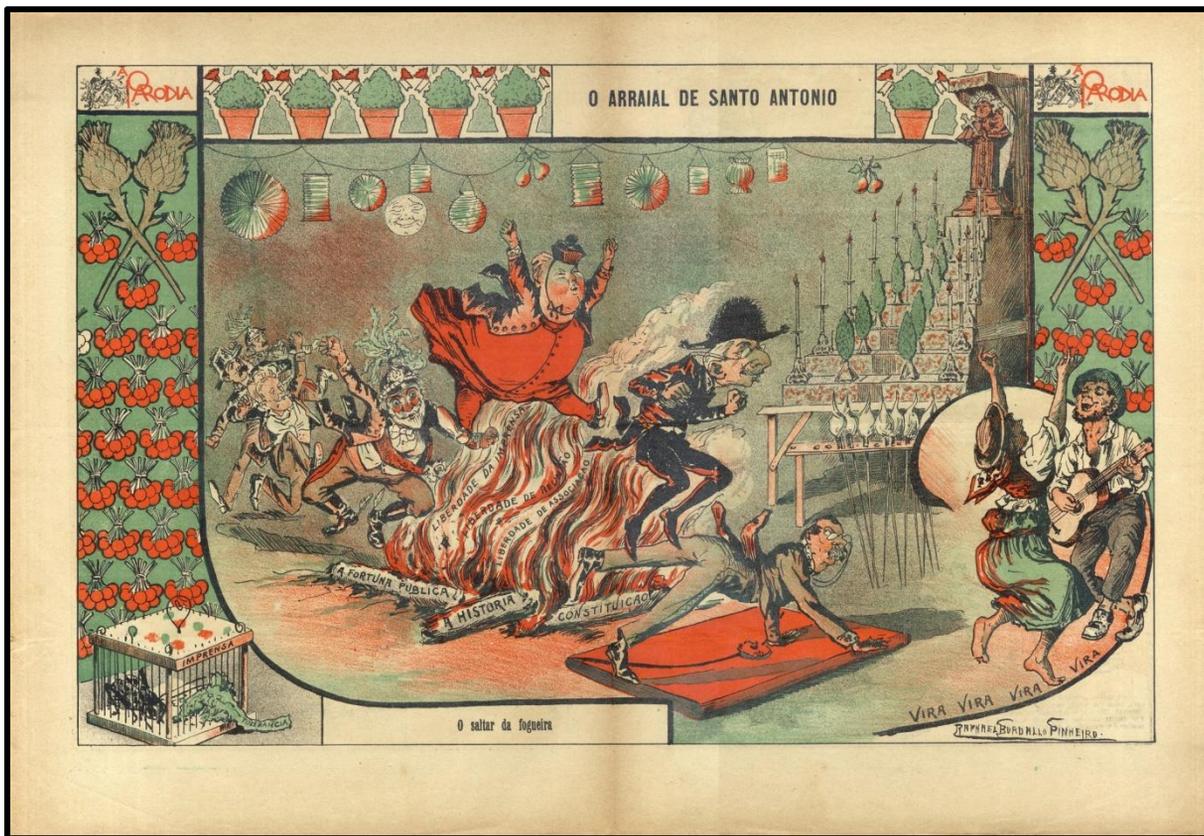
A eclipse voltou a ser abordada, com a presença de um político que utilizava um vidro fumado para observar o fenómeno, mas tal utensílio acabava por servir para mascarar a verdade acerca das disputas coloniais da Grã-Bretanha na África, com toda a cena assistida pelo Zé, com um sorriso irônico e sarcástico nos lábios.

A PARÓDIA. Lisboa, 6 jun. 1900.



Ainda a respeito do imperialismo, em referência a uma publicação ilustrada alemã, o periódico mostrava o avanço britânico, representado por um poderoso leão, que caminhava imbatível, ao passo que outros países eram simbolizados por macacos que se mantinham à distância, restringindo-se a observar o trajeto da figura leonina, que, no caminho, pisoteava o símio que simbolizava Portugal, tendo as feições do Zé Povo, o qual questionava o motivo dos demais também descerem em direção ao chão.

A PARÓDIA. Lisboa, 6 jun. 1900.



Por ocasião das festividades juninas, era apresentado o arraial de Santo Antônio, no qual as autoridades públicas realizavam a tradicional prática de pular a fogueira, na qual eram queimadas várias das liberdades individuais, a constituição, a história e a fortuna pública, em analogia à prática dos políticos de dilapidarem o aparelho do Estado em seus princípios e suas riquezas. Na cena o Zé Povo encarregava-se de tocar o vira em sua viola. A PARÓDIA. Lisboa, 13 jun. 1900.

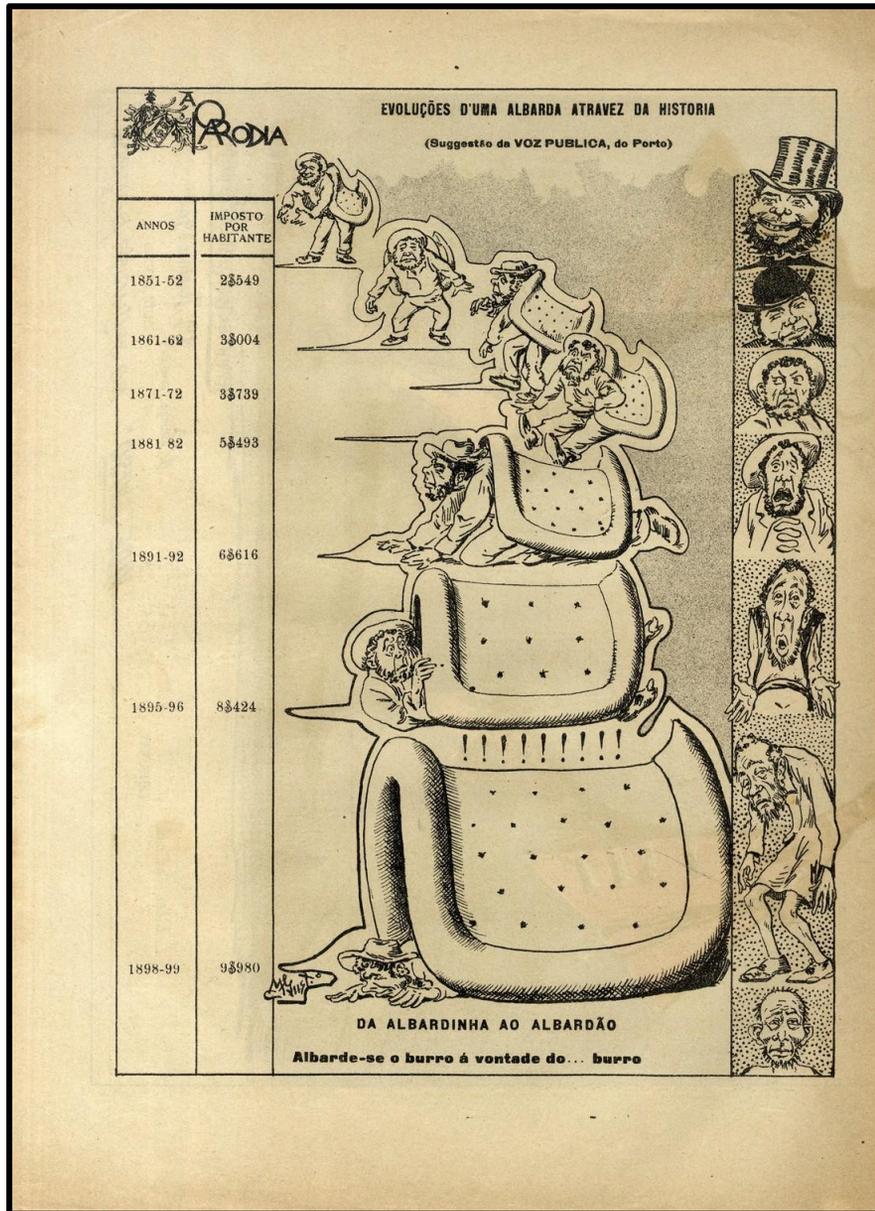


Levando em conta a Exposição Universal de Paris, ocorrida entre abril e novembro de 1900, o periódico brincava com o segmento intelectual de então, com o Zé Povo apontando para um de seus representantes, com conhecimento na área do saber jurídico, que era ao mesmo tempo incensado e atingido pelas setas da crítica.

A PARÓDIA. Lisboa, 20 jun. 1900.



A PARÓDIA E A PERMANÊNCIA DO ZÉ POVINHO NA VIRADA DO SÉCULO XIX AO XX



Além de sua típica indumentária, o Zé Povo foi recorrentemente representado carregando uma albarda, ou seja, uma sela grosseira para bestas de carga, no sentido de que era a população quem arcava com a sustentação do conjunto do país. Nesse sentido, o periódico apresentava uma evolução da albarda carregada pelo personagem ao longo do último meio século, crescendo desmesuradamente o utensílio de montaria, correspondendo assim ao aumento do imposto por habitante, enquanto, *pari passu* o Zé ia ficando cada vez mais alquebrado. A PARÓDIA. Lisboa, 27 jun. 1900.



Com curiosidade, o Zé Povo observava as providências dos homens de Estado para acertarem as finanças nacionais, havendo, no caso, uma inter-relação entre “fazenda e veterinária”, uma vez que o procedimento adotado pelos administradores para resolver os problemas fazendários equivaleria a ideia estapafúrdia de engessar as patas de um cão.

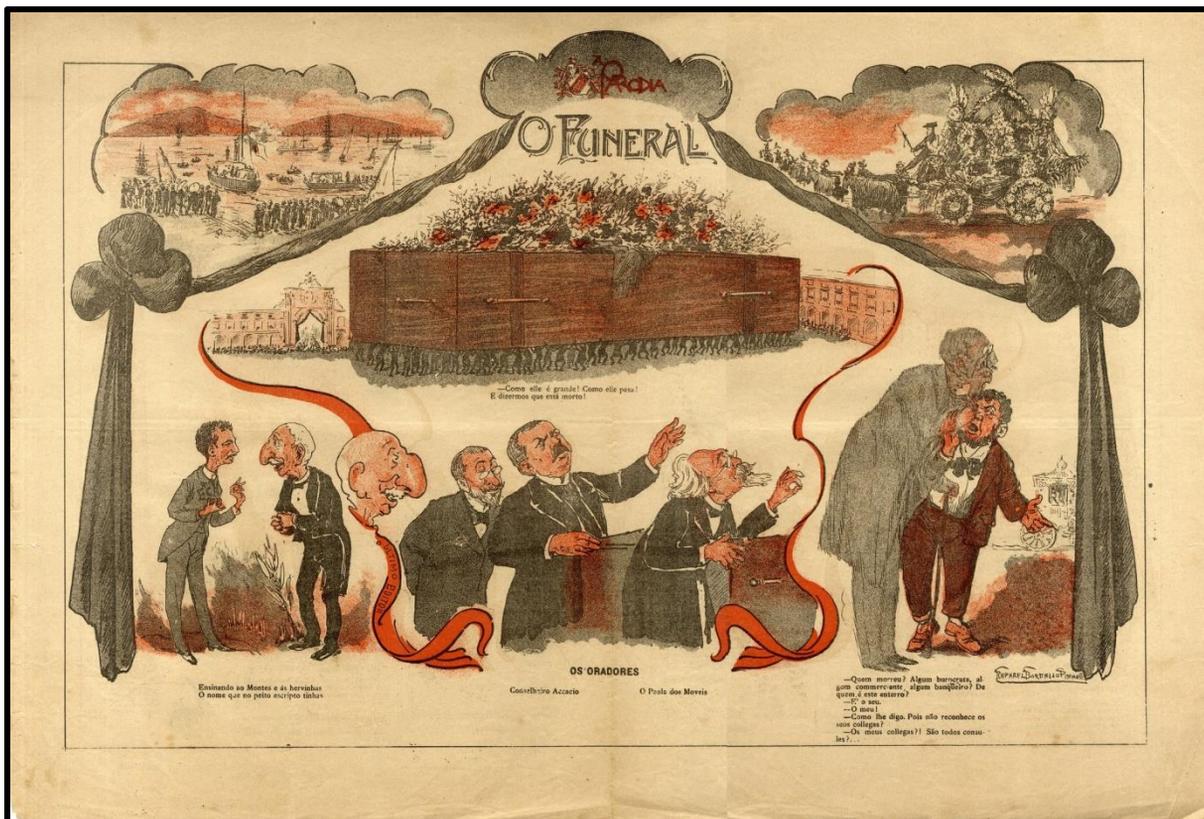
A PARÓDIA. Lisboa, 11 jul. 1900.

A PARÓDIA E A PERMANÊNCIA DO ZÉ POVINHO NA VIRADA DO SÉCULO XIX AO XX



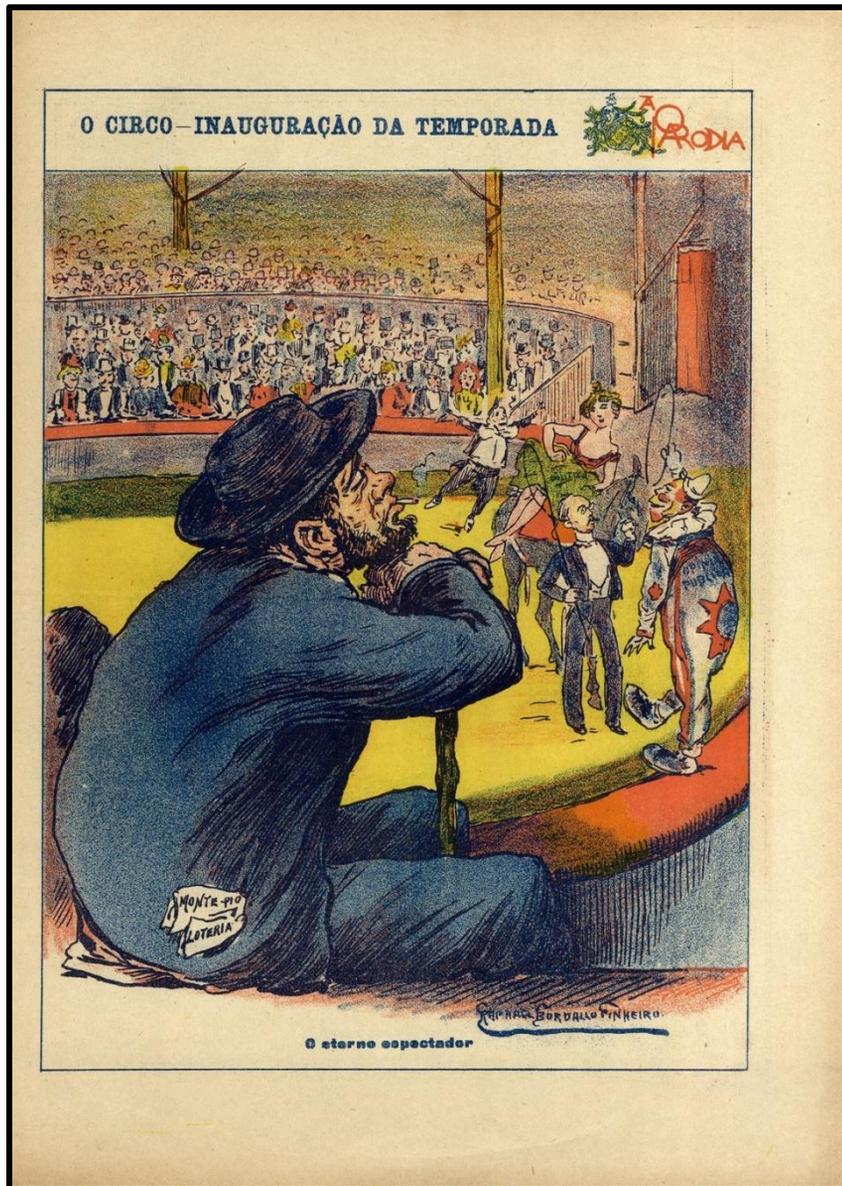
O país foi também representado com um ancião, com o escudo nacional à cabeça, o qual padecia de um mal que lhe arrancava as forças, ou seja, um destruidor carrapato que lhe tomara conta de um pé, chegando a crescer uma árvore no ferimento, a qual era identificada com o intenso endividamento externo de Portugal. Na cena o Zé Povo se esforçava para sustentar a perna afetada do doente.

A PARÓDIA. Lisboa, 12 set. 1900.



O funeral do escritor Eça de Queirós, cujo corpo foi levado da França para Portugal, foi apresentado em detalhes em registros imagéticos por parte de *A Paródia*, cabendo ao Zé Povo informar ao espírito do literato que aqueles atos correspondiam às solenidades fúnebres a ele mesmo dedicadas.

A PARÓDIA. Lisboa, 26 set. 1900.



A abertura dos trabalhos legislativo-administrativos eram comparados à inauguração da temporada de um circo, com a presença dos artistas e da audiência, aparecendo em primeiro plano o Zé Povinho, caracterizado como “o eterno espectador”, ou seja, aquele cuja função social se restringia a assistir as decisões nacionais, sem qualquer condição de participar decisiva e diretamente das mesmas. A PARÓDIA. Lisboa, 3 out. 1900.

N. 29 — LISBOA 10 DE OUTUBRO

I ANNO 1900

# A PARÓDIA

<p><b>PREÇO DA ASSIGNATURA</b> (PAGAMENTO AVANÇADO)</p> <p>Litiga e provincial, sem de 12 números... 500 reis Litiga e provincial, sem de 12 números... 12000 - Cartões e selos correio... 100 - Africa e Estrangeiro, acesso e porte do cartão. Cartão de em Paris ou Rouquet, 10, boulevard des Capucines (GRAND CAFÉ). EDITOR — CARLOS CHAVES</p>	<p><b>Publica-se às quartas-feiras</b></p> <p>CARICATURAS DE RAPHAEL BORDALLO PINHEIRO e N. GUSTAVO BORDALLO PINHEIRO</p>	<p>Administrador — <b>FRANZ SEBAST</b> Administração — RUA DA BARROCA, 115, 1.º</p> <p>Composição: <i>Mrs. Penningar, 111, R. da Alameda, 115</i> Impressão: <i>Lithographia Artistica, R. do Jardim do Tabaco, 99 e 97</i></p> <p><b>Preço avulso 20 réis</b> Um mez depois de publicado 40 réis</p>
--	---	---

**A POLICIA E OS COSTUMES**

Últimos restos da liberdade de imprensa: — a liberdade de escrever nas paredes.

As denúncias quanto às restrições do governo monárquico à liberdade de expressa e à livre manifestação por meio da imprensa foram demonstradas por meio de caricatura, na qual, na presença da repressão policial, o Zé Povinho concluía que os derradeiros resquícios da liberdade de imprensa em Portugal correspondiam apenas à pichação das paredes. A PARÓDIA. Lisboa, 10 out. 1900.



As disputas de natureza político-partidária e ideológica entre as principais agremiações de então, regeneradores, progressistas e republicanos, eram observadas pelo Zé Povo como um jogo em que prevaleciam os interesses partidários e individuais, em detrimento dos nacionais.

A PARÓDIA. Lisboa, 21 nov. 1900.

**A PARÓDIA**

**CHRONICA ELEGANTE**

Uniram-se pelos sagrados laços do matrimonio, no dia 6 do corrente, a Excellentissima Senhora D. Victoria Albion, gentilissima filha do Sr. John Bull, honrado negociante de vinhos do Porto, e o Conselheiro Portugal de Faria, nosso velho amigo.

Foram padrinhos, por parte da noiva, os Srs. Chamberlain e Almirante Rawson; e por parte do noivo os Srs. Luiz de Soveral e Hintze Ribeiro.

A cerimonia realison-se na Igreja dos Inglesinhos, sendo celebrante o Reverendissimo Padre Antonio Candido, procurador geral da Corôa, e assistindo, além de toda a officialidade da esquadra surta no Tejo, todos os altos funcionarios do Estado surtos no Terreiro do Paço, todos os policias da esquadra da Avenida, e muitas senhoras da nossa ultima sociedade.

Depois da cerimonia, foi offerecido aos convidados, pelo Sr. Ministro da Marinha, um delicado copo d'agua de Vidago, trocando-se affectuosos brindes e alguns soccos.

Terminada esta festa intima, os noivos embarcaram no formoso yacht de recreio *Majestic*, indo passar a sua lua de mel rosado no Canal de Suez.

Entre as muitas e preciosas offer-tas que o nosso collega Mello Barreto viu na *corbeille* da noiva, vimos nós as seguintes:

Do noivo, uma rica aliança offensiva e defensiva;

Do Sr. Ministro dos Negocios Extranjeros, um exemplar do *Livro Azul*, ricamente encadernado em pelle do Diabo (que e carregue) com dedicatoria;

Do Sr. Padre Antonio Candido, um lindo *speech* encastoado em ouro e brilhantes do Transwaal;

Do Sr. Luiz de Soveral, uma duzia de sabonates *Pear's soap*;

Do Sr. Hintze Ribeiro, uma pasta;

Do Sr. Ministro da Fazenda, uma *raquette* de tripa de contribuinte;

Do Sr. Emygdio Navarro, um vigoroso artigo do Armazem das Novidades;

Da Real Companhia Vinicola do Norte, uma caixa de *Port Wine* de 1890;

Do Sr. Conde de Restello um *hip, hip, hurrah!* em nome da cidade de Lisboa;

Do Sr. Guerra Junqueiro, um soneto de pau santo;

Dos Srs. Alfredo Keil e Lopes de Mendonça, a *Portuguesa* para assobio;

D'um grupo de patriotas da Ribeira Nova, um faqueiro de ponta e móla para sobremesa...

Etc. Etc.

Aos noivos, verdadeiramente dignos um do outro, desejamos todas as venturas de que são merecedores, e que por certo lhes promette um tão auspicioso enlace.

By-Law tennis brandy-ginger beer N. Y. - Thackeray High life

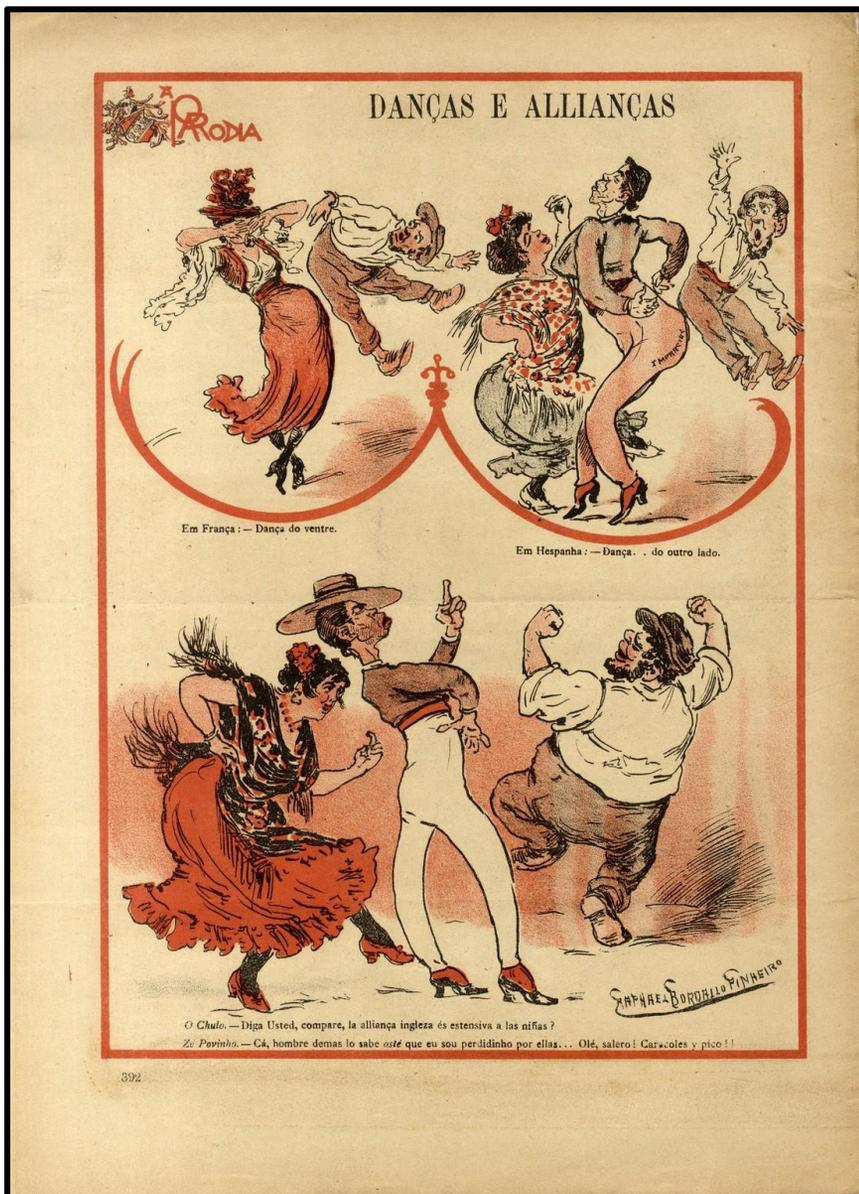
As tradicionais relações de dependência de Portugal para com a Grã-Bretanha foi ironicamente traduzida na "crônica elegante" da revista ilustrada lisbonense, na forma de um casamento em que a noiva era a filha de John Bull, tradicional representação do imperialismo inglês, havendo na cerimônia a presença da aristocracia lusitana, ao passo que o Zé Povo, em traje de gala, se mostrava feliz, como que não levando em conta os prejuízos que o tal casório trariam para si.

A PARÓDIA. Lisboa, 12 dez. 1900.



O enfoque da representação caricatural anterior prosseguia em outra ilustração, na qual o Zé Povinho permanecia bem vestido e, como que estivesse assumindo os hábitos oriundos da “aliança inglesa”, fazia o pedido de um bebida, sem interfaces nacionais e vinculadas significativamente com o estrangeiro.

A PARÓDIA. Lisboa, 19 dez. 1900.



Em comparação das relações exteriores com a prática de “danças e alianças”, o Zé Povinho se via na tentativa de acertar o passo para dançar com outros dois países europeus, a França e a Espanha, embora reconhecesse estar mais acostumado com a parceria britânica.





A continuidade dos mesmos atores no cenário político-partidário e parlamentar, sem maiores possibilidades de renovação de tais quadros, foi demonstrada por meio de desenho no qual o Zé Povo recebia um buquê, no qual, ao invés de flores, encontravam-se os políticos de sempre.

A PARÓDIA. Lisboa, 2 jan. 1901.

A PARÓDIA E A PERMANÊNCIA DO ZÉ POVINHO NA VIRADA DO SÉCULO XIX AO XX



As atividades políticas do país foram comparadas à preparação de um lauto banquete, com os homens públicos preparando diversos pratos associados a algumas das principais questões nacionais então em debate. Diante da cena, o Zé Povo limitava-se a rir, ao observar que aqueles atores políticos deixavam de realizar qualquer medida para economizar na realização de suas tarefas gastronômicas.

A PARÓDIA. Lisboa, 16 jan. 1901.



A inspiração shakespeariana se estabeleceu em outra ilustração satírico-humorística na qual o Zé Povinho aparecia como um Otelo, que sofria as influências do livre câmbio, que trazia em geral um incremento às precariedades econômico-financeiras do país, com a traição de Iago sendo representada pelo roubo da bolsa do Otelo/Zé.

A PARÓDIA. Lisboa, 23 jan. 1901.



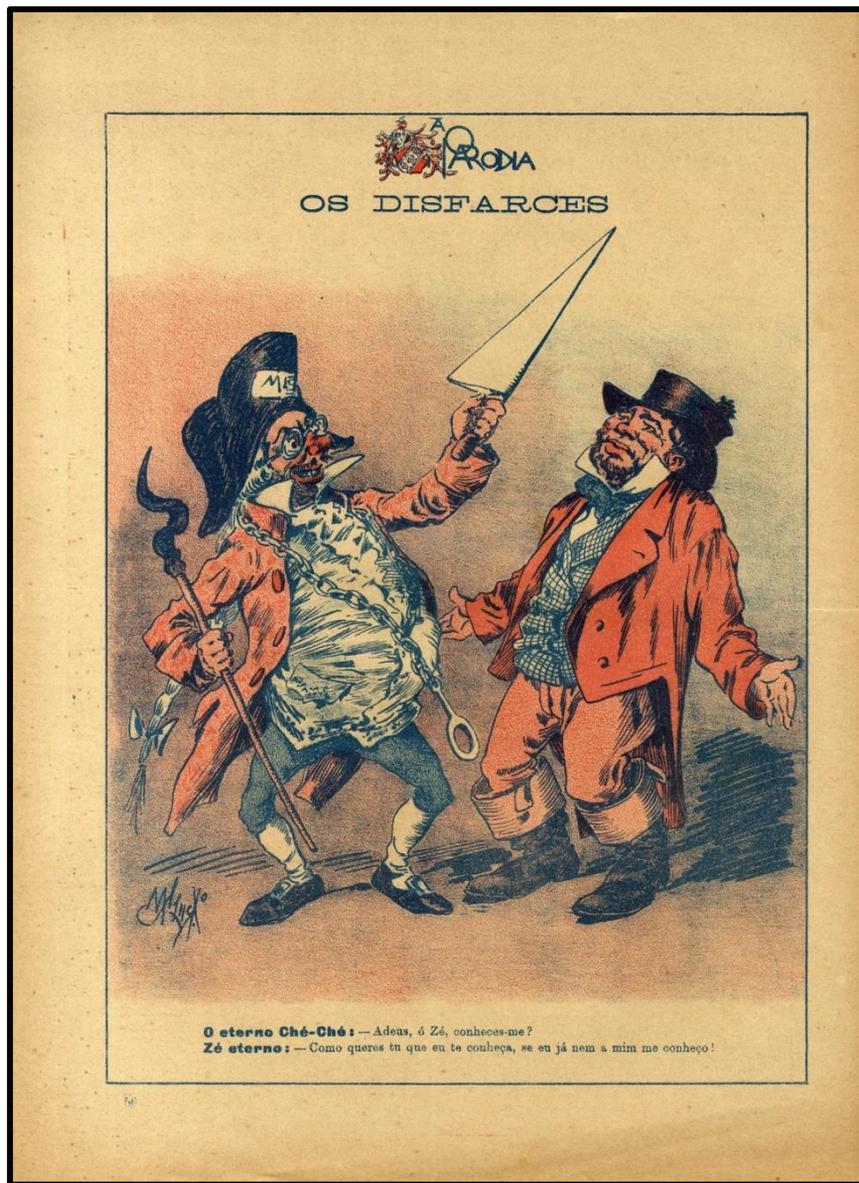
A expressão “morte de Severa”, em referência ao falecimento de cantora fadista portuguesa ocorrida em 1846, foi utilizada para designar a morte da própria constituição portuguesa, representada por figura feminina que desfalecia em meio a políticos lusos, havendo também a presença do Zé Povo, que parecia incrédulo diante do ocorrido.

A PARÓDIA. Lisboa, 6 fev. 1901.



Fazendo graça com a tristeza e o saudosismo típicos da nação portuguesa daquela virada do século XIX ao XX, a publicação lisboeta mostrava que a intensidade das lágrimas do Zé Povinho não encontrava concorrência no contexto internacional, superando as de todas as nações de qualquer um dos continentes, havendo ainda uma alusão às lágrimas de crocodilo, ou seja, um choro falso, fingido ou hipócrita, atribuído àqueles que não estariam a se importar com os interesses nacionais. A PARÓDIA. Lisboa, 6 fev. 1901.

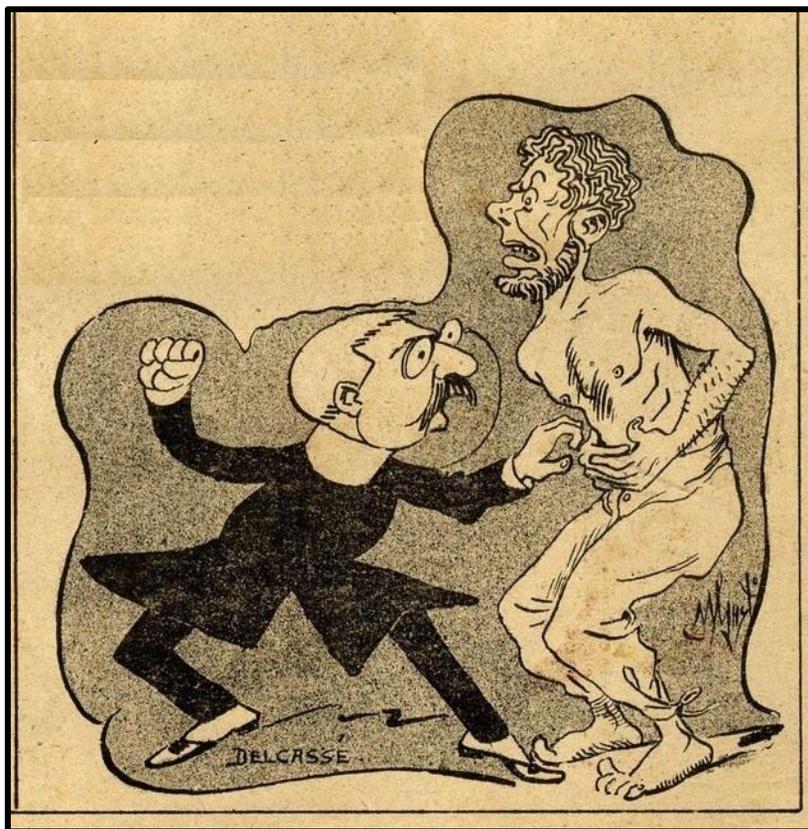






A celebração carnavalesca servia de mote para novas representações caricaturais com a presença do Zé Povo. Em uma delas o personagem solicitava providências no campo econômico para com uma autoridade pública, sem sucesso. Foi apresentado também um encontro do Zé com um indivíduo fantasiado de alguém que tinha as capacidades mentais afetadas, vindo aquele a revelar que, levando em conta as condições nas quais vivia, tinha dificuldades para reconhecer a si mesmo. Uma outra fazia referência à existência de dois “Zés Povinhos” diferentes, mas cujo escopo da ação encontrava identidades nas festividades do carnaval.

A PARÓDIA. Lisboa, 13 fev. 1901.



Em uma “crônica sobre os penhores”, o periódico se referia à “questão dos nossos credores externos”, noticiando sobre um deputado francês que, em seu parlamento, tratara os portugueses “de gatunos para baixo nos mais polidos termos, acabando por pedir ao seu governo que obrigasse Portugal a aceitar uma fiscalização estrangeira, ainda que para isso tivesse de empregar a força armada”. Tal questão era ilustrada com a figura do tal parlamentar desferindo um soco no estômago do Zé Povinho.

A PARÓDIA. Lisboa, 6 mar. 1901.

A PARÓDIA E A PERMANÊNCIA DO ZÉ POVINHO NA VIRADA DO SÉCULO XIX AO XX





Demarcando seu anticlericalismo, a publicação lisbonense apresentava os padres como aves de rapina e lembrava o passado, no momento da expulsão dos jesuítas, assumindo o Zé uma feição nobre, com as vestes e o título de “Dom José Povinho”. Levando em conta questões políticas e religiosas, *A Paródia* comparava o cenário português a uma tourada, na qual o administrador público fazia o papel de toureiro e um clérigo, o do touro. Expressando o pensamento anticlerical da publicação, o Zé Povo aparecia esbravejando para que o toureiro desse cabo ao “animal”.  
A PARÓDIA. Lisboa, 20 mar. 1901.

A PARÓDIA E A PERMANÊNCIA DO ZÉ POVINHO NA VIRADA DO SÉCULO XIX AO XX



A proposta anticlerical voltava a aparecer em caricatura na qual o periódico comparava o jesuitismo a uma praga de percevejos, que assolava o corpo e a cama do Zé Povinho, por mais que ele se esforçasse para livrar-se daqueles insetos.

A PARÓDIA. Lisboa, 10 abr. 1901.



Em uma página dividida entre duas caricaturas, a primeira tratava da Guerra dos Bôers, e a chegada de vários refugiados bôers em território português, sendo recepcionados por diversos Zé Povinhos de diferentes lugares de Portugal. A segunda voltada ao tema do anticlericalismo, com o Zé Povo entusiasmado com a saída de um clérigo, no entanto, este respondia garantindo que retornaria. A PARÓDIA. Lisboa, 17 abr. 1901.

A PARÓDIA E A PERMANÊNCIA DO ZÉ POVINHO NA VIRADA DO SÉCULO XIX AO XX



A atualidade portuguesa era vista pelo periódico como tétrica, em contexto representando pelo morcego e todo o sentido negativo pelo qual tal animal foi largamente utilizado pela caricatura. O Zé Povo se via sob o rígido controle repressivo por parte de um policial e social/religioso, por parte do clero, chegando a conclusão que tal circunstância contribuía decisivamente para a situação estacionária pela qual passava o país.

A PARÓDIA. Lisboa, 24 abr. 1901.



A presença de várias bandas em diversas cenas representavam as cenas político-partidários, econômico-financeira e sociais da nação lusa, cada uma delas devidamente acompanhadas pelo olhar atento do Zé Povinho que, ao final de sua empreitada, resolvia desistir da vigília, optando por deixar tudo de lado e descansar. A PARÓDIA. Lisboa, 29 maio 1901.



Observando a atualidade por um prisma fantasioso, o periódico trazia uma alegoria feminina que representava a indiferença, a qual mascarava a miséria, enquanto, ao fundo, os abastados festejavam. Nesse sentido, a pobreza era escondida, com a colocação de um espantelho da beleza na sua frente, escondendo a realidade, na ação do indiferentismo governamental e social, em um quadro pelo qual, o Zé Povo restringia-se a dormir, também indiferente. A PARÓDIA. Lisboa, 26 jun. 1901.



A vida política portuguesa foi caracterizada como uma série de danças, nas quais atuavam as agremiações partidárias. Ao final dos quadros, havia uma “dança macabra”, na qual bailavam vários esqueletos do Zé Povo que, junto de outras categorias profissionais pouco aquinhoadas estariam inevitavelmente condenadas à fome.

A PARÓDIA. Lisboa, 3 jul. 1901.





Ao carregar o sinal de interrogação que denotava ironicamente uma dúvida, o Zé Povinho, com ar de esperteza, mostrava seu aparente estranhamento frente a alianças político-partidárias pouco convencionais, revelando que, em essência, não havia dúvidas e sim a certeza da preeminência dos interesses privados sobre os públicos.

A PARÓDIA. Lisboa, 17 jul. 1901.

**A PARÓDIA**

N.º 80—LISBOA, 24 DE JULHO

2 ANNO 1901

<b>PREÇO DA ASSIGNATURA</b> (PAGAMENTO ADIANTADO) Ano e provisões, serie de 12 números... 300 reis 6 meses... 150 Cobrança pelo correio... 500 Anos e Respostas... 1000 Quinta de um Cópia em Branco, 10. Suplemento de 10 Cópia... 1000 Lisboa—TOMÁS CADETE EDITEUR—HARRIS CHATEL	<b>Publica-se as quartas-feiras</b> CARICATURAS DE RAFAEL BORDALLO PINHEIRO E N. GUSTAVO BORDALLO PINHEIRO Redacção—RUA DO GERMÃO LUZITANO, 66. 1.º	Administrador—LUIZ LOPES Administração—R. DO GERMÃO LUZITANO, 66, 1.º Composição—M.º. BERNARDES, 127, R. da Alameda, 11. Impressão—Lithographia Britânica, R. do Barão de Teóphilo, 95 e 97. <b>Preço avulso 20 réis</b> Um mez depois de publicado 40 réis.
--	---	--

**ECCE... L'HOMME DA SEMANA**

—O ministro: Olha-me p'ra m'isto! Que partido! Está por tudo o que eu quizer!  
—O Zé: Hum! Ella não dá ponto sem nó...

283

A ação governamental lusitana frente ao capital internacional era motivo de crítica expressa por meio do Zé Povo que, na presença de alegorias que representavam outras potências, desaprovava a prática ministerial para com os credores franceses, imaginando que o ministro e a figura feminina que simbolizava o capital francês, estariam formando um casal, com o Zé desconfiando das intenções desta última.

A PARÓDIA. Lisboa, 24 jul. 1901.



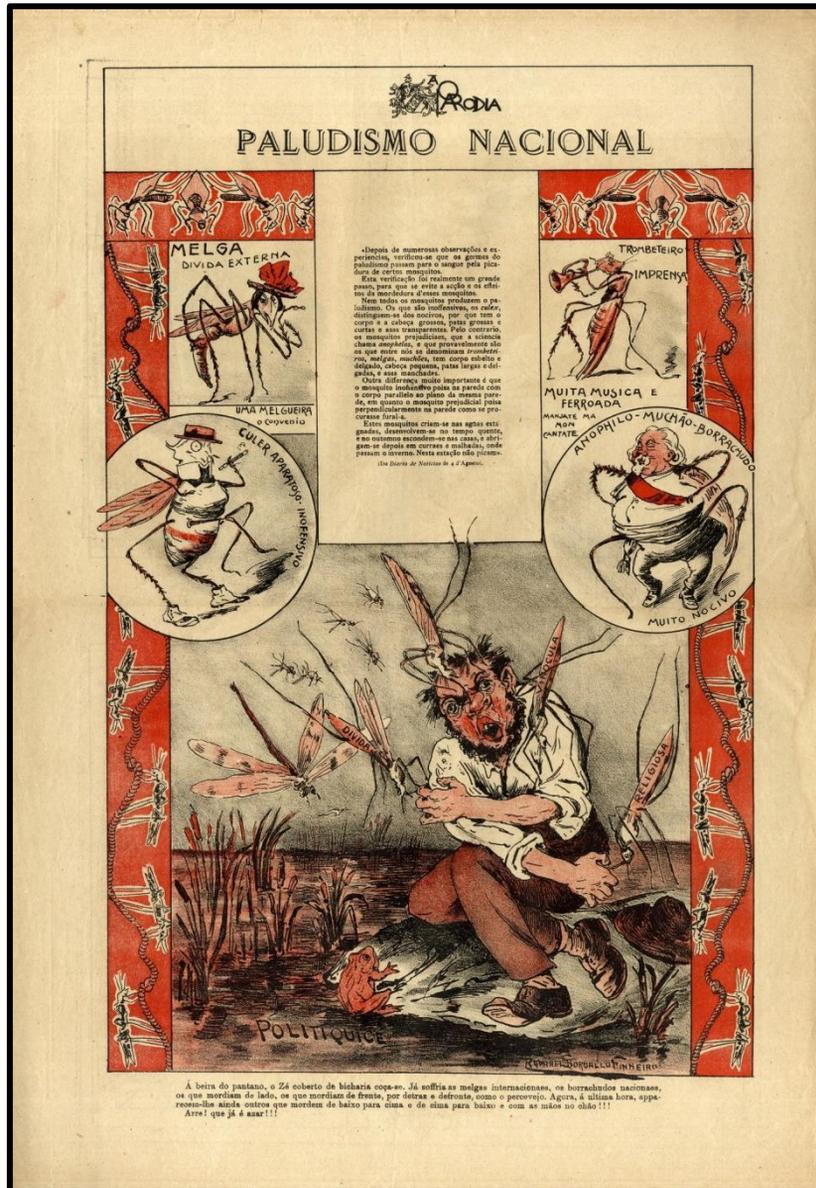
A perspectiva saudosista em relação a um passado considerado como glorioso retornava à pauta do semanário, na qual havia um paralelo entre os tempos pretéritos, nos quais os homens públicos pegavam em espadas para defender a nação, ao passo que, nos tempos presentes, havia uma minúscula espadinha, que servia para a realização de atividades extremamente frugais, inclusive quando empunhada pelo próprio Zé Povo.

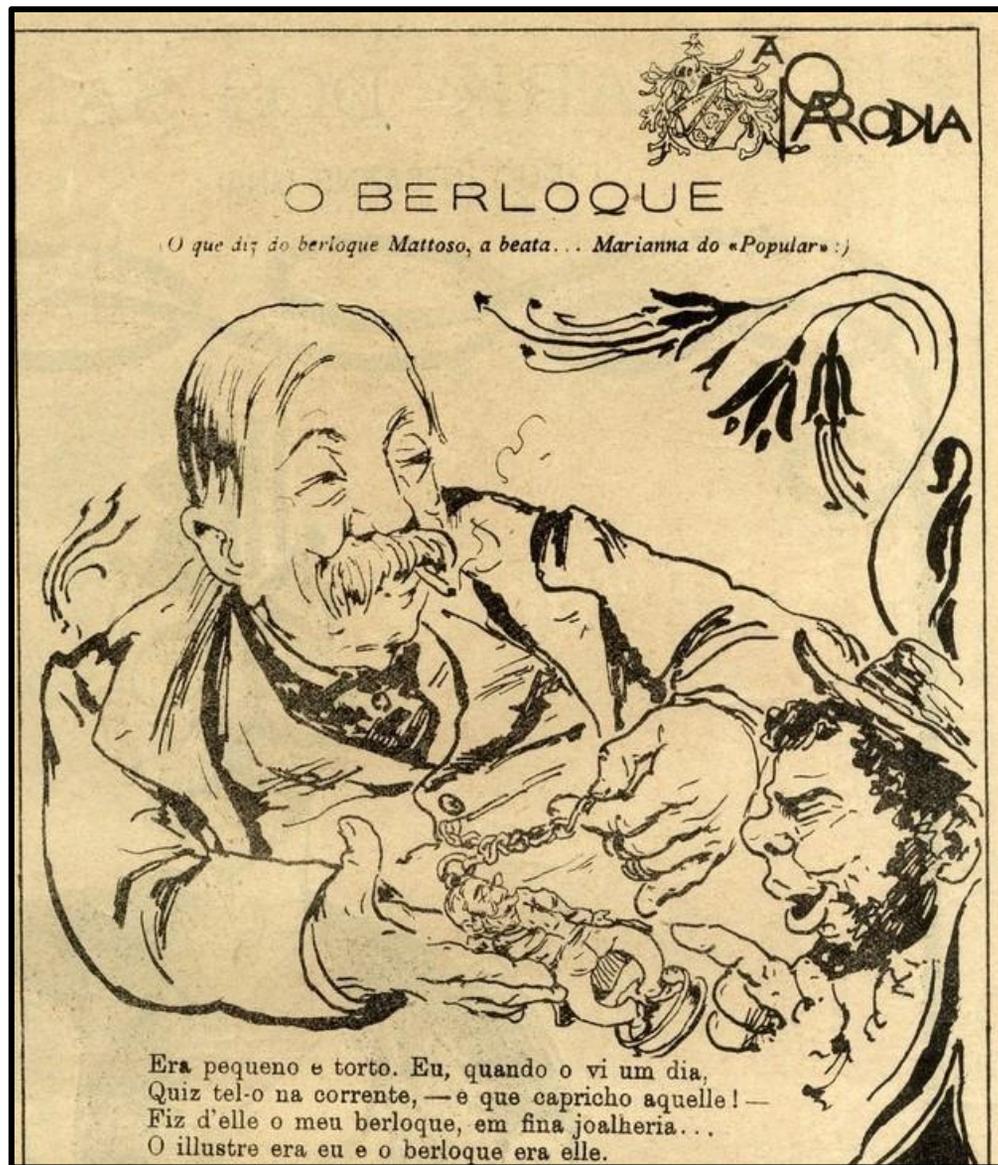
A PARÓDIA. Lisboa, 24 jul. 1901.



A famosa escultura da Vênus de Milo, era transformada pela arte caricatural, assumindo feições de repreensão para com o Zé Povinho, exigindo que o mesmo assumisse uma posição mais veemente, reagindo contra a exploração que lhe apareciam como obstáculo.

A PARÓDIA. Lisboa, 7 ago. 1901.



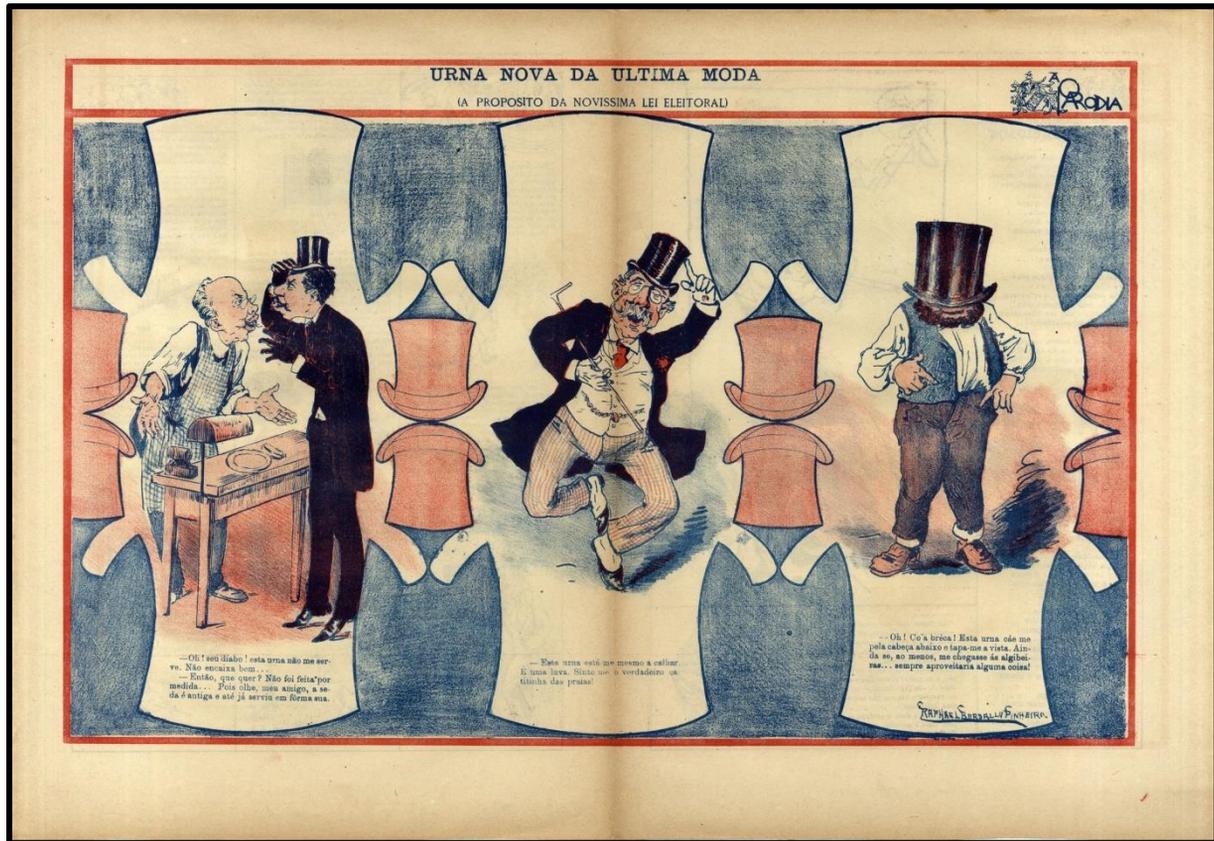




O paludismo, uma doença infecciosa causada por parasitas do sangue do gênero *Plasmodium*, transmitida ao homem pelo mosquito anófele, que se manifesta geralmente por febres intermitentes, servia para representar dos males que afligiam o país, como a dívida externa, a imprensa sensacionalista, as ações dos políticos e o clericalismo, com o sofrimento do Zé Povo, acometido pelo ataque de uma praga de mosquitos. Na mesma edição, um pequeno objeto de adorno que se usa pendurado, servia para que o Zé se encarregasse de realizar a crítica política.

A PARÓDIA. Lisboa, 14 ago. 1901.

A PARÓDIA E A PERMANÊNCIA DO ZÉ POVINHO NA VIRADA DO SÉCULO XIX AO XX



A questão do acesso às urnas, a propósito de uma “novíssima lei eleitoral” era comparada à confecção de uma peça do vestuário, ou seja, uma cartola, que se mostrava pequena para um político, enquanto para outro encaixava perfeitamente, ao passo que a do Zé Povo era grande demais, cobrindo-lhe não só a cabeça como o próprio rosto, ou seja, deixando-lhe sem a visão do horizonte político e, portanto, tendo dificuldades para direcionar seu voto.

A PARÓDIA. Lisboa, 21 ago. 1901.



Uma outra caricatura comparava o processo eleitoral a uma doença brônquica, em meio a qual os políticos tinham de realizar inalações para melhor reagir aos efeitos oriundos das urnas, ao passo que o Zé Povinho, que deveria ser o agente decisivo do processo, permanecia excluído, colocado à parte e sem qualquer tipo de tratamento frente aquela enfermidade eleitoral.

A PARÓDIA. Lisboa, 4 set. 1901.

A **PARÓDIA**

N.º 87 - LISBOA, 11 DE SETEMBRO **2 ANNO 1901**

<p><b>PREÇO DA ASSIGNATURA</b> (PAGAMENTO AVANÇADO)</p> <p>Lisboa, provincias e Africa, serie de 10 números. Sem reis Lisboa, provincias e Africa, serie de 10 números. Sem reis Cobrança pelo correio extra. .... 1000 Estrangero, acresc. o porte do correio. Vende-se em Paris no kiosque, 10, boulevard des Capucines (GRAND CAFÉ). EDITOR - <i>Luiz de Gusmão</i></p>	<p><b>Publica-se às quartas-feiras</b></p> <p>CARICATURAS DE <b>RAPHAEL BORDALLO PINHEIRO</b> e <b>M. GUSTAVO BORDALLO PINHEIRO</b></p> <p>Redacção - RUA DO GREMIO LUZITANO, 66, 1.º</p>	<p>Administrador - <b>OSWALDO BOMES</b> Administração - R. DO GREMIO LUZITANO, 66, 1.º</p> <p>Composição: <i>Mm. Penitenciar, 111, R. da Alameda, 113</i> Impressão: <i>Lithographia Artística, Rua do Almada, 119, 3.º</i></p> <p><b>Preço avulso 20 réis</b> Um mez depois de publicado 40 réis</p>
--	---	---

**ZOOLOGIA... INTERNACIONAL**

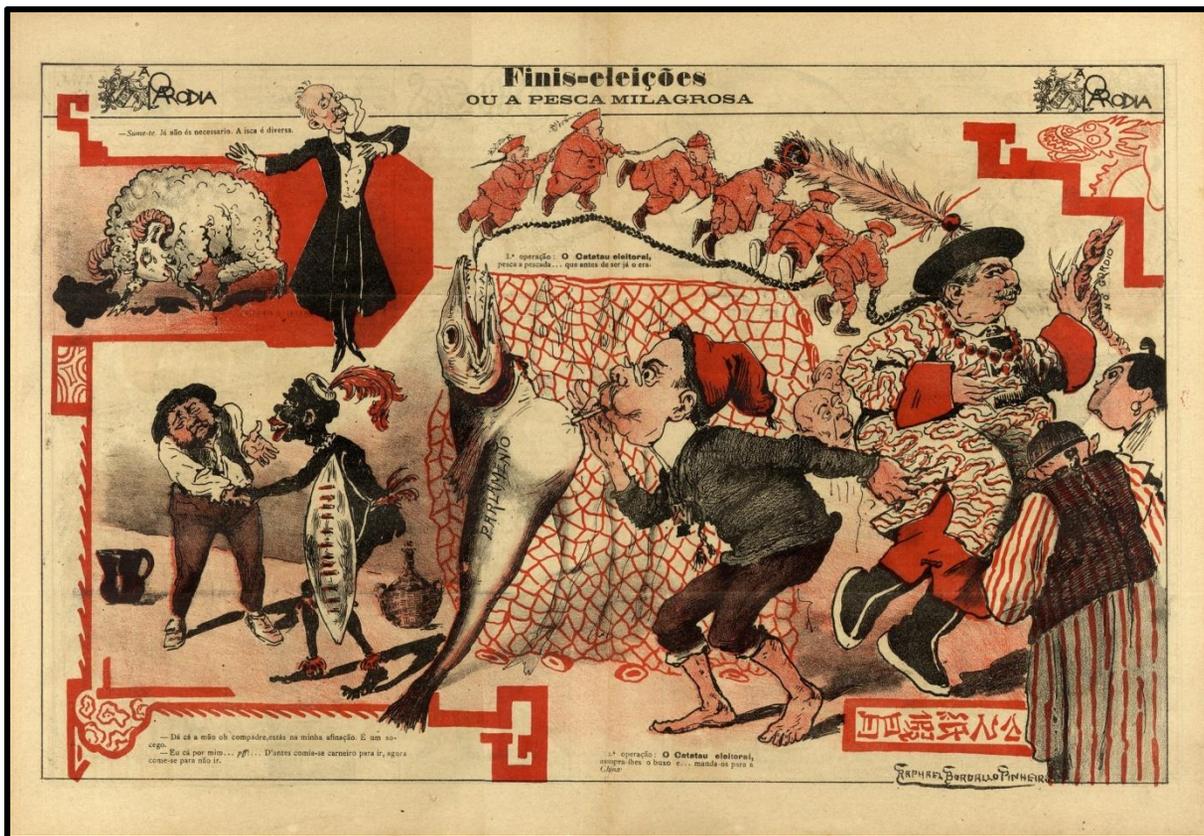
*Com a aguia cezarada,  
Com o urso slavo ao pé,  
E de crista rubra e cheia  
O gallo de Dalcasse,  
Ó politica europea  
É uma arca de Noé!*

*E enquanto o ur. o anda em festas  
E á côca a aguia damninha,  
Por desventuras junestas,  
Por triste sorte mesquinha,  
Entre tão fidalgas bestas  
Portugal... é a gallinha!*

289

Tratando mais uma vez da política externa, o hebdomadário observava uma “zoologia internacional”, definindo em versinhos que “a política europeia é uma Arca de Noé”, aparecendo animais considerados como fortes ou nobres, na representação das potências do continente europeu, restava a Portugal ser designada por uma frágil galinha, em sinal de azar, desdita e infelicidade, a qual contava na cabeça com a face do Zé Povo.

A PARÓDIA. Lisboa, 11 set. 1901.



Um conjunto caricatural trazia mais uma vez a perspectiva do processo eleitoral, com referência à carne de carneiro, prato utilizado tradicionalmente pela imprensa ilustrado-humorístico, para demonstrar a barganha dos políticos, trocando comida pelo voto. Em um dos quadros, o Zé Povo cumprimentava um habitante da colônia lusa na África, com a lamentação de que nem mesmo aquela compensação de natureza gastronômica estava sendo disponibilizada. A PARÓDIA. Lisboa, 16 out. 1901.

## A PARÓDIA E A PERMANÊNCIA DO ZÉ POVINHO NA VIRADA DO SÉCULO XIX AO XX

**A PARÓDIA**

N.º 93 — LISBOA, 23 DE OUTUBRO

2  
ANO  
1901

**PREÇO DA ASSIGNATURA**  
(PAGAMENTO AVANÇADO)  
Lisboa, provincias e África, serie de 26 numeros... 500 réis  
Lisboa e provincias, serie de 26 numeros... 300 réis  
Cobrança pelo correio cobrada a parte do correio.  
Venda-se em Paris em kiosque, 16, boulevard des Capucines (GRAND CAFÉ).  
EDITOR — CARLOS CHAVES

**Publica-se ás quartas-feiras**  
CARICATURAS DE RAPHAEL BORDALLO PINHEIRO  
E  
M. GUSTAVO BORDALLO PINHEIRO  
Redacção — RUA DO GEMIO LUZITANO, 66, 1.º

Administrador — GONCALVES GOMES  
Administração — R. DO GEMIO LUZITANO, 66, 1.º  
Composição: Min. Penitenciar, 111, R. da Alameda, 113  
Impressão: Lythographia Artistica, Rua do Almada, 29 e 34.  
**Preço avulso 20 réis**  
Um mez depois de publicado 40 réis

**DEVASTAÇÃO DOS PINHAES**



Para Cardiff

Vão-se os pinhaes... e eu estou sem vintem  
Só cá deixam, ó Deus, o que m'intruje  
Se os não mandas p'ro inferno por alguém  
Ficarei em pinhalissimo d'Azambuja.

337

A exploração madeireira desenfreada, promovida a partir do capital internacional, levava à “devastação dos pinhaes”, com o britânico levando os troncos, enquanto o Zé Povinho rezava e chorava pela perda de mais um dos produtos nacionais. A PARÓDIA. Lisboa, 23 out. 1901.



A PARÓDIA E A PERMANÊNCIA DO ZÉ POVINHO NA VIRADA DO SÉCULO XIX AO XX



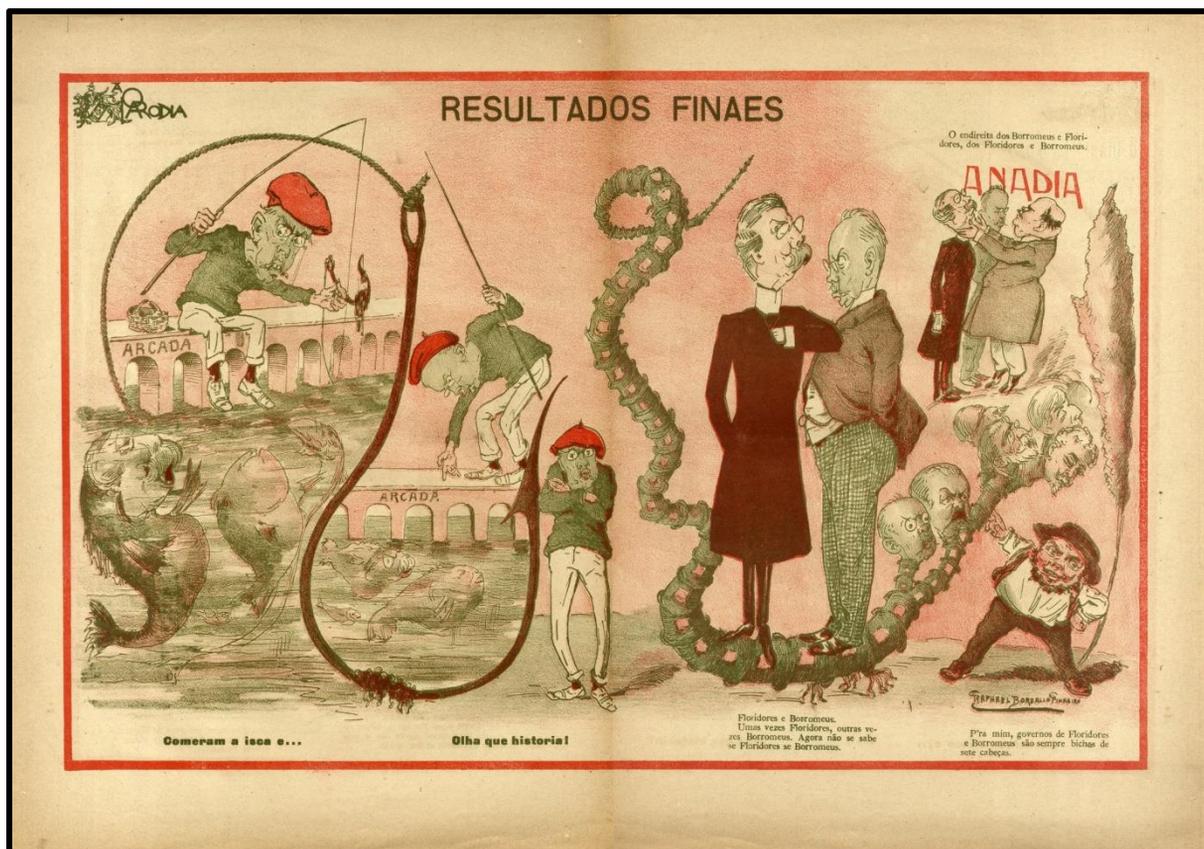
A inclemência do efeito solar foi comparada aos encargos legais que recaíam sobre o Zé Povo, cujo único banco que lhe restava era o dos réus. Em tom sarcástico, a política portuguesa resolvia recriar ambientes chineses no contexto luso, de acordo com as diferentes categorias socioeconômicas, restando para o Zé apenas gêneros que não lhe garantiam sequer a sobrevivência.

A PARÓDIA. Lisboa, 23 out. 1901.



O rotativismo político português, com a alternância entre regeneradores e progressistas, já em franca decadência, foi representado por *A Paródia* como um barril abarrotado de lixo, no qual as duas organizações partidárias eram representadas por porcos, enquanto um gato com alusão aos britânicos derrubava a barrica e uma ratazana jazia ao chão, ou seja, nem um animal acostumado aquele ambiente aguentava com tanta podridão. Ao Zé Povo restava apenas tapar o nariz para suportar tanta quantidade de sujeira. *A PARÓDIA*. Lisboa, 30 out. 1901.





O Zé Povinho não controlava a gargalhada, ao tratar da irrigação – por meio das eleições – de uma plantação, cujo único resultado era o penacho, em alusão ao poder e ao mando político. Em outra caricatura, a vida política portuguesa era vista como um misto de pescarias e confabulações, em relação aos arranjos e desarranjos partidários e pessoais. Ao final, o Zé concluía que todo esse processo político equivalia à existência de um verme, ou ainda, a uma “bicha de sete cabeças”, equivalendo a algo muito difícil de resolver ou lidar, um problema complexo e complicado  
A PARÓDIA. Lisboa, 6 nov. 1901.



As atividades do faquir, ou seja, do indivíduo que pratica mortificações e procura o controle do corpo através da mente, ou ainda aquele que realiza atos em que mostra insensibilidade à dor, geralmente em espetáculos públicos eram a tônica de caricatura na qual um jornalista tinha de submeter-se a tais sacrifícios – mormente os ligados ao endividamento nacional – para sustentar as posições do periódico em que atuava, ao passo que o Zé Povinho se via em dificuldades em seguir o faquirismo, a partir de um prego colocado em sua língua.

A PARÓDIA. Lisboa, 13 nov. 1901.





Demônios e a própria morte surgiam como obstáculos à sobrevivência do Zé, notadamente no que tange à sua subsistência alimentar, em referência ao pão, um produto fundamental na mesma. Colocando a data da edição em evidência, em outra ilustração, a publicação se referia ao “fatal dilema do Zé Povinho”, aparecendo o personagem desnudo e desnutrido, revelando as amplas dificuldades que tinha para manter condições mínimas de habitação e alimentação, de modo que não teria as mínimas condições de compor um quadro ornamental da capital portuguesa. A PARÓDIA. Lisboa, 20 nov. 1901.

**A PARODIA**

### SONETO DO ZÉ POVINHO

«A dívida ao governo existe realmente ; mas não é credor o Banco de Portugal, que apenas tem servido de intermediário ; o credor é o paiz.»  
(das *Novidades*).

Sou um pobre coitadinho  
Sem alforge nem surrão...  
Tão pelintra, que o meu vinho  
Não chega para o meu pão...

Tenho o mal de não ter ninho  
E o mal de ter coração...  
Vejam se ha um pobretão  
Mais pingão que o Zé Povinho!

Sou mais pobre do que Job :  
No corpo, a camisa só,  
E fundilhos no trazeiro...

Um pelintra ! E mesmo assim,  
Ai, quem me diria a mim !  
— Ainda emprésto-dinheiro...!

X.



A PARÓDIA E A PERMANÊNCIA DO ZÉ POVINHO NA VIRADA DO SÉCULO XIX AO XX



Em edição que coincidia com o natal, o Zé Povinho era homenageado com um soneto, que destacava o endividamento dele mesmo e do próprio país. Ele aparecia também para demarcar o encerramento do ano, com o “fim do 2º volume”, em página na qual sua face era “esculpido” pelos responsáveis pela redação do periódico. A PARÓDIA. Lisboa, 25 dez. 1901.



No número inaugural de 1902, o tema da caricatura eram as tantas possibilidades de perda de dinheiro por parte da população, como montepios, loterias, pândegas e empréstimos, resultando na simbólica morte do Zé Povo, que aparecia "podre e envenenado". A PARÓDIA. Lisboa, 1º jan. 1902.



A expressão latina utilizada como saudação litúrgica, pela qual ficava demarcado que a divindade estaria próxima das pessoas e de seus espíritos, servia para designar a abertura dos trabalhos parlamentares, na qual um político calcava os pés sobre um sonolento Zé Povinho, desinteressado dos rumos do país.

A PARÓDIA. Lisboa, 8 jan. 1902.



A mesmice na vida político-partidária portuguesa era representada pela abertura dos trabalhos legislativos na Câmara Baixa, com os líderes já realizando as combinações para tratarem os colegas como marionetes, de acordo com seus desígnios, enquanto o Zé Povo, impassível, restringia-se a observar a cena.

A PARÓDIA. Lisboa, 15 jan. 1902.



Ainda quanto às ações legislativas, o Zé Povinho negava-se a acreditar nas falas parlamentares no que tange aos regimes autoritários, com a promessa de que os mesmos não teriam vez, vindo a considerar que aquilo seria para satisfazer os interesses internacionais, mormente os britânicos, e os dos pares nas galerias da casa parlamentar. A PARÓDIA. Lisboa, 29 jan. 1902.



Em trajés domingueiros, o Zé Povo revelava que estava “sempre à espera”, fosse pelo carnaval, por providências governamentais, por melhores condições econômico-financeiras e, por fim, de melhores condições de existência tanto para o país, como para si mesmo.

A PARÓDIA. Lisboa, 12 fev. 1902.



A quaresma, período de quarenta dias, entre a quarta-feira de cinzas e a quinta-feira santa, correspondendo a um tempo de penitência e preparação para a Páscoa, observada como uma época sagrada para os cristãos era o tema de mais uma caricatura, que se referia ao jejum obrigatório, como prática do período em pauta, o qual coincidia com as dificuldades nacionais, no que tange à política exterior e as atividades industriais, comerciais e políticas, enquanto um esquelético Zé Povinho buscava equilibrar-se sobre os impostos, simbolizado por uma elevação no terreno, e buscando alcançar sem sucesso uma posta de bacalhau, prato típico para aquele período social e religioso.

A PARÓDIA. Lisboa, 26 fev. 1902.



A inclemência climática servia como obstáculo para um Zé Povinho que, mesmo de capa e guarda-chuva, tinha dificuldades para suportar o vento e a chuva que o assolavam, mas a crítica acabava por direccionar-se à política exterior e aos laços de dependência de Portugal para com a Inglaterra, com a referência de que tudo vinha do estrangeiro, até mesmo o clima. A PARÓDIA. Lisboa, 5 mar. 1902.





Por uma porta entreaberta, o Zé Povo observava o mau comportamento dos representantes parlamentares, que estariam abandonando o debate político por meio da palavra, para se entregarem aos conflitos pelas vias de fato.

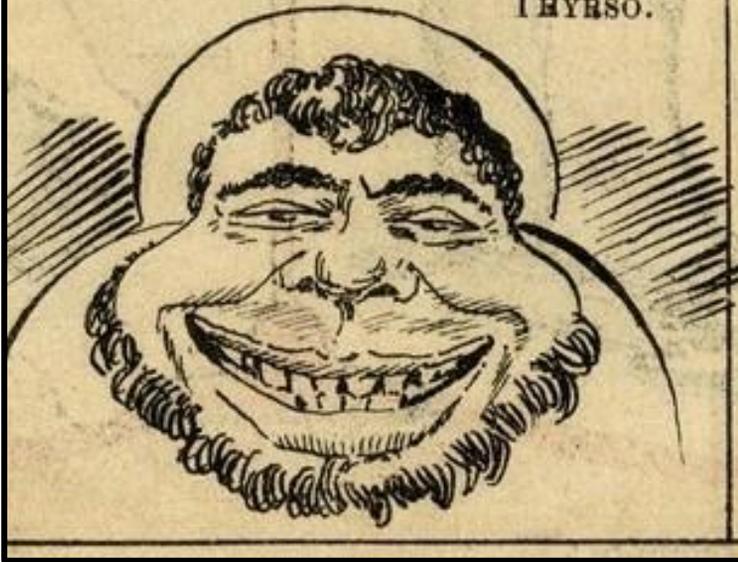
A PARÓDIA. Lisboa, 19 mar. 1902.

A Paschoa vem cheia de vaticínios dolorosos para os nossos politicos e para a nossa politica.

E enquanto os destinos se jogam e as tempestades se preparam, o valente Zé Povinho é o unico coherente com a quadra lithurgica que atravessamos: conserva a sua insigne e imperturbavel cara de paschoa.

O peor, é que, na cara d'elle, a Paschoa dura todo o anno.

THYRSO.



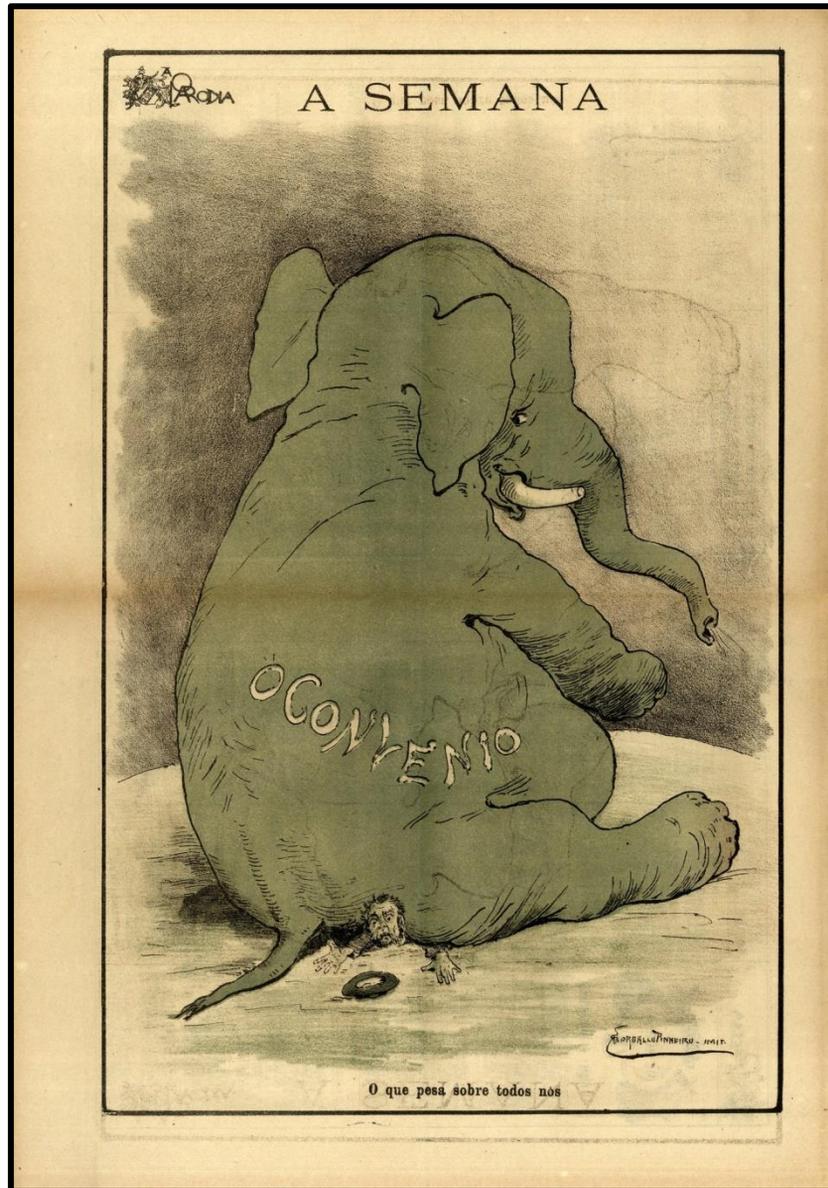
O periódico trazia um prognóstico negativo para com o momento político português, diante do que alegava que apenas o Zé Povinho estaria se comportando a contento com o período religioso em pauta, permanecendo sempre com uma “cara de Páscoa”, ou seja, um rosto alegre, risonho e prazenteiro, que não passava de aparência, tendo em vista as dificuldades por ele vivenciadas, mormente no campo socioeconômico. A PARÓDIA. Lisboa, 26 mar. 1902.



A chegada do feriados religiosos, com a quinta e sexta-feira santas, o sábado de aleluia e o domingo de Páscoa, seria uma espécie de lenitivo, nos quais o Zé Povo poderia fugir a sua rotina de sofrimentos, mas que, passado tal período, ele voltava à sua existência calcada em limitações, notadamente no que tange à política.

A PARÓDIA. Lisboa, 2 abr. 1902.





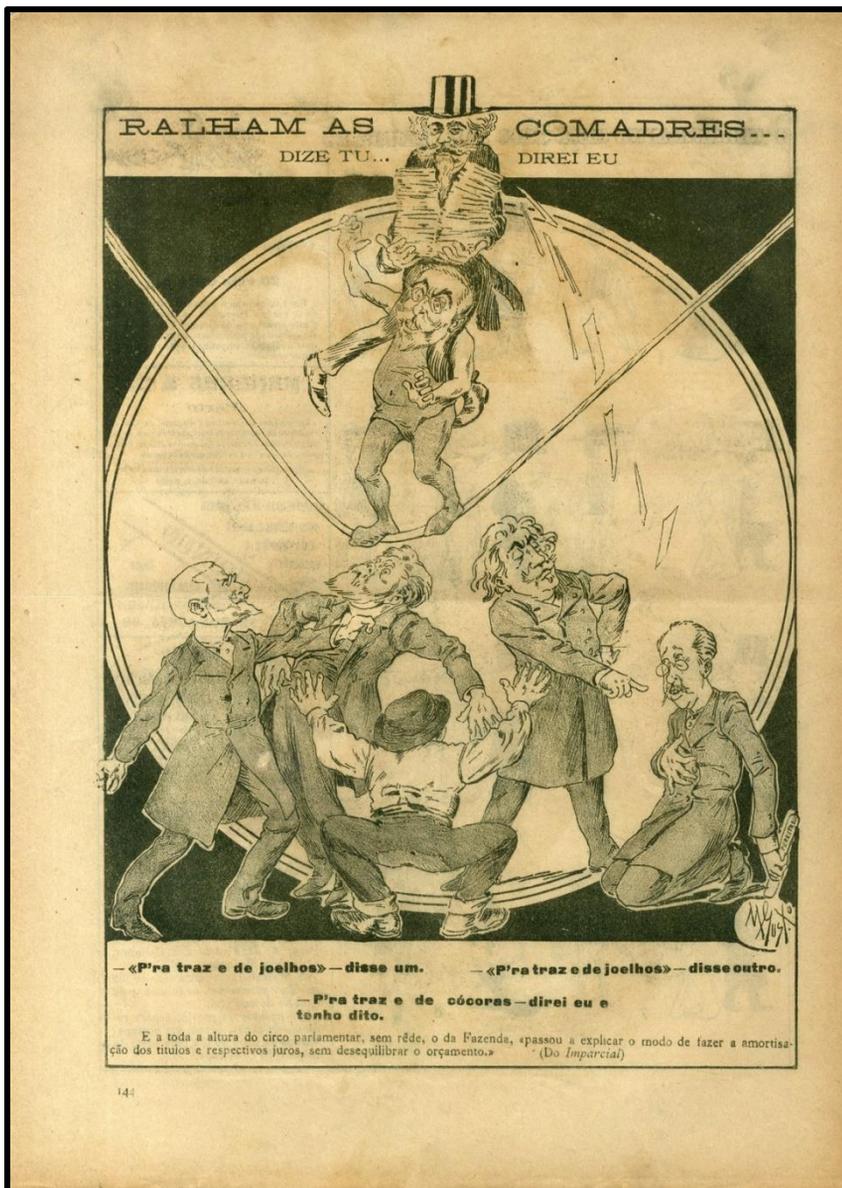


O convênio assinado por Portugal para amortizar sua dívida externa, foi alvo de profunda crítica por parte de *A Paródia*, chegando tal contexto a ser comparado a um “paraíso político”, no qual a serpente observava a “Eva da maioria” que oferecia a “maçã-convênio” ao “Adão Zé Povo”, para quem só restava engolir o amargo fruto.

*A PARÓDIA*. Lisboa, 16 abr. 1902.

Tal convênio foi ainda representado como um elefante, ou seja, um enorme peso que recaía sobre o Zé. Já em outra caricatura, o Zé Povinho aparecia em pândega, enquanto os homens públicos dilapidavam o dinheiro público.

*A PARÓDIA*. Lisboa, 23 abr. 1902.



Com relação aos trabalhos do poder legislativo, caracterizado como “circo parlamentar” e às práticas fazendárias, o periódico apontava para o malabarismo que os homens públicos buscavam empreender na busca de um improvável equilíbrio econômico-financeiro, restando ao povo permanecer deslocando-se para trás e de cócoras, ou seja no caminho do regresso e da submissão.

A PARÓDIA. Lisboa, 30 abr. 1902.



N.º 122 — LISBOA, 14 DE MAIO

3 ANO 1912

# A PARÓDIA

<p><b>PREÇO DA ASSIGNATURA</b> (PAGAMENTO ADIANTADO)</p> <p>Lisboa, pratas e a África sete de 48 números ..... 100 réis Lisboa, pratas e a África sete de 48 números ..... 100 réis Cobrança pelo correio fora de Lisboa ..... 100 réis Estrangeiro, occorre o porte do correio.</p> <p><b>Preço avulso 20 réis</b> Um mês depois de publicado 40 réis</p>	<p><b>Publica-se ás quartas-feiras</b></p> <p>PROPRIETÁRIO: <b>RAPHAEL BORDALLO PINHEIRO</b> e <b>M. GUSTAVO BORDALLO PINHEIRO</b> Redacção — RUA DO GREGO LUIZIANO, 66, 1.º</p>	<p>ADMINISTRADOR — GONZAGA GOMES Administração — E. DO GREGO LUIZIANO, 66, 1.º</p> <p>Composição: <i>Minerva Peninsular</i> 112, Rua do Norte, 113</p> <p>Impressão: <i>Lithographia Artistica</i> Rua do Alamo, 11 e 13</p> <p>EDITOR — CARLOS CHAVES</p>
--	--	--

## AS DUAS DIVIDAS



CREDOR EXTERNO.

**Divida interna**                      **Divida externa**

153



A temática do convênio referente ao endividamento externo luso voltou às páginas do semanário ilustrado-humorístico lisbonense. Em uma das caricaturas, o Zé Povo tornava-se o paciente de uma cirurgia promovida pelos estadistas e pela força policial, que anestesiava o paciente com clorofórmio, para lhe extirpar as pernas, com a "serra/convênio".

A PARÓDIA. Lisboa, 7 maio 1902.

Outro desenho trazia o Zé sendo assaltado e agredido, por dois indivíduos identificados com a dívida interna e a externa.

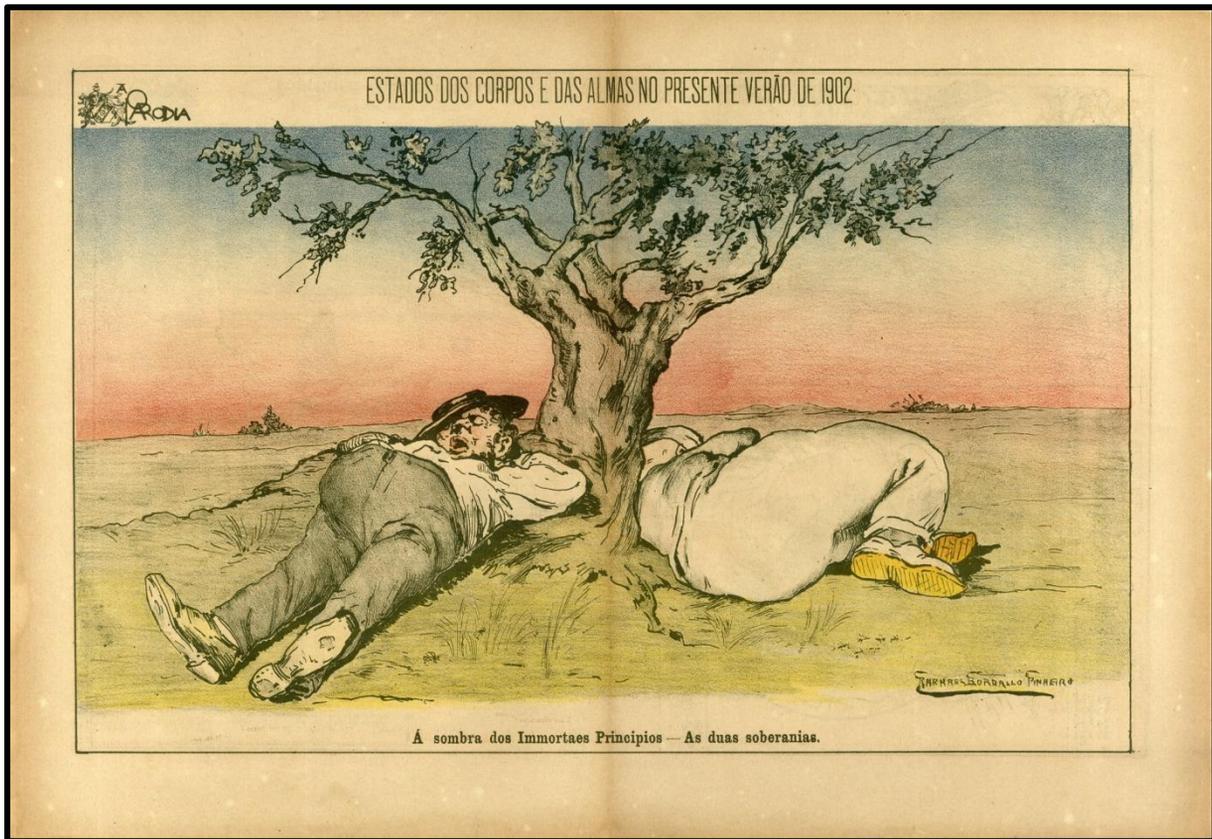
A PARÓDIA. Lisboa, 14 maio 1902.

O debate acerca do convênio se misturava com questões literárias na conversa entre o Zé Povinho e a sua congênera feminina, a Maria.

A PARÓDIA. Lisboa, 4 jun. 1902.



As condições climáticas e as indefinições de temperatura entre o inverno e o verão, eram vistas como no clima estando “tudo às avessas”, andando “tudo de pernas para o ar”, com a presença de vários integrantes da comunidade lusa, sob o olhar do Zé Povo, cheio de pachorra, ficava deitado ao chão. A PARÓDIA. Lisboa, 25 jun. 1902.



A inclemência dos efeitos do verão e o princípio da soberania nacional eram associados em mais uma presença do Zé Povinho, em sua modorrenta lerdice. A PARÓDIA. Lisboa, 2 jul. 1902.



A política internacional era a pauta de caricatura na qual vários países europeus buscavam aplacar a fúria de vulcões associada a movimentos considerados subversivos, utilizando-se, tal qual bombeiros, de potentes mangueiras, ao passo que, no caso português, o Zé Povo limitava-se a urinar sobre um “vulcão apagado”.

A PARÓDIA. Lisboa, 23 jul. 1902.




  
**A RODA**

**« Portugal em broma »**  
**ou variações sobre a união ibérica**

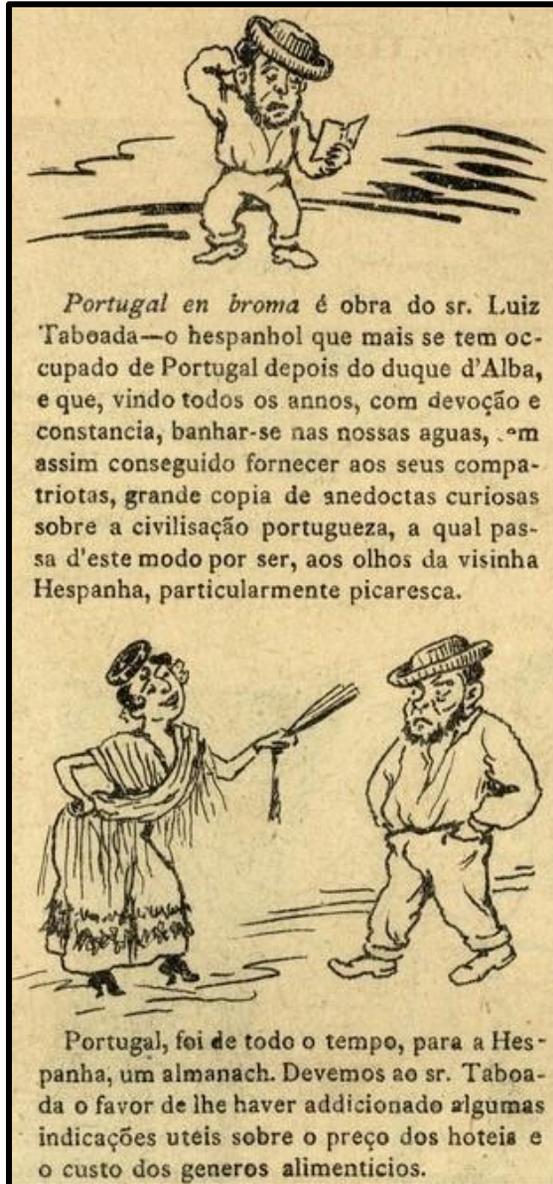

 OR via de regra, nós aceitamos todas as críticas, as menos benevolas do estrangeiro, com tanto que esse estrangeiro não seja um hespanhol.

Frequentes vezes, a França nos dilacera com as suas ironias, o que não impede que nós continuemos a amar os francezes, com aquelle exaggero tão característico da nossa civilisação, que já Eça de Queiroz disse ser traduzida do francez, em calão. A Inglaterra, pela bocca dos seus rigidos estadistas, tem-n'os repellido para o ultimo logar, nas sociedades humanas, e a Allemanha, não raro nos faz sentir o peso dos seus descompassados juizos, sem que nem dos inglezes guardemos rancor, nem dos allemães nos fique sombra de despeito. O proprio do homem dos povos é esquecer. Em materia de sentimentos internacionaes, Portugal come queijo. E' o Estado menos ranceroso da terra.



Com a Hespanha, porem, é como se estivessemos na vespera de Aljubarrota; e que um hespanhol nos aprecie, seja com rigor, seja com jovialidade, e eis que partimos á desfilada por Castella, brandindo o montante de Nun'Alvares. E' necessario que as nossas aversões historicas tenham sido bem profundas, para que tantos seculos de reconciliação não hajam podido dissipar-as inteiramente.





N.º 139 — LISBOA, 10 DE SETEMBRO. 3  
ANO  
92

# A PARÓDIA

<p><b>PREÇO DA ASSIGNATURA</b> (PAGAMENTO AVANÇADO)</p> <p>Lisboa, provincias e Africa serie de 12 números 500 réis Lisboa e provincias serie de 12 números 400 réis Cobrança pelo correio extra..... 100 réis Retregueiro, adrece e porte do correio..... 100 réis</p> <p><b>Preço avulso 20 réis</b> Um mes depois de publicação 40 réis</p>	<p><b>Publica-se ás quartas-feiras</b></p> <p>PROPRRIETARIO <b>RAPHAEL BORDALLO PINHEIRO</b> &amp; <b>M. GUSTAVO BORDALLO PINHEIRO</b></p> <p>Residencia — RUA DO GREGO LUZITANO, 46, 1.ª</p>	<p>ADMINISTRADOR — <b>GONZAGA GOMES</b> Administracao — R. DO GREGO LUZITANO, 60, 1.ª</p> <p>Composicao: <i>Miserva Peninsular</i> 111, Rua de Norte, 113</p> <p>Impressão: <i>Lithographia Artistica</i>, Rua de Almeida, 32 e 34.</p> <p>EDITOR — <b>CARLOS DRALVS</b></p>
--	---	--

**TRATADOS DE COMMERCIO**

As camaras de commercio e agricolas de algumas regiões fronteiriças hespanholas continuam instando junto do seu governo, para que este denuncie o tratado de commercio, existente entre os dois paizes peninsulares. Uma das allegações do commercio e da agricultura hespanhola refere-se ao excessivo de gado asturo em Portugal — *Das jornales.*



As ultimas reclamações da Hespanha

Ainda no contexto das relações exteriores, o Zé desconfiava de uma aliança franco-hispânica e do interesse da mesma no território lusitano. A PARÓDIA. Lisboa, 13 ago. 1902.

Quanto a esse possível interesse territorial da Espanha, o Zé Povinho aparecia para ilustrar uma crônica acerca de uma “união ibérica”. A PARÓDIA. Lisboa, 20 ago. 1902.

O personagem também aparecia para questionar um acordo comercial com o país vizinho. A PARÓDIA. Lisboa, 10 set. 1902.

**A PARÓDIA**

N.º 136 — LISBOA, 13 DE AGOSTO

3 ANO 99

<b>PREÇO DA ASSIGNATURA</b> (PAGAMENTO ADIANTADO) Lisboa, provincias e Aldeia serie de 26 numeros 300 reis Lisboa e provincias 200 Aldeia serie de 26 numeros 300 Aldeia serie de 26 numeros 200 Aldeia serie de 26 numeros 100 <b>Preço avulso 20 réis</b> Um mez depois de publicado 40 réis	<b>Publicação às quartas-feiras</b> Proprietarios <b>RAPHAEL BORDALLO PINHEIRO</b> <b>M. GUSTAVO BORDALLO PINHEIRO</b> Redacção — PUA DO GARRÃO LUZZIANO, 66, 1.º	<b>ADMINISTRADOR — GONZAGA GOMES</b> Administração — E. DO GARRÃO LUZZIANO, 66, 1.º Composição: <i>Mierva Penitente</i> , 112, Rua de Santa, 112 Impressão: <i>Lithographia Christiana</i> , Rua de Almeida, 34 e 36 EDITOR — CANDIDO CHAVES
--	---	--

**A MIXORDIA**



**O CHIQUEIRO**





As denúncias acerca de um escândalo em torno da falsificação de farinhas serviu de cenário para que o Zé Povo fosse metamorfoseado em uma figura suína que era alimentada pelo produto adulterado.

A PARÓDIA. Lisboa, 13 ago. 1902.

Também no que tange a esse tema, o semanário tratava com ironia o “triunfo do comércio fraudulento”, apresentando um “projeto de monumento” que serviria satiricamente para homenagear a tal falsificação, com a peça monumental contando com a visita do Zé e da Maria. A PARÓDIA. Lisboa, 20 ago. 1902.

Efeito análogo ocorreu com a questão do “feijão pintado” e os efeitos que provocara nas roupas íntimas da população.

A PARÓDIA. Lisboa, 1º out. 1902.



A  
**PARÓDIA**

N.º 141 — LISBOA, 24 DE SETEMBRO

3  
ANO  
102

<p><b>PREÇO DA ASSIGNATURA</b> (PAGAMENTO ADIANTADO)</p> <p>Linha, perovotas e Africa rest. de 60 dias... 1200. Código pelo correio... 100. Retardação, acesso a porta do correio... 100.</p> <p><b>Preço avulso 20 réis</b> Um mês depois de publicado 40 réis</p>	<p><b>Publico-se às quartas-feiras</b></p> <p>PROPRIETARIO <b>RAPHAEL BORDALLO PINHEIRO</b> E <b>M. GUSTAVO BORDALLO PINHEIRO</b> Residência — RUA DO GREGO LUZITANO, 66, 1.ª</p>	<p>ADMINISTRADOR — GONZAGA GOMES Administração — R. DO GREGO LUZITANO, 66, 1.ª</p> <p>Composição: <i>Mirvet Penitente</i> 111, Rua de Norte, 111</p> <p>Impressão: <i>Lithographia Christiana</i>, Rua de Almeida, 37, c. 3.</p> <p>EDITOR — SENEIRO CRAVES</p>
---	---	---

**A GUILHOTINA**



**Tenha a bondade!**

«Contas do thesouro, relativas a julho e abril do último anno. As receitas foram de 42.816.417.666 réis — menos a 9722.738.58 réis que em igual periodo do anno anterior.

As despesas foram de 46.556.907.564 réis — mais 8.335.058.403 réis que em igual periodo no anno anterior.

As despesas excederam pois as receitas 3.740.489.999 réis.» Dos jornaes.

Tendo em vista as dificuldades financeiras do país, o Zé Povo se via obrigado a penhorar uma peça de vestuário, pretendendo fazer o mesmo com títulos governamentais da dívida, ao que a instituição bancária não aceitou quanto a estes, por já se encontrarem sem valor.

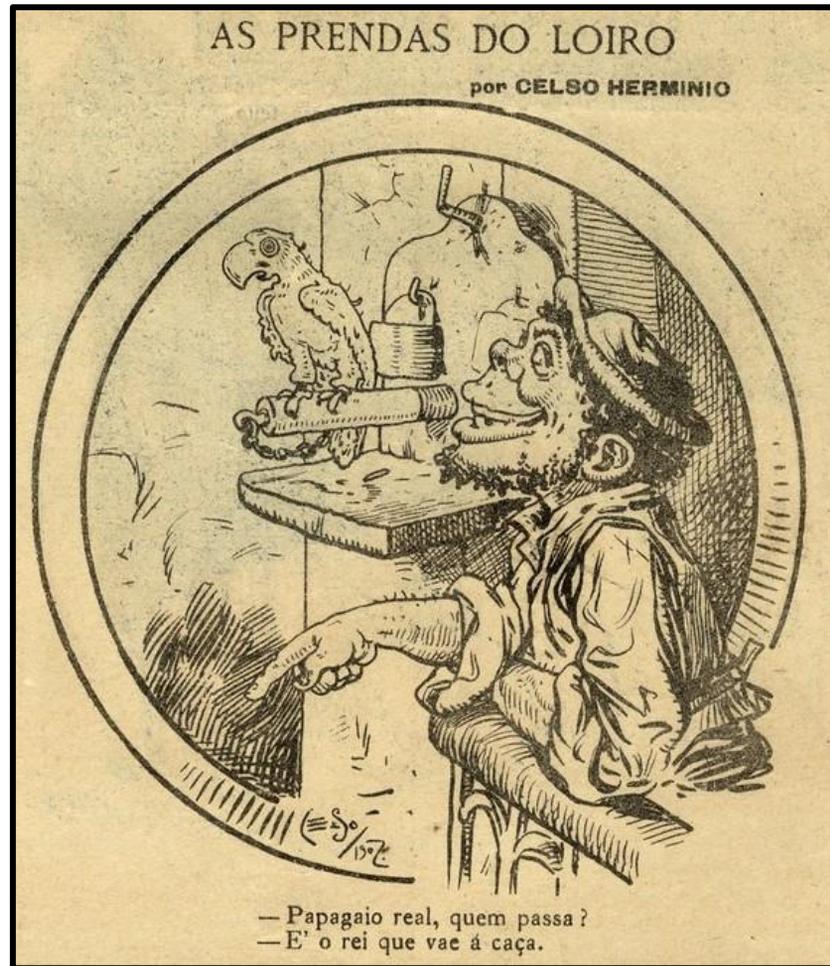
A PARÓDIA. Lisboa, 17 set. 1902.

Ainda quanto às contingências econômicas, o Zé era condenado à guilhotina, como solução para amenizar a disparidade entre a arrecadação e a despesa do país.

A PARÓDIA. Lisboa, 24 set. 1902.



O predomínio do clericalismo em Portugal voltava a ser denunciado pelo periódico, ao mostrar um vitral de inspiração religiosa e messiânica, no qual aparecia uma menina supostamente milagrosa, contando aos seus pés com as figuras do Zé Povo e da Maria, ajoelhados, em sinal de veneração e submissão, de modo que a publicação questionava se o país já estava na contemporaneidade ou permanecia na época medieval. A PARÓDIA. Lisboa, 15 out. 1902.



Na sustentação das manifestações antimonárquicas, o hebdomadário mostrava o Zé Povinho a treinar o seu papagaio para que falasse que o rei iria à caça, frase comumente utilizada pela imprensa satírico-humorística para criticar uma suposta futilidade nas ações do soberano luso.

A PARÓDIA. Lisboa, 29 out. 1902.



N.º 147 — LISBOA, 4 DE NOVEMBRO

3 ANO 92

# A PARÓDIA

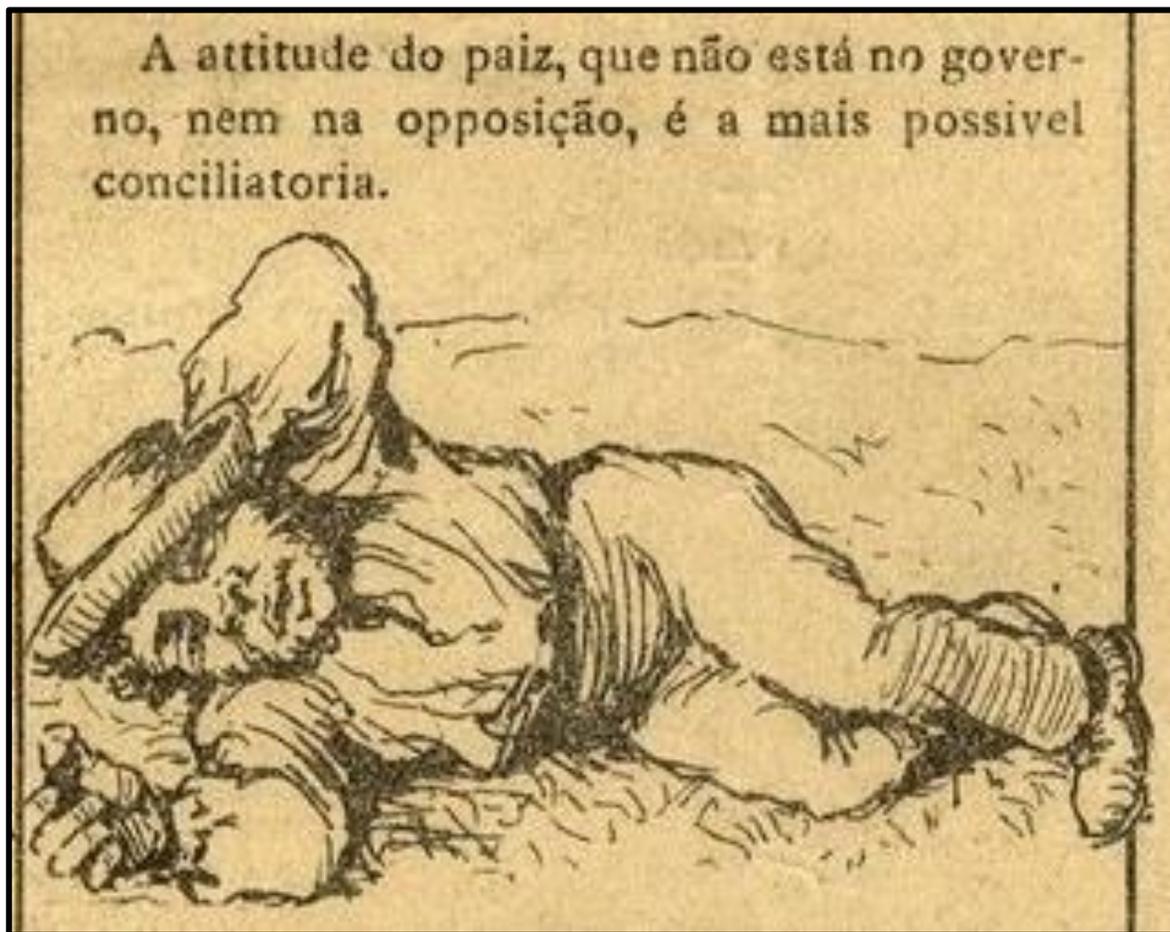
<p><b>PREÇO DA ASSIGNATURA</b> (PAGAMENTO ADIANTADO)</p> <p>Lisboa, provincias e Açores sete de 25 números 500 réis Lisboa, provincias e Açores sete de 25 números 500 réis Cobrança pelo correio extra..... + 50 + 12000 + Entrégas, sobress e porte do correio..... 100 +</p> <p><b>Preço avulso 20 réis</b> Um mez depois de publicado 40 réis</p>	<p><b>Publica-se ás quartas-feiras</b></p> <p>PROPRIETARIOS <b>RAPHAEL BORDALLO PINHEIRO</b> E <b>M. GUSTAVO BORDALLO PINHEIRO</b> Resacção — RUA DO GREGIO LUZITANO, 66, 1.ª</p>	<p>ADMINISTRADOR — GONZAGA GOMES Administração — R. DO GREGIO LUZITANO, 66, 1.ª</p> <p>Composição: Minervina, sinular 113, Rua do Norte, 113</p> <p>Impressão: Lythographia Artistica, Rua de Almeida, 32 e 34</p> <p>RETIPO — CARLOS CRAVES</p>
---	---	--

**MARCA A REGISTRAR**  
por CELSO HERMINIO



**Automovel-Povo, movido a peixe espada. — O mais resistente até hoje conhecido.**

A plena submissão da população lusa por parte das autoridades públicas era demonstrada por meio de caricatura na qual o Zé Povo assumia o papel de automóvel, que servia para transportar as próprias forças policiais-repressivas e fiscais, com o detalhe que o combustível do tal veículo era o “peixe espada”, em mais uma referência à coerção governamental. A PARÓDIA. Lisboa, 4 nov. 1902.



O paiz tem a opinião da sua attitude, isto é, a opinião das pessoas deitadas.





A pouca participação política da população era denunciada irônica e sarcasticamente com a proposição de um Zé Povinho cuja existência caracterizava-se pela preguiça e pela inação, preferindo permanecer deitado, sem buscar levar em frente qualquer tipo de atitude.

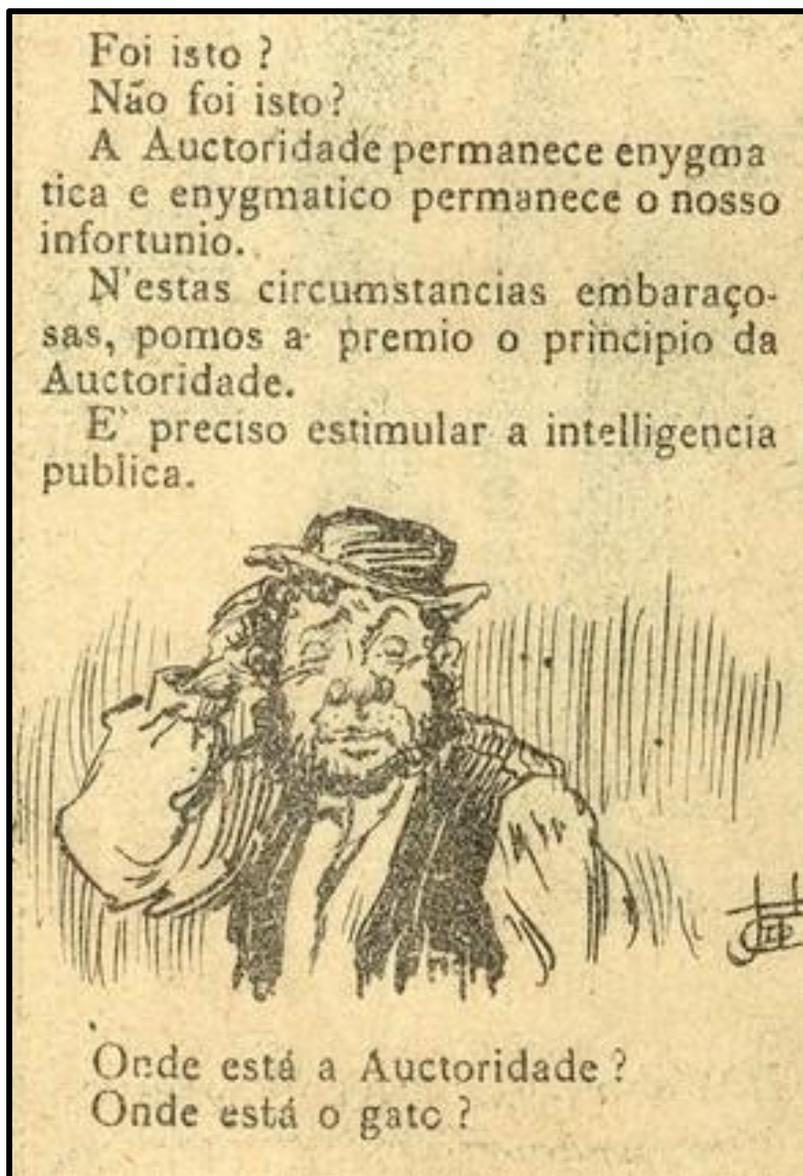
A PARÓDIA. Lisboa, 10 dez. 1902.





A perspectiva da zona fronteira luso-hispânica era abordada na forma de caricatura na qual o Zé Povo promovia um jogo de ténis com uma espanhola, tendo a cerca da fronteira como rede e um indivíduo como peteca. Tratava-se de uma personalidade considerada subversiva, ou seja, um “nihilista perigoso”, para o qual nenhum dos países pretendia dar asilo.

A PARÓDIA. Lisboa, 17 dez. 1902.



Diante das perseguições e da ação repressiva que ameaçavam *A Paródia*, a publicação reforçou seu espírito crítico, passando a questionar o “princípio da autoridade”, alegando que “nos foi lícito deprender da injustiça perseguição de que nos tornamos vítimas foi que o referido princípio nos colhera de surpresa em ato de desafinação”. Levando em conta tal circunstância o Zé Povinho aparecia cheio e dúvidas a coçar a cabeça, sem saber onde estava a tal “autoridade”.

## A PARÓDIA E A PERMANÊNCIA DO ZÉ POVINHO NA VIRADA DO SÉCULO XIX AO XX



Apesar dos percalços repressivos, a publicação ilustrado-humorística não abria mão de sua criticidade e mais uma vez estava lá o Zé Povo presente em duas caricaturas. Na primeira, enquanto os ricos e poderosos deliciavam-se com o bolo do orçamento, para o Zé restava o pão duro dos impostos. Na outra, por ocasião da inauguração do novo edifício do parlamento, a folha questionava que mudara apenas o prédio, pois o “sistema” vigente permaneceria o mesmo, ao mesmo tempo que mostrava que todo o esforço de carregar a mudança recaía sobre os ombros do Zé Povinho. A PARÓDIA. Lisboa, 7 jan. 1903.

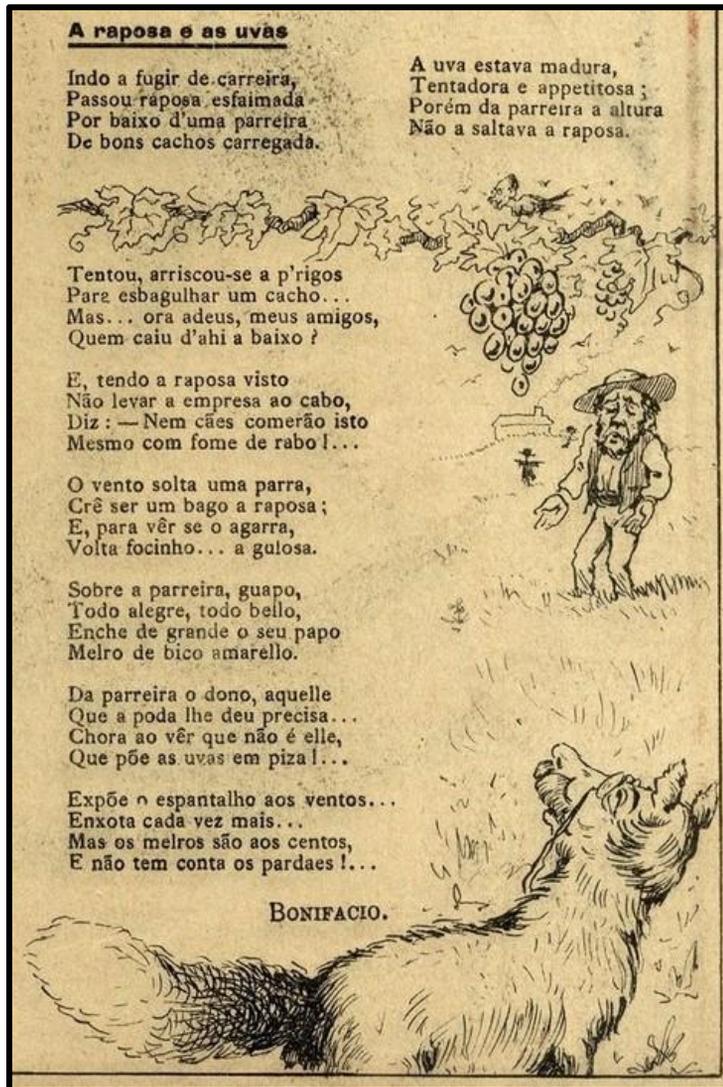
A Camara votou. Limpou o sr. Hjntze da mácula de idiotia por 65 votos.

Eu tomo pois a liberdade de recorrer a outro parlamento, o paiz, a quem pelas razões expostas, submetto uma nova moção.

«O Paiz affirma e conclue que, havendo leis especiaes, para todas as offensas á liberdade individual e collectiva, Carta Constitucional, etc, a censura previa, a prohibição, de falar e de escrever, de qualquer manifestação do pensamento humano, tendo sido acclamada no parlamento portuguez por 65 votos só pode significar a existencia nas cadeiras de S. Bento d'uma rica collecção de 65 idiotas.»

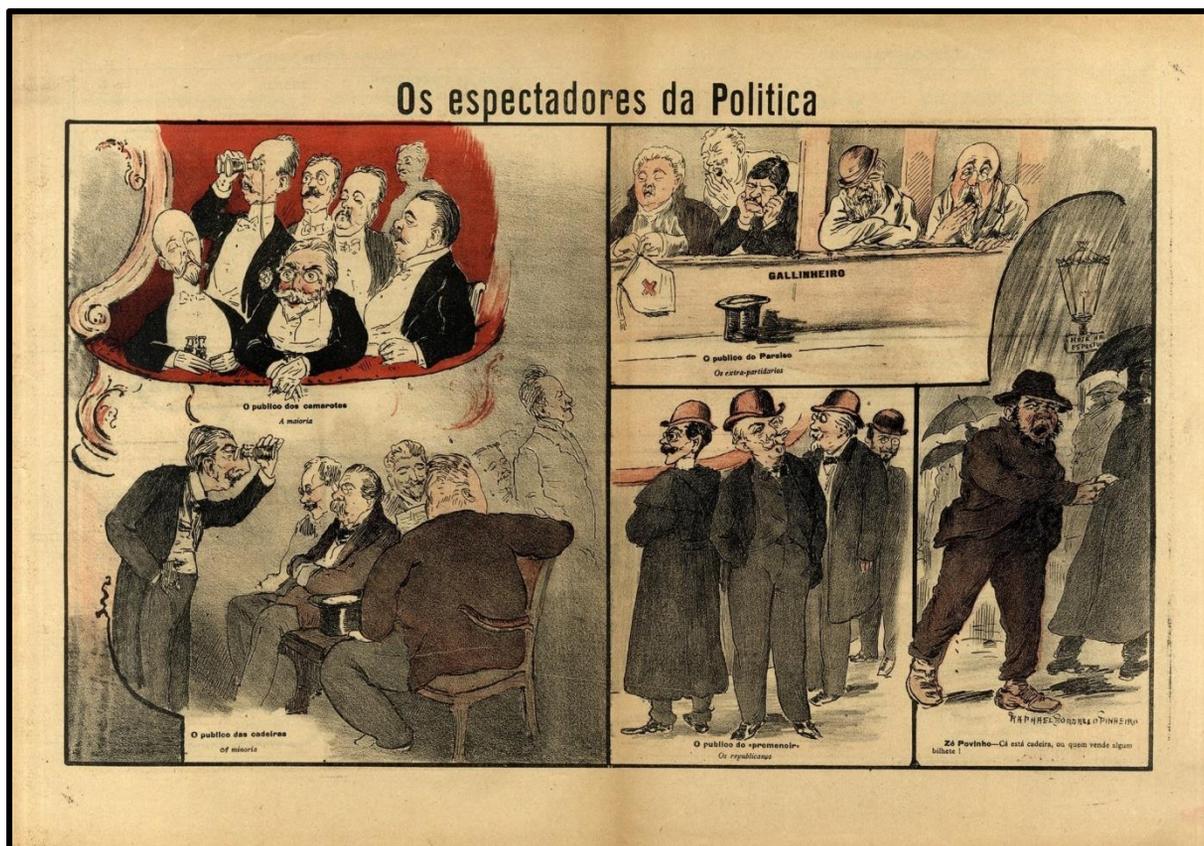
O paiz, que vote.





Levando em conta o ambiente de ampla repressão, *A Paródia* denunciava as restrições à liberdade de expressão e à censura imposta às atividades culturais no país. Em crônica tratando do tema, contando com a presença do Zé Povo, o periódico cobrava as limitações à liberdade individual e coletiva, a presença de uma carta efetivamente constitucional e a ascensão da censura prévia, bem como os obstáculos ao direito de ler, escrever e da livre manifestação do pensamento. Ele também se faz presente, macambúzio, em uma adaptação vervejada da fábula da raposa e das uvas.

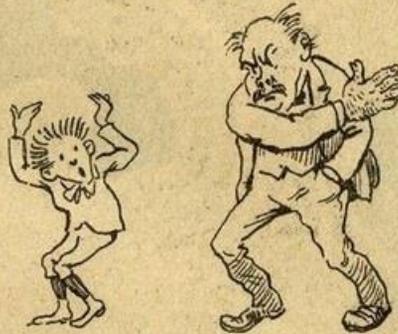
A PARÓDIA. Lisboa, 28 jan. 1903.



A vida política portuguesa foi comparada pelo semanário à presença dos espectadores em um espetáculo teatral, com os diferentes grupos partidários ocupando diversificados lugares no teatro, restando ao Zé Povo ficar do lado de fora, no vento, no frio e na chuva, atuando como um cambista.  
A PARÓDIA. Lisboa, 4 fev. 1903.

**Logioa**

O sr. Reitor do Lyceu referindo uma questão havida entre um professor e um alumno, explica que o professor lhe deu (no alumno) uma pequena bofetada.



*Pequena bofetada é como quem quer dizer um chôcho, de tal modo, dulcorosamente expõe o reitor a aggressão.*

Ora como são prohibidos os castigos pessoais, pequenos ou grandes e não ha, por ora, classificação para as bofetadas, o illustre reitor deve lembrar ao illustre professor que pôde haver algum pae d'alumno que se lembre de applicar pequenos pontapés.

N'este paiz a lei é o que os senhores estão vendo, sempre. Todos são Hintzes Ribeiros pequeninos, ás pequenas e grandes bofetadas a tudo e a todos.

Quando virá o grande pontapé ?





Uma nova crônica intitulada "Lógica", o semanário se referia à agressão de um administrador de entidade educacional a um aluno, por meio de uma bofetada, em atitude que teria sido amenizada pelos governantes, ao que o periódico defendia que tal julgamento governamental abriria espaço para que o Zé Povo tivesse o mesmo tratamento para com os homens públicos, podendo dar um "grande pontapé" nos fundilhos dos mesmos. Levando em conta o sucesso de um atirador de facas em Lisboa, a publicação imaginava que o alvo de tal artista poderia ser o chefe de governo, aparecendo também na cena o Zé, a rir-se da situação.

A PARÓDIA. Lisboa, 11 fev. 1903.



Na época do carnaval, a revista ilustrada trazia a figura de um carro alegórico, no qual se faziam presentes vários dos males que afetavam a nação lusitana, como o déficit, as negociatas, a dívida, os políticos consumindo todo o orçamento e o sistema do rotativismo partidário. Tal “carro do Estado” era movido por meio da força humana, com diversos Zé Povinho chicoteados tinham de fazer um esforço sobre-humano para cumprir sua função.

A PARÓDIA. Lisboa, 18 fev. 1903.

N.º 7 — LISBOA, 28 DE FEVEREIRO

1.º ANO 1903

# PARÓDIA

## COMEDIA PORTUGUEZA

Publica-se às quartas-feiras  
Toda a correspondência deve ser dirigida ao administrador da  
**PARÓDIA-COMEDIA PORTUGUEZA**  
PREÇO AVULSO 20 RÉIS  
Um mês depois de publicado 40 réis

Redacção e administração — RUA DO GREGO LUSITANO, 66, 1.º

**Assinaturas (pagamento adiantado)**  
Lisboa e provincias, anno 12 num. 12000 rs. | Brazil, anno 12 numeros..... 25000 rs.  
Semestre: 50 numeros..... 5500 rs. | Africa e India Portuguesa, anno 12 numeros..... 120000 rs.  
Cobrança pelo correio..... 5000 rs. | Cingapura, anno, 12 numeros..... 125000 rs.

EDITOR — CARDEIRO BRAVES  
COMPOZIÇÃO  
**Minerva Peninsular**  
111, Rua do Norte, 113  
IMPRESSÃO  
**Lythographie Artistica**  
Rua de Almeida, 39 e 34

NOTA: — As assinaturas por anno e por semestre accitam-se em qualquer data; tem ordem de começar sempre no 1.º de Janeiro ou no 1.º de Julho

### CINZAS

Agora — nós!

Ainda por ocasião das festividades carnavalescas, com o encerramento das mesmas, na quarta-feira de cinzas, enquanto o folião encontrava-se caído de cansaço, após tanto folguedo, um clérigo pregava lições morais, religiosas e comportamentais, acabrunhando o Zé Povinho.  
A PARÓDIA. Lisboa, 25 fev. 1903.

Ó catita que tal fizeste. Logo que a cidade o soube, perdeu medos e maguas e começou a rir, a rir, a rir!

Porque foi assim que, appareceu um ministerio novo e não uma recomposição, ó finura extrema! por aquella razão da mãe que pedindo ao filho maior se tinha algumas calças velhas lh'as mandasse para fazer umas calças novas para o irmão.

O povo percebeu que estava em plena comedia e como é naturalmente propenso a esquecer afflicções desandou a rir.



Não é facil perceber o que seja uma recomposição ministerial ou o que signifique; mas um ministerio novo, que deve ser um corpo novo, assim como uma bicha de sete cabeças, feita de boccados velhos é inconquistavelmente um calção novo por deante — com fundilhos por detraz.

O sr. Hintze deve saber que quando á fazenda gasta e cançada, se cosem boccados de fazenda nova, as costuras abrem-se ao menor esforço.

De modo que não é preciso ser propheta para poder affirmar, que assim que o ministerio tenha por qualquer necessidade de se pôr de cocoras, — lhe rebentam os calções.

Referindo agora esta imagem, que se applica á collectividade, por um vulgar processo mental, á grave figura representativa do ministerio, o presidente, ao vê-lo de costuras arreganhadas e a carne á mostra,—percebe-se que as cócegas levam o seu bom povo—a rir, a rir, a rir.

Voltando a se referir às atitudes repressivas governamentais, o periódico se referia a “um grande medo” frente à “opressão do terror”, mas destacava que o período do carnaval teria servido como um lenitivo para tanta coerção. Diante disso, a cidade teria perdido “medos e mágoas e começou a rir”, assim como o Zé Povo que, “percebeu que estava em plena comédia e, como é naturalmente propenso a esquecer aflições”, também “desandou a rir”.

A PARÓDIA. Lisboa, 4 mar. 1903.

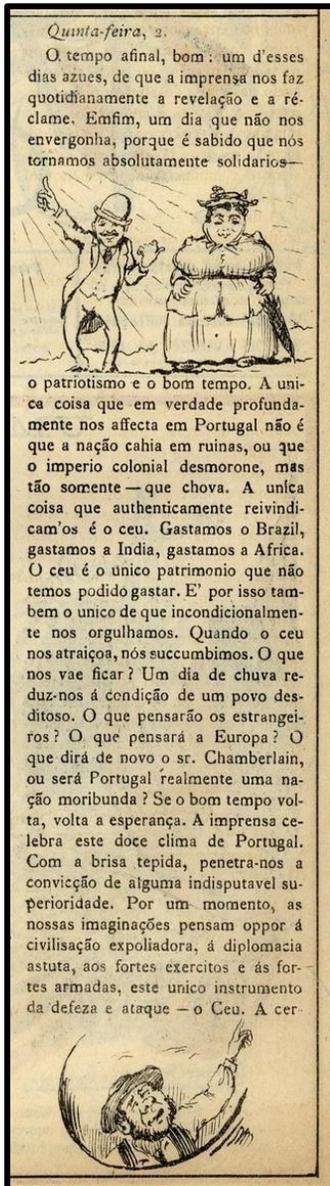


Apresentando na forma de crônica, o periódico noticiou e opinou sobre a manifestação do presidente do conselho. A folha brincava com a perspectiva de que o governo não estaria "gasto". O Zé Povo aparecia a apreciar jocosamente o discurso do homem público, garantindo a publicação que não haveria mais "nenhum solidariedade" com a política e os partidos.

A PARÓDIA. Lisboa, 11 mar. 1903.

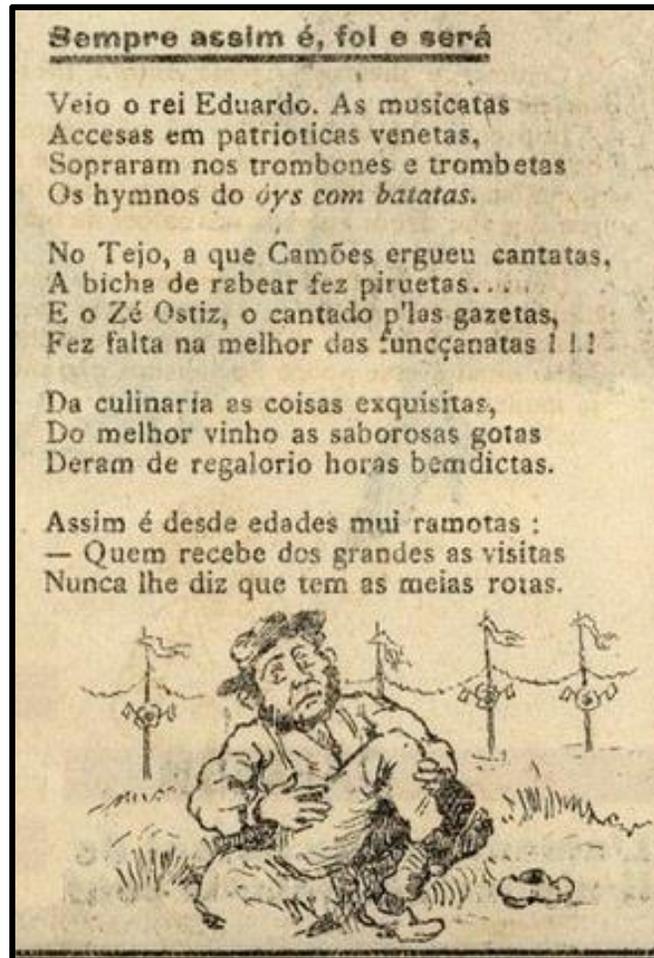


Fazendo alusão às mortes provocadas por acidentes de trânsito, oriundos do excesso de velocidade dos bondes, o periódico mostrava o Zé Povo ajudando uma dama que representava a capital portuguesa, puxando um dos veículos públicos. A PARÓDIA. Lisboa, 11 mar. 1903.



Em mais uma crônica, o periódico criticava a falta de patriotismo da população, argumentando que “a única coisa que em verdade profundamente afeta Portugal não é que a nação caia em ruínas, ou que o império colonial desmorone, mas tão somente que chova”. Sob o olhar pasmo do Zé Povo, a publicação ilustrada lembrava que o país perdera o Brasil, a Índia e a África e, mesmo assim, “o céu” seria o “único patrimônio” que preocupava a nação.

A PARÓDIA. Lisboa, 8 abr. 1903.



Por meio de um soneto, a folha dedicada à arte caricatural criticava as extremas pompas dedicadas à visita do soberano britânico Eduardo VII, com festas, bandas, exaltação pela imprensa e banquetes, ao passo que, ao Zé Povinho só restava observar as suas precariedades.

A PARÓDIA. Lisboa, 23 abr. 1903.



O Zé Povinho aparecia travestido de vendedora de peixe, em crônica segundo a qual “longamente Portugal jazeu no esquecimento”, ficando “geograficamente perdido na confusão dos estados peninsulares” e parecendo “enterrado debaixo do entulho de sua velha história”. O saudosismo de um “passado glorioso” era a tônica do texto, concluindo que Portugal, “na qualidade de país marítimo procura muito legitimamente vender o seu peixe”.

A PARÓDIA. Lisboa, 7 maio 1903.

**A procissão de S. Jorge**

O nosso Zé, puríssimo cristão,  
Esqueceu toda a casta do cuidado,  
E foi vêr a devota procissão  
Do milagroso santo atarrachado :  
Rezou com verdadeira contrição  
Para d'alma enxotar algum peccado...  
Porque o Zé, que só ama o foguetório,  
Tambem tem muitas culpas no cartório.



— Olha o grande S. Jorge ! o santo inglez  
Tão respeitado no terreno luzo !...  
Como elle acode ao povo portuguez  
Quando este pelitrião se vê confuso !...  
Monta com todo o garbo e altivez,  
Graças á protecção do para-fuso . .  
Mas agora eu reparo . . é quasi equal  
A'quelle meu amigo Soveral !

Olha o homem de ferro ! Um dos guerreiros  
Capaz de combater co'as proprias fêras ;  
Fez mais do que Roldão e que Oliveiros,  
Foi o mudo d'Alcant'ra d'outras eras !...  
Não tinha medo algum dos estrangeiros,  
Portuguez d'ago, e portuguez deveras !...  
Francamente, só posso comparal-o  
Ao que fez o Convento, obra d'estalo !

Olha ! Lá vae o pagem com a lança,  
Ostentando farpella muito rica !...  
Já vi um tal e qual em certa dança  
Que no dia de entrudo sêe da Bica !...  
E é que sabe montar, a tal creança,  
'Stá gorda, não padece de *lurica* !...  
Se vestisse um fatinho tão formoso  
Passava a seductor o D. Mattoso !

Olha os archeiros ! Tropa assignalada,  
Capaz até de combater lagartos !  
Se rapam da alabarda, a bordoada  
Deixa a boia do mundo feita em quartos !...  
Usam meia de seila apriemorada,  
Nas barrigas das pernas andam firtos...  
E assim quizera eu vêr os immortaes  
Arroyo, Franco, Dias e outros mais !

Cá vão os meus pretinhos ! Gente sã,  
Mestres d'alto vaioz em solfa bunda ;  
Tocam o afinadissimo *p'ra gram*  
No meio de tamanha barsfunda ! . .  
Oh ! De certo não foi idéa vã  
Escolher esta musica profunda...  
P'ra celebrar o santo — e, juntamente,  
Q tal Convento, salvador da gente.

E o Zé ficou devêras consolado,  
Pois que faz timbre em ser christão de chapa ;  
Rezou, mesmo na rua ajoelhado,  
E foi beber um litro de zurrapa :  
Depois, p'ra variar, cantou o fado  
Edisse a'lguem que até *pingou a capa*...  
Mas dormiu como um porco do Alemejo  
Quandocome bolota de sobejo.

VENANCIO.



A religião católica como mecanismo de controle social ficava evidenciada em um texto em forma poética que mostrava a fé do Zé Povinho, qualificado como um “puríssimo cristão”, que participava da procissão de São Jorge, inicialmente rezando de forma fervorosa, para, depois de exagerar na bebida, cair inebriado a dormir na rua.

A PARÓDIA. Lisboa, 11 jun. 1903.



A partir das homenagens realizadas nas páginas de *A Paródia* ao seu fundador, Rafael Bordalo Pinheiro, ao qual foi dedicada uma edição especial, a celebração permaneceu no número seguinte, com mais destaques para o artista português por meio de sete manifestações da arte caricatural criadas por outros desenhistas, em meio as quais, três delas, traziam a presença do Zé Povinho. A PARÓDIA. Lisboa, 18 jun. 1903.



No conteúdo de uma página que trazia várias notícias ilustradas com gravuras, a revista aos informes jornalísticos pelos quais a doença do sono estaria grassando na África Ocidental, diante do que o periódico demarcava que esse mal não se restringira apenas à região indicada e sim ao conjunto das colônias e da própria metrópole portuguesa, de modo que o país constituía uma verdadeira “soneca real” e, para corroborar com a tese, o Zé Povo dormitava tranquilamente.

A PARÓDIA. Lisboa, 18 jun. 1903.

N.º 27 — LISBOA, 16 DE JULHO

1.º ANO 93

# PARÓDIA

## COMEDIA PORTUGUEZA

**Publica-se às quintas-feiras**  
Toda a correspondência deve ser dirigida ao administrador da  
**PARÓDIA-COMEDIA PORTUGUEZA**  
**PREÇO AVULSO 20 RÉIS**  
Um mês depois de publicado 43 réis

**Redação e administração — RUA DO GREGIO LUSITANO, 66, 1.º**

**Assinaturas (pagamento adiantado)**  
Lisboa e provincia, anno 2.º anno 1.º semestre ..... 25000 rs  
Sempre de 6 meses ..... 25000 rs | Africa e India Portuguesa, anno 1.º semestre ..... 25000 rs  
Cobra-se por correio ..... 25000 rs | Estrangeiro, anno, 2.º semestre ..... 25000 rs

**NOTA:** — As assinaturas por anno e por semestre accoitam-se em qualquer data; tem por fim de começar sempre no 1.º de Janeiro, ou no 1.º de Julho

**EDITOR — CARDO CHAVES**  
**COMPOSIÇÃO**  
**Minerva Peninsular**  
R.ª, Rua de Avelar, 42  
**IMPRESSÃO**  
**Lithographia Artistica**  
Rua de Almeida, 32 e 34

### CARNET MONDAÏN

«Está a banhos no Suor-do-seu-Rosto, sua ex.ª o ContribuÏnte».

Referindo-se ao título de uma listagem da aristocracia belga, o hebdomadário mostrava o Zé Povo saindo do banho, com os vapores que emanavam e a água que caía da banheira sendo identificadas como alguns dos encargos que recaíam sobre a população, tanto que o personagem era identificado como “sua excelência, o contribuinte”.  
A PARÓDIA. Lisboa, 16 jul. 1903.



Um quadro histórico que cobria a formação portuguesa dos primórdios dos Oitocentos ao início dos Novecentos, o periódico abordava "o Zé Povinho na história", levando em conta os anos de 1801, 1820, 1832, 1836, 1851, 1891 e 1903, em meio aos quais o personagem alternava diferentes posturas, ora de letargia, ora de ação mais contundente, coincidindo esta com os momentos de convulsão sócio-política.

A PARÓDIA. Lisboa, 23 jul. 1903.

**Louvado seja Deus!**

Foguetes de bons tamanhos  
Vão p'los ares estalar,  
Porque os homens dos *amanhos*  
Foram todos tomar banhos  
Nas saízas ondas do mar.

Fugindo d'aquellas fragoas  
Do seu trabalho importuno,  
Vão esquecer-se de maguas  
E lavarem-se nas aguas,  
Por favor do deus Neptuno.

A lavagem sempre é bella  
Em qualquer occasião ;  
Mas perfeita só é ella  
Quando chega a ser barrella  
Que faz gasto de sabão.

Se em casos muito *sinistros*  
Se lavam umas ceroilas.  
Deve metter-se em registros  
A lavagem de ministros  
Cobertos de lentejoilas !

Ah ! quando findem a empreza  
De mergulhar o toutiço,  
Pés, mãos e mais natureza ...  
Limpos de grande e á franceza  
Farão um bello serviço !...

Confiança ! que é *chegado*  
O dia da *redempção* !...  
Sobre o trombone afinado,  
Rufe o tambor apressado,  
Pareça o bombo um trovão !

Quando cheguem esses *paes*,  
Já sem pó e sem bolor,  
Hão de parecer *christaes* ...  
E ninguem falará mais  
No tributo esfolador !...

Que o *Zé povinho* acompanhe  
A chegada festival  
Com zurrapa, e não Champagne...  
Sem policia que o apanhe,  
Sem sabre da *mancpal* !



Em texto apresentado em formato poético, o periódico se referia às providências normalmente tomadas para a realização de solenidades, diante das quais, reforçando a jocosidade, expressava que o desejo do Zé Povinho era vinculado ao dia em que pudesse festejar, sem temer os atos repressivos advindos da força policial e da guarda municipal.

A PARÓDIA. Lisboa, 30 jul. 1903.



O inexorável crescimento da dívida externa portuguesa foi representado por um balão que assumia o formato de um corpo feminino obeso, o qual não parava de subir, contando em seu cesto com a presença do responsável pelos temas fazendários e com o Zé Povo, que questionava em qual lugar viria a cair. A PARÓDIA. Lisboa, 13 ago. 1903.



Entre os efeitos da bebida e os desequilíbrios provocados pela eterna crise nacional com a qual ele tinha de conviver, o Zé Povinho ficava na dúvida se estes ou um tremor de terra que acabaram por levá-lo a cair rotundamente no chão.

A PARÓDIA. Lisboa, 20 ago. 1903.

**Pantana!**

A disciplina militar prestante  
Não se aprende, senhor, na phantasia!  
CAMÕES.

Os netos dos varões assignalados  
Que passaram alem da Taprobana,  
Na falta de inimigos declarados,  
Heroicos, brigar foram co'o Pantana:  
Innumeros balazos arrojados  
Estrugiram no ar com furia insana.  
E escapou só d'este combate bello  
Uma velha embrulhada n'um chinello.



Cheguei a recordar mais d'um combate  
N'aquella antiga Praça decantada,  
Onde o famoso D. José Serrate  
Deixava a população embasbacada:  
O deus, que a muitos mais a prôa abate,  
Pensou que os raios não vâliam nada...  
E Marte viu navios á bolina  
Lá do Alto de Santa Catharina.



Eu não gosto lá muito das batalhas  
Porque sou inimigo da matança,  
Venha ella p'ra desdoiro das navalhas,  
Ou para muito honrar a militança:  
Comtudo, peço duzias de medalhas,  
Alento á patriotica chibança...  
E que prova as antigas gabarolas  
De não sermos paiz de Maneis Bolas!



Assim como o francez tem *Marselheya*  
Da qual (e com razão) muito se ufana,  
Assim como por cá gimbrôu á teza  
A *Maria da Fonte* luzitana:  
Surja um maestro d'alta madureza  
Para o Hymno da Guerra do Pantana.  
E a letra eu a farei (vá dito á parte)  
Se a tanto me ajudar engenho e arte

BONIFÁCIO

Seguindo mais uma vez o formato poético, o periódico trazia a coluna intitulada “Pantana!”, na qual mais uma vez lançava o olhar saudoso sobre os tempos pretéritos lusos e a tradição bélico-militar que o país tivera, a qual foi se perdendo com aquilo que considerava como a desagregação nacional, restando, para a indignação do Zé Povo, com aquele atoleiro, marcado por dissipação, perda, ruína e desordem que teria se transformado Portugal. A PARÓDIA. Lisboa, 24 set. 1903.

**Parodia obrigada às palavras finais**

A vida evaporei na lida *insana*  
Que á vil galopinagem me *arrastava*;  
Com seiscentos diabos, eu *ulgava*  
Que aquillo dava tom á vida *humana*!

Entrincheirado em parvalheira *ufana*  
Julguei que o meu futuro se *dourava*;  
Mas, vendo a minha dignidade *escrava*,  
Fiquei tal qual o cão quando se *damna*!

Grandísimos patifes e *tyrannos*  
Se o premio das trapaças me não *coube*,  
Colhi muito tardios *Desenganos*.

Quando a Parca da vista a luz me *roube*  
Leva um pacovio . . . que estudou trinta *annos*  
E os grandes *gajos* conhecer não *soubel*!



A penúria e o desespero que, segundo o semanário, marcavam a população lusitana eram expressos no soneto “Paródia obrigada às palavras finais”, que fazia referências à vadiagem, às fraudes eleitorais e à parvoíce, em um quadro pelo qual o Zé Povinho perdera a dignidade e se comparava a um cão danado, entregue aos “grandísimos patifes e tiranos”, em alusão aos homens públicos portugueses.

A PARÓDIA. Lisboa, 1º out. 1903.



Na caricatura denominada "O nosso povo", o hebdomadário mostrava o Zé Povinho em dois tipos de trajes, o primeiro que lembrava aquele utilizado pelos britânicos, em referência ao amplo e duplamente secular predomínio sobre Portugal; e o segundo aos espanhóis, em alusão à busca por uma aproximação dos dois países ibéricos naquele início do século XX. Na legenda havia a indicação da proximidade com ingleses desde um passado longínquo e com os hispânico no futuro, prevendo que o mesmo ainda poderia vir a ocorrer com italianos ou franceses, demarcando ironicamente que os lusos constituiriam "positivamente um povo de braços abertos à civilização", ou ainda, sempre pronto a colocar-se sob a preeminência de outra nação.

A PARÓDIA. Lisboa, 12 nov. 1903.



Essa anunciada contiguidade com a Espanha aparecia também em ilustração que mostrava os percalços da orquestra da Sociedade Patriótica Primeiro de Dezembro, com destaque para a data alusiva de seu título, referente ao movimento de restauração lusa, que levou ao fim do denominado domínio hispânico, para que o conjunto preparasse um número que também trazia consigo o sentido daquela libertação lusitana, só que em homenagem aos espanhóis. Era uma situação tão inusitada que os músicos teriam utilizar as partituras de cabeça para baixo e, portanto, a música seria executada “de pernas para o ar”, tendo em vista “o melindre da situação”, a qual provocava gargalhadas de parte do Zé Povinho.

A PARÓDIA. Lisboa, 3 dez. 1903.



Ainda com relação a uma possível aproximação luso-hispânica, a folha ilustrada e humorística lisbonense mostrava que as fronteiras fortificadas militarmente separavam Portugal e Espanha, ao passo que o sentimento entre os dois povos estaria a uni-los.

A PARÓDIA. Lisboa, 10 dez. 1903.



N.º 49 — LISBOA, 17 DE DEZEMBRO

1.º ANO 1903

# PARÓDIA

## COMEDIA PORTUGUEZA

---

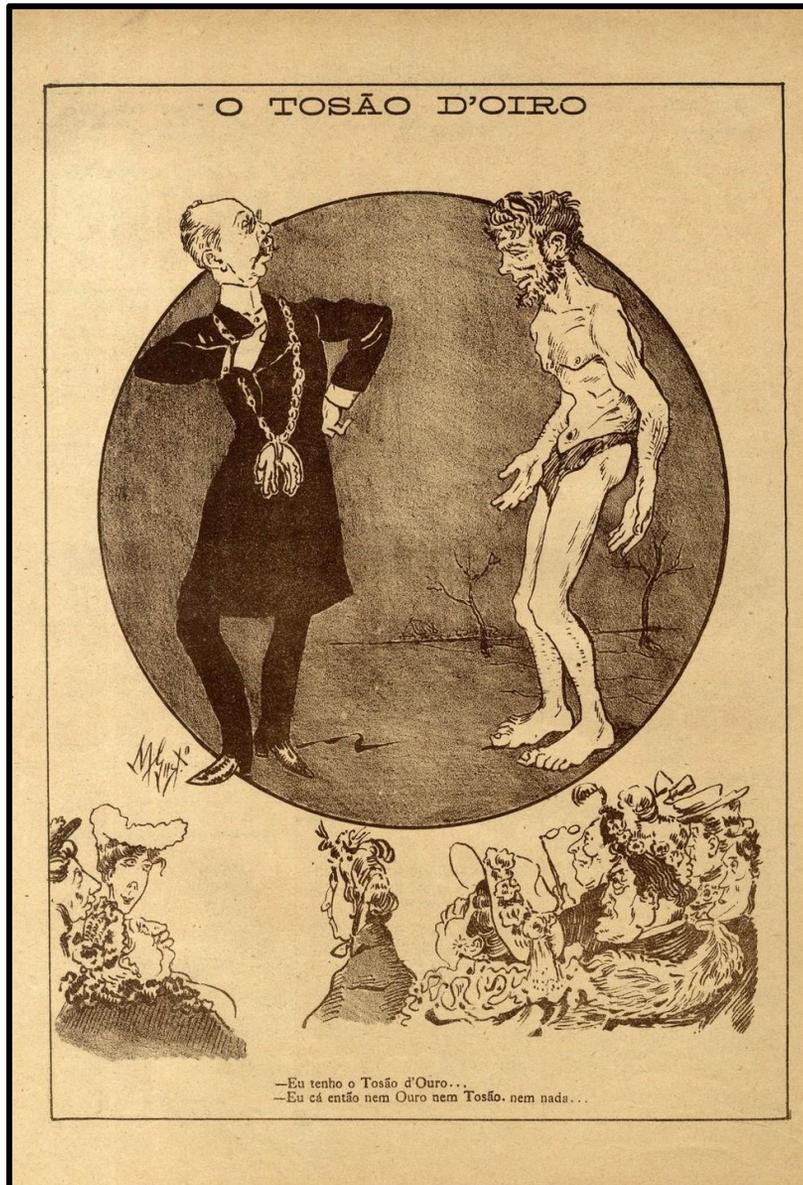
<p><b>Publica-se às quintas-feiras</b> Toda a correspondência deve ser dirigida ao administrador da <b>PARÓDIA-COMEDIA PORTUGUEZA</b> <b>PREÇO AVULSO 20 RÉIS</b> Um mês depois de publicado 40 réis</p>	<p><b>Redação e administração</b> — RUA DO CREMIO LUSITANO, 66, 1.º</p> <p><b>Assinaturas (pagamento adiantado)</b> Lisboa e provincias, anno 12 numb. 1800 rs.    <i>Brasils</i>, anno 12 numeros. . . . . 2500 rs Semestre, 50 numeros. . . . . 900 rs.    <i>Africa e India Portuguesa</i>, anno 12000 rs. Cobrança pelo correio. . . . . 3000 rs.    <i>Estrangeiro</i>, anno, 12 numeros. . . . . 18000 rs.</p> <p><small>NOTA.</small> — As assignaturas por anno e por semestre accoita-se em qualquer data, tem porém de começar sempre no 1.º de Janeiro ou no 1.º de Julho</p>	<p><b>EDITOR</b> — CANDIDO CHAVES <b>COMPOZIÇÃO</b> <b>Minerva Peninsular</b> 82, Rua do Norte, 82 <b>IMPRESSÃO</b> <b>Lythographia Artistica</b> Rua de Almada, 32 e 34</p>
--	--	--

**A NATUREZA E O HOMEM**



**Synthese das festas**

Levando em conta as atividades celebrativas típicas do mês de dezembro, em comemoração à restauração lusitana, uma caricatura intitulada “A natureza e o homem” apresentava as dificuldades que o mau tempo impusera aos festejos realizados em razão da efeméride, de modo que “a síntese das festas” teria sido a aristocracia monárquica, o clero e o Zé Povinho – em referência aos três Estados da época da Revolução Francesa – buscando defender-se da intempérie sob um enorme guarda-chuva. A PARÓDIA. Lisboa, 17 dez. 1903.



Mais uma vez levando em conta a visita do soberano espanhol a Portugal, houve uma referência ao Tosão de Ouro, reminiscência da mitológica grega vinculada a Jasão e os argonautas, que inspirara a criação de uma ordem honorífica hispânica homônima, a qual agraciara um governante luso, o qual se jactava diante do Zé Povo, que se encontrava desnudo e magérrimo, em sinal de suas precariedades, afirmando que, não tinha o tal Tosão de Ouro, e “nem ouro, nem tostão, nem nada”.  
A PARÓDIA. Lisboa, 17 dez. 1903.

N.º 60 - LISBOA, 24 DE DEZEMBRO

1.º ANO 1933

# PARODIA COMEDIA PORTUGUEZA

**Publica-se às quintas-feiras**  
Toda a correspondência deve ser dirigida ao administrador da  
**PARODIA-COMEDIA PORTUGUEZA**  
**PREÇO AVULSO 20 RÉIS**  
Um mez depois de publicado 40 réis

**Redação e administração** — RUA DO GREMIO LUSITANO, 66, 1.º  
**Assinaturas (pagamento adiantado)**  
Lisboa e provincias, anno 12 num. 12000 rs. || Brazil, anno 12 numeros ..... 25000 rs  
Severina, 30 numeros ..... 25000 rs. || Africa e India Portuguesa, a no 12000 rs.  
Cobrança pelo correio ..... 5000 rs. || Estrangeiro, anno, 12 numeros ..... 12000 rs.  
**NOTA** — As assinaturas por anno e por semestre acceptam-se em qualquer data; tem porém de começar sempre no 1.º de Janeiro ou no 1.º de Julho.

**EDITOR** — GABRIEL CHAVES  
**COMPOZIÇÃO**  
**Minerva Peninsular**  
82, Rua do Norte, 82  
**IMPRESSÃO**  
**Lithographia Artistica**  
Rua de Almada, 39 e 37

## A SORTE GRANDE

NO AR

EM TERRA



Saiu aos outros!...

CARICATURADO POR FRANCISCO DAS NEVES ALVES

A perúa

O Zé, a victima eterna  
Dos fados negros e crus,  
A' porta d'uma taberna  
Vê um rancho de perus.

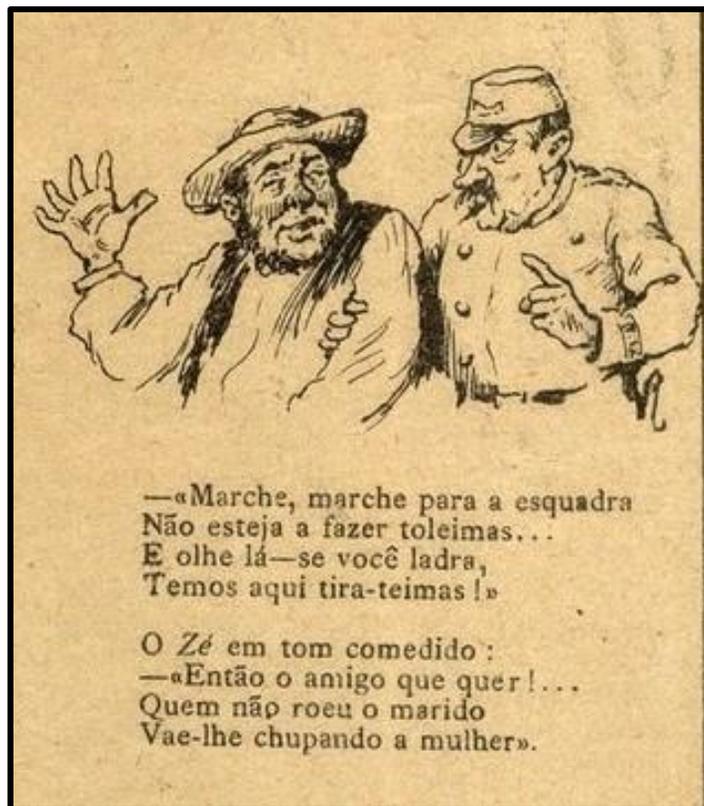
—«Oh ! que malvado destino,  
Trezentas vezes ingrato !...  
Os ricos comem do fino,  
Cá eu... carapau do gato !»

Apalpa numa algibeira  
Toma o seu tanto de pose  
E diz, mexendo no troco,  
—«Repita lá esta dóse.»



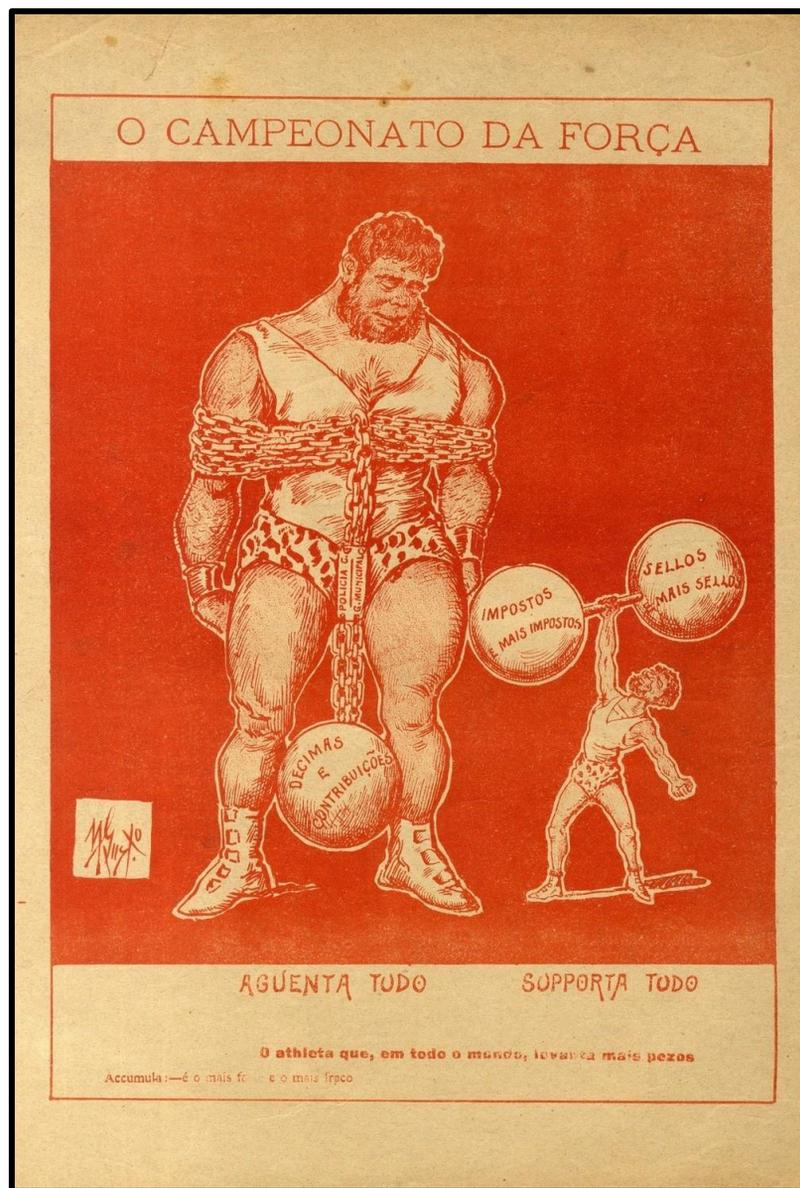
Estava de *embocadura*,  
E diz com voz muito prompta :  
—«Mate com outro a seccura  
Que inda não m'acho na conta.»

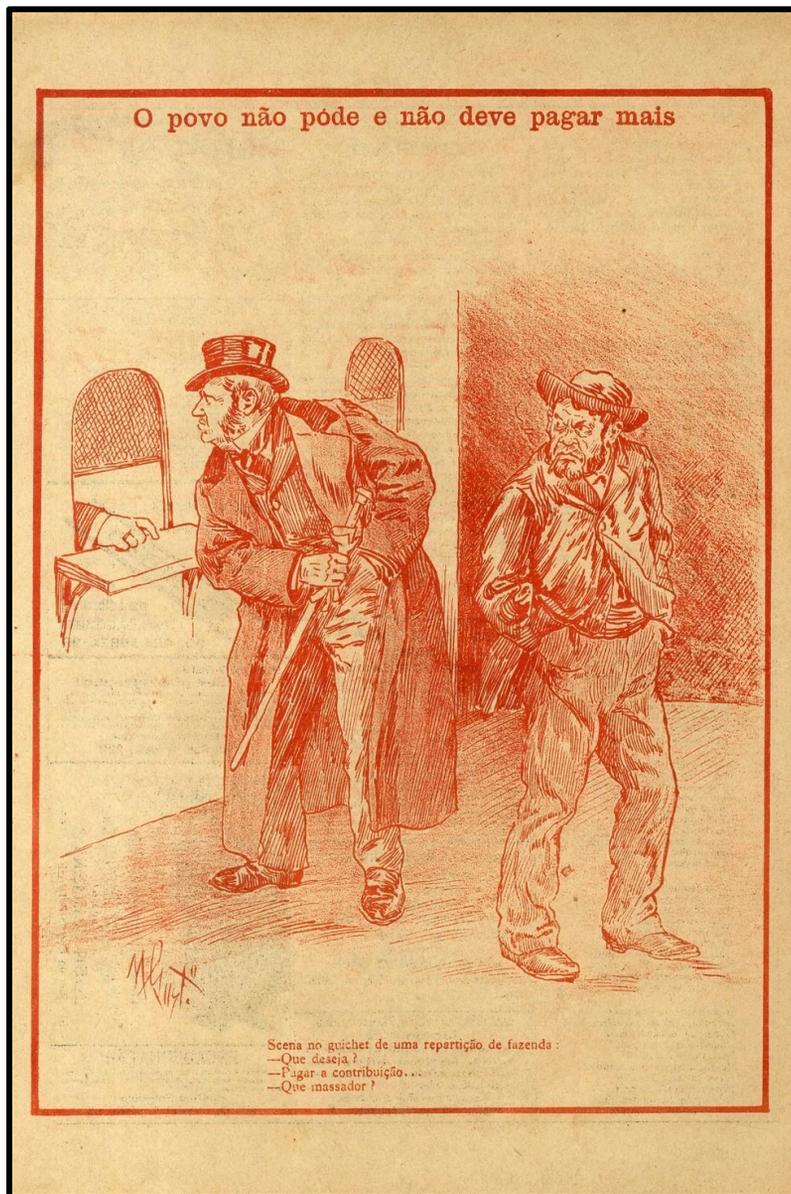
Novamente a tripa enfrasca  
Por na pinga achar delicia ;  
Faz zaragata na tasca,  
E que appareça a policia.



Também levando em conta as amplas dificuldades enfrentadas pelo Zé Povo, choroso, ele queixava-se de que “a sorte grande” não chegava para si, vindo a sair para os outros. O tema das precariedades aparecia ainda nos versos intitutados “Perua”, nos quais o Zé era demarcado como “a vítima eterna” do “malvado destino”, que garantia a continuidade das posses para os riscos e nada para ele, restando-lhe buscar afogar as mágoas por meio da bebida, mas até mesmo tal alternativa ficava eliminada, por lhe faltar dinheiro para pagar o lenitivo etílico, acarretando-lhe ainda um contratempo com a força policial.

A PARÓDIA. Lisboa, 24 dez. 1903.





No que tange às pesadas tributações que recaíam sobre a população, o Zé Povinho foi representado na ilustração “O campeonato da força”, na qual ele surgia figurando como dois halterofilistas de estaturas diferentes, que aguentavam e suportavam todo o peso das taxações e impostos que sustentavam a nação.

A PARÓDIA. Lisboa, 24 dez. 1903.

O periódico reivindicava que “o povo não pode e não deve pagar mais”, aparecendo o Zé indignado frente a uma seção de coleta de impostos.

A PARÓDIA. Lisboa, 21 jan. 1904.

2.<sup>o</sup> ANO 1904

N.º 62 — LISBOA, 17 DE MARÇO

# PARÓDIA

## COMEDIA PORTUGUEZA

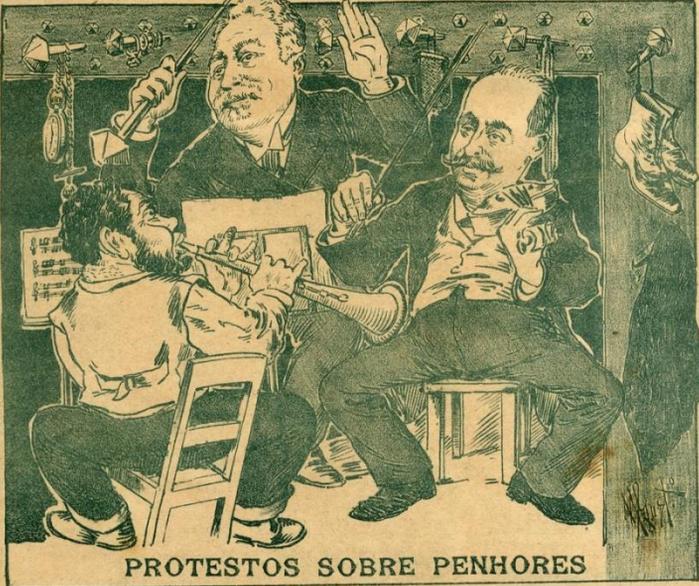
Publica-se às quintas-feiras.  
Toda a correspondência deve ser dirigida ao administrador da  
**PARÓDIA-COMEDIA PORTUGUEZA**  
PREÇO AVULSO 20 RÉIS  
Um vez depois de publicado 40 réis.

Redacção e administração — RUA DO GREGIO LUSITANO, 66, 1.<sup>o</sup>

**Assignaturas (pagamento adiantado):**  
Lisboa e provincia, anno 36 réis. 12000 rs. | Brazil, anno 36 réis ..... 25000 rs.  
Semestre, do mesmo ..... 2000 rs. | Africa e India Portuguesa, a mo 12000 rs.  
Cobrança pelo correio ..... 2000 rs. | Estrangeiro, anno, 36 réis ..... 3500 rs.

NOTA — As assinaturas por anno e por semestre accretam-se em qualquer data; tem porém de comecar sempre no 1.<sup>o</sup> de Janeiro ou no 1.<sup>o</sup> de Julho.

EDITOR — CÂNDIDO CHAVES  
COMPOSIÇÃO  
**Minerva Peninsular**  
32, Rua do Norte 82  
IMPRESSÃO  
**Lithographia Artistica**  
Rua do Almada, 33 e 34.



**PROTESTOS SOBRE PENHORES**



N.º 78 — LISBOA, 7 DE JULHO

2.º ANNO 1904

# PARÓDIA

## COMEDIA PORTUGUEZA

---

**Publica-se ás quintas-feiras**  
Toda a correspondência deve ser dirigida ao administrador da  
**PARÓDIA-COMEDIA PORTUGUEZA**  
**PREÇO AVULSO 20 RÉIS**  
Um mês depois de publicação 40 réis

**Redacção e administração — RUA DO GREGIO LUSITANO, 66, 1.º**

**Assinaturas (pagamento adiantado):**  
Lisboa e provincias, anno 32 num. 12000 rs. | Brazil, anno 32 numeros..... 12000 rs.  
Semestre, 36 numeros..... 6000 rs. | Africa e India, Portugal, e oit. 12000 rs.  
Cobrança pelo correio..... 5000 rs. | Estrangeiro, anno, 32 numeros..... 12000 rs.

**NOTA —** As assinaturas por anno e por semestre accionam-se em qualquer data; tem porém de começar sempre no 1.º de Janeiro ou no 1.º de Junho

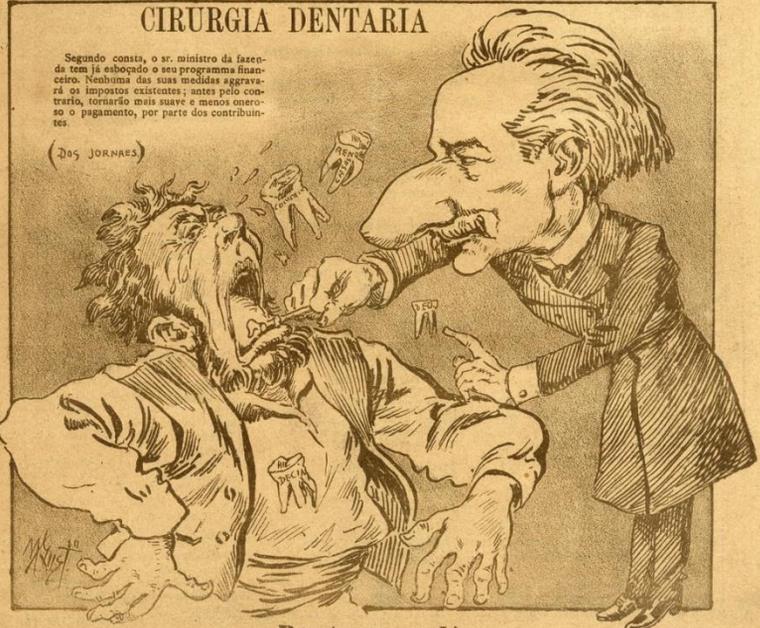
**EDITOR — CARLOS BRAVES**  
**COMPOZIÇÃO**  
**Minerva Pentasular**  
82, Rua do Norte, 82  
**IMPRESSÃO**  
**Lythographia Artistica**  
Rua de Almeida, 32 e 34

---

### CIRURGIA DENTARIA

Segundo consta, o sr. ministro da fazenda tem já elaborado o seu programma financeiro. Nenhuma das suas medidas agravará os impostos existentes; antes pelo contrario, fornecerá mais suave e menos oneroso o pagamento, por parte dos contribuintes.

(DOS JORNALIS)



**Dentes sem dor**

Em relação aos objetos de valor que ofertados ou tomados para segurança de alguma dívida ou contrato, houve a reivindicação quanto ao peso das cobranças quanto à devolução, com os “protestos sobre penhores” sendo designados como uma reclamação do Zé Povinho, ao tocar um instrumento de sopro.

A PARÓDIA. Lisboa, 17 mar. 1904.

A incredulidade da publicação quanto a uma promessa governamental de que não haveria aumento de impostos foi demonstrada com o responsável pela pasta da fazenda vários dentes do Zé, garantindo que a operação seria realizada “sem dor”.

A PARÓDIA. Lisboa, 7 jul. 1904.

2.<sup>o</sup> ANO 1904

N.º 66 - LISBOA, 14 DE ABRIL

# PARÓDIA COMEDIA PORTUGUEZA

**Publica-se às quintas-feiras**  
*Toda a correspondência deve ser dirigida ao administrador da*  
**PARÓDIA-COMEDIA PORTUGUEZA**  
**PREÇO AVULSO 20 REIS**  
Um mez depois de publicado 40 reis

**Relação e administração** — RUA DO GREGIO LUSITANO, 66, 1.º

**Assinaturas (pagamento adiantado)**

<i>Linha e provincias, anno 35 num.</i> 12000 rs.	<i>Brasil, anno 35 numero</i> ..... 2500 rs.
<i>Semestre, 30 numero</i> ..... 6000 rs.	<i>Africa e India Portuguesa, anno 12000 rs.</i>
<i>Cobrança pelo correio</i> ..... 3000 rs.	<i>Estrangeiro, anno, 35 numero</i> ..... 15000 rs.

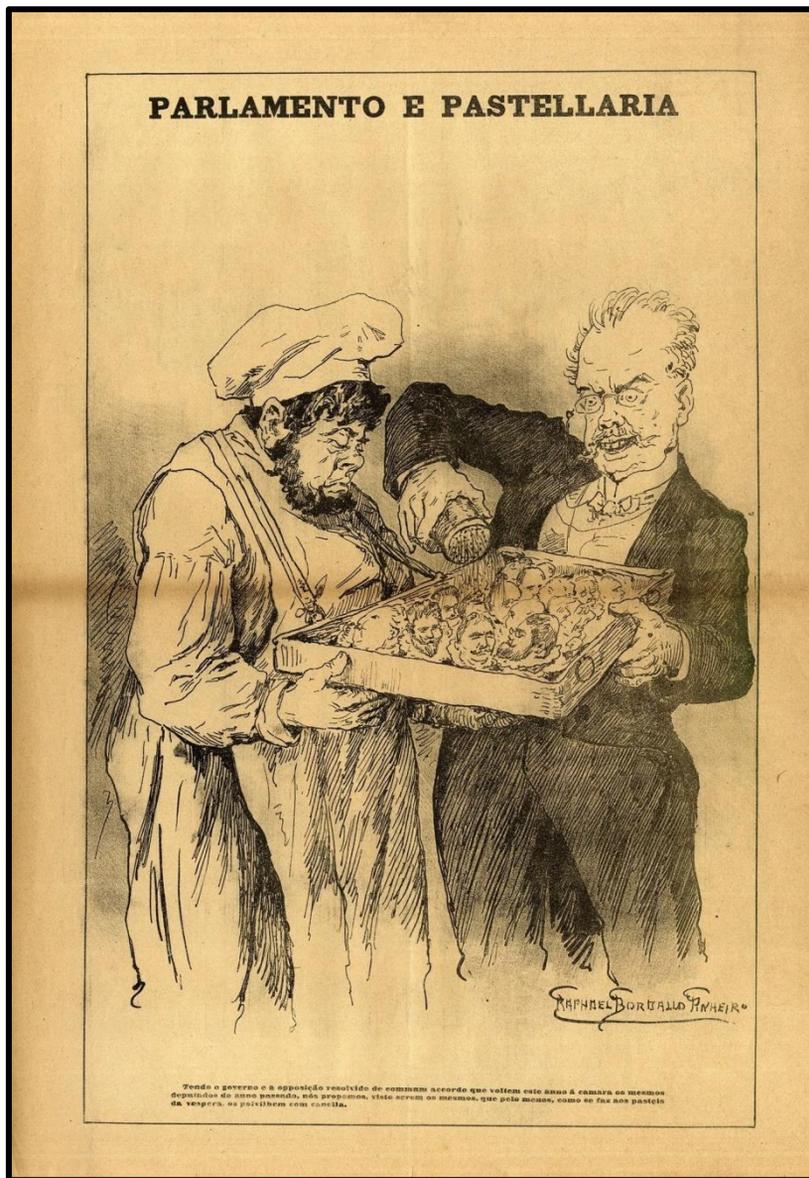
**NOTA** — As assinaturas por anno e por semestre accitam-se em qualquer data; tem porém de começar sempre no 1.º de Janeiro ou no 1.º de Julho

**EDITOR** — CARLOS CHAVES  
**COMPOSIÇÃO**  
**Minerva Peninsular**  
*82, Rua do Norte, 82*  
**IMPRESSÃO**  
**Lithographia Artistica**  
*Rua de Almada, 32 e 34*

## NOVA ENCARNAÇÃO DO POVO



**ZÉ POVINHO AERONAUTA**



3.<sup>o</sup>  
ANO  
\$05

N.º 106 — LISBOA, 19 DE JANEIRO

# PARÓDIA

## COMEDIA PORTUGUEZA

Publica-se às quintas-feiras  
Toda a correspondência deve ser  
dirigida ao administrador da  
**PARÓDIA-COMEDIA PORTUGUEZA**  
PREÇO AVULSO 20 RÉIS  
Um mez depois da publicação 40 réis

*Redação e administração — Rua dos Mourões, 37, 1.º*

**Assignaturas (pagamento adiantado)**  
Lisboa e provincias, anno 12 num. 1200 rs. | Paris, anno 12 numeros..... 2500 rs.  
Semestre, 60 numeros..... 600 rs. | Africa e India Portuguesa, anno 12000 rs.  
Cobrança pelo correio..... 500 rs. | Estrangeiro, anno, 12 numeros..... 1800 rs.

NOTA: — As assignaturas por anno e por semestre accendem-se em qualquer data;  
tem, porém de começar sempre no 1.º de Janeiro ou no 1.º de Julho

EDITOR — GABRIEL CHAVES  
COMPOZIÇÃO  
**Minerva Peninsular**  
23, Rua do Norte, 82  
IMPRESSÃO  
**Lythographia Artistica**  
Rua de Almada, 32 e 34

### SUFFRACIO UNIVERSAL

VOTO LIVRE      VARRERDO

A impossibilidade da ascensão social dos segmentos populares era tratada com a mão pesando na ironia e no sarcasmo, ao mostrar uma “nova encarnação do povo”, ou seja, o “Zé Povinho aeronauta”, que finalmente conseguiria ascender, mas somente por meio da prática do balonismo.

A PARÓDIA. Lisboa, 14 abr. 1904.

O Zé assumia também o papel de pasteleiro, sendo enganado pelos políticos, que lhe sonegavam até mesmo a escolha de seus representantes por meio do voto.

A PARÓDIA. Lisboa, 23 jun. 1904.

A sonegação do direito ao voto livre foi igualmente denunciada em caricatura na qual o eleitor se via obrigado a votar no candidato do governo.

A PARÓDIA. Lisboa, 19 jan. 1905.

N.º 79 — LISBOA, 14 DE JULHO

**2.º ANO**  
**1904**

# PARODIA

## COMEDIA PORTUGUEZA

**Publica-se ás quintas-feiras**  
*Toda a correspondencia deve ser dirigida ao administrador da*  
**PARODIA-COMEDIA PORTUGUEZA**  
**PREÇO AVULSO 20 RÉIS**  
*Um mez depois de publicado 40 reis*

*Redação e administração — RUA DO CREMIO LUSITANO, 66, 1.º*

**Assignaturas (pagamento adiantado):**

<i>Lisboa e provincias, anno 32 num.</i>	<i>12000 rs.</i>	<i>Brazil, anno 32 numeros.....</i>	<i>12000 rs.</i>
<i>Semestre, 16 numeros.....</i>	<i>2000 rs.</i>	<i>Africa e India, Portuguezes, a mo. 12000 rs.</i>	
<i>Cobrança pelo correio.....</i>	<i>2000 rs.</i>	<i>Estrangeiro, anno, 32 numeros.....</i>	<i>12000 rs.</i>

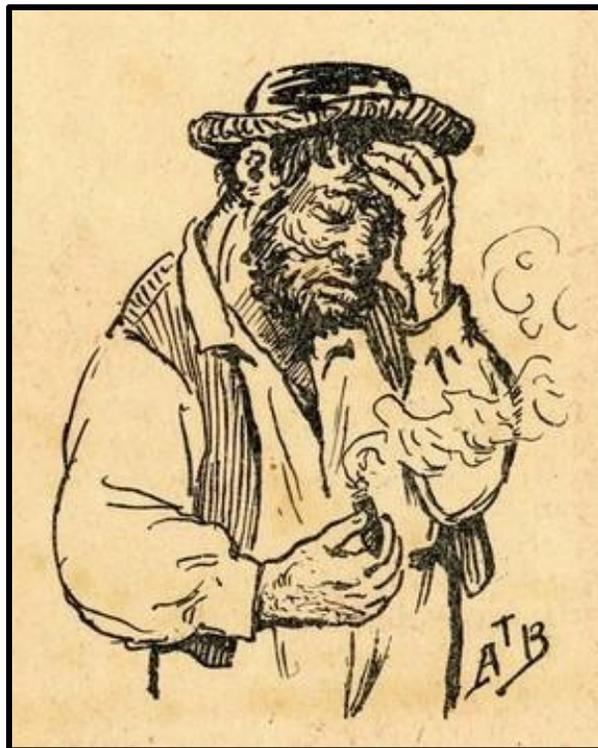
**NOTA:** — As assignaturas por anno e por semestre acceptam-se em qualquer data: tem prazos de comecçar sempre no 1.º de Janeiro, ou no 1.º de Julho.

**EDITOR — CANDIDO CHAVES**  
**COMPOZIÇÃO**  
**Minerva Peninsular**  
*Ex. Rua do Norte, 83*  
**IMPRESSÃO**  
**Lythographia Artistica**  
*Rua de Almeida, 32 e 34.*

### UMA HYPOTHESE

— Ai! que se ellas engatam o entalado sou eu!!!... —





As dificuldades socioeconômicas da população, com a agudização das taxas vinha também na questão dos fósforos e dos tabacos, com o Zé Povo prensado entre dois vagões, que poderiam “entalá-lo” definitivamente.

A PARÓDIA. Lisboa, 14 jul. 1904.

A discussão na Câmara dos Deputados acerca dos contratos do tabaco contou com o olhar irônico do semanário por meio de uma crônica, com destaque para os participantes do debate, mais interessados na projeção de seus nomes do que nos interesses nacionais, em um quadro pelo qual o Zé Povinho iniciava apreciando seu fumo, para depois mostrar a desilusão com a situação do país.

A PARÓDIA. Lisboa, 25 ago. 1905.

A PARÓDIA E A PERMANÊNCIA DO ZÉ POVINHO NA VIRADA DO SÉCULO XIX AO XX





Após a morte de Bordalo Pinheiro e a interrupção na circulação de *A Paródia*, a retomada de sua publicação foi marcada por uma edição especial em homenagem ao prócer da arte caricatural lusitana, em meio a qual houve a reprodução da tradicional figura do Zé Povinho apresentada originalmente no *Álbum das glórias*.

A PARÓDIA. Lisboa, 10 fev. 1905.

Outra homenagem póstuma foi prestada no centenário do falecimento do poeta português Manuel Maria Barbosa du Bocage, em alegoria na qual ele era recepcionado nos céus, por Camões, sendo celebrado com a imortalidade ofertada pela representação do tempo e pelo Zé Povo.

A PARÓDIA. Lisboa, 22 dez. 1905.

N.º 122 — LISBOA, 2 DE JUNHO

5.º ANNO 1915

# PARODIA

FUNDADOR  
RAFAEL BORDALLO PINHEIRO

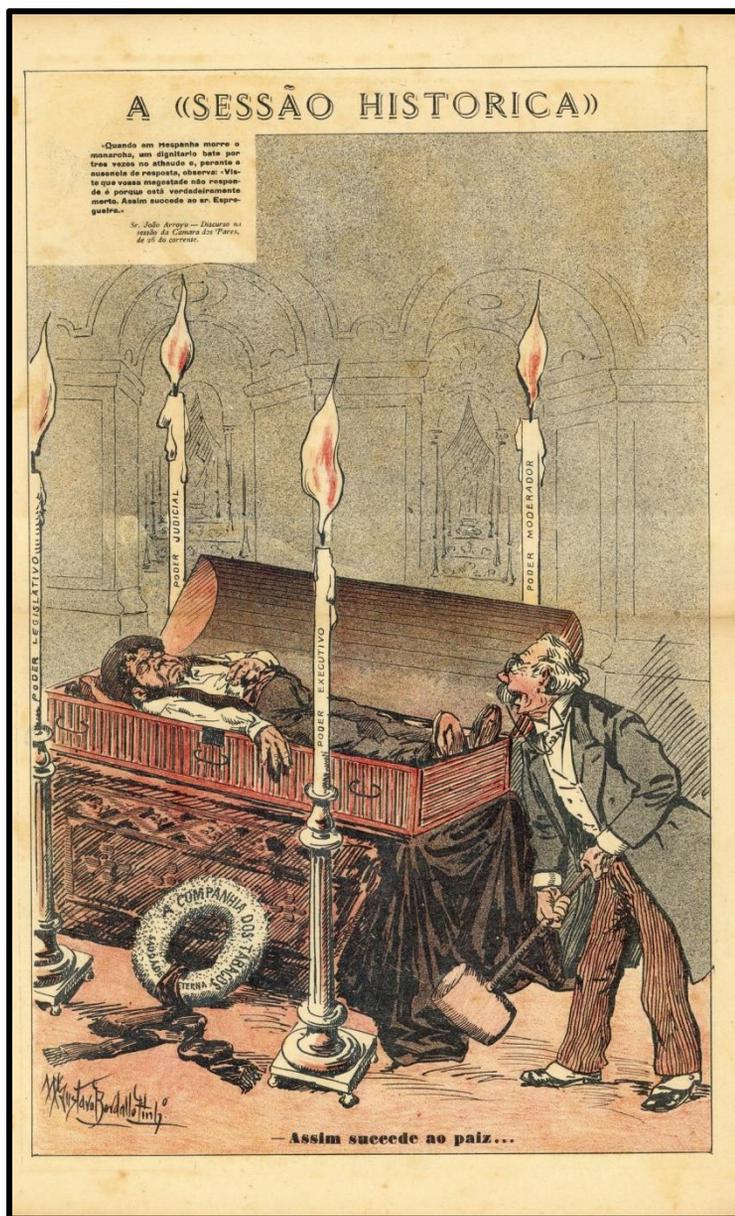
Publica-se às sextas-feiras  
Toda a correspondência deve ser dirigida ao administrador da  
**PARODIA**  
PREÇO AVULSO 40 RÉIS  
Um mez depois de publicado 80 réis

Redação e administração — Rua dos Mouros, 37, 1.º  
Assinaturas (pagamento adiantado)  
Lisboa e provincias, anno 12 num. 28000 rs. | Brazil, anno 12 num. 52000 rs.  
Semestre, 20 num. 14000 rs. | Africa e India/Portugalia, anno 20000 rs.  
Cobrança pelo correio ..... 2000 rs. | Extraneo, anno 22 num. 38000 rs.

EDITOR — CARDIDO CHAVES  
COMPOSIÇÃO  
Minerva Peninsular  
89, Rua do Norte 62  
IMPRESSÃO  
"A EDITORA"  
L. Conde Barão

JARDIM ZOOLOGICO... POLITICO

O Grande Camello



O peso referente aos custos do aparelho do Estado lançado sobre os ombros da população era o destaque da caricatura “Jardim zoológico... político”, na qual o Zé Povo era metamorfoseado no “grande camelo”, em cujas costas eram colocados vários fardos correspondendo aos dois principais partidos monárquicos e a todas as contribuições que recaíam sobre o povo.

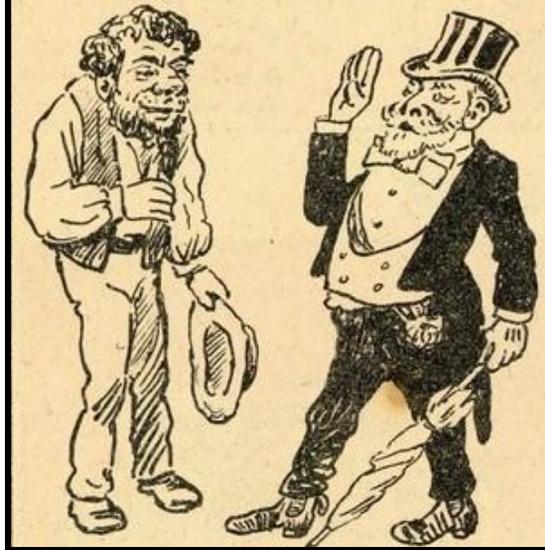
A PARÓDIA. Lisboa, 2 jun. 1905.

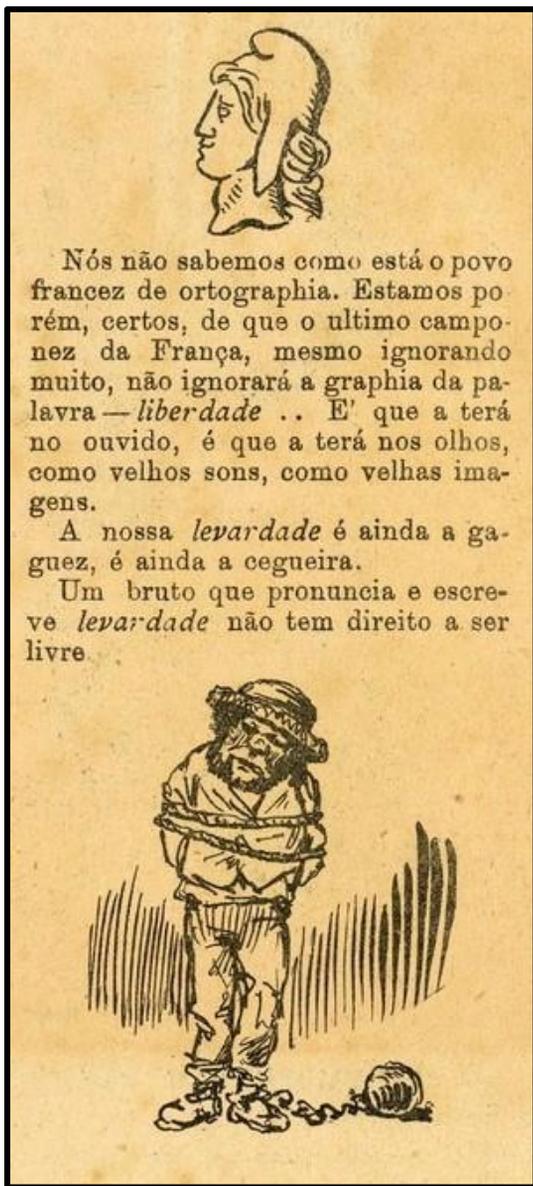
O periódico chegava a prever a morte do Zé Povinho, causada pela ação dos quatro poderes que norteavam o país e abandonavam a população em geral.

A PARÓDIA. Lisboa, 2 set. 1905.

## Loubet em Lisboa, ou factos e doutrinas

O annuncio da vinda do presidente Loubet a Lisboa parece ter alvoroçado as instancias superiores, porque de todos os lados os jornaes accodem a aconselhal-as a que recebam o chefe do Estado francez com as mesmas honras com que receberam os que o antecederam e «sem a menor differença de tratamento.»





Nós não sabemos como está o povo francez de ortographia. Estamos porém, certos, de que o ultimo camponez da França, mesmo ignorando muito, não ignorará a graphia da palavra — *liberdade* . . E' que a terá no ouvido, é que a terá nos olhos, como velhos sons, como velhas imagens.

A nossa *levardade* é ainda a gaguez, é ainda a cegueira.

Um bruto que pronuncia e escreve *levardade* não tem direito a ser livre.

A presença do Presidente da França Émile Loubet em Portugal serviu para agitar o espírito republicano e as discussões quanto à forma de governo na capital lusa, refletindo *A Paródia* acerca de tal episódio. Já no anúncio da visita, o periódico imaginava o chefe de Estado sendo recebido pelo Zé Povinho e tecia considerações que a recepção ao visitante teria de ser da mesma natureza àquela destinada aos governantes de nações monárquicas.

A PARÓDIA. Lisboa, 22 set. 1905.

Tal ocasião serviu também para a discussão sobre os limites da liberdade em Portugal, em crônica na qual figuravam a dama do barrete frígio – símbolo do republicanismo – e o Zé Povo amarrado e agrilhado.

A PARÓDIA. Lisboa, 6 out. 1905.

6 PARODIA

## A INCURIA

Parece que foi posta de parte a idéa de fazer transportar o presidente Loubet, de Cintra a Cascaes, em automovel, porque «fazendo-o — explica um jornal — o presidente correria grande perigo, tal o estado deploravel a que a Incuria deixou chegar a estrada que conduz de uma villa á outra.»

Quem não conhecer os segredos da lingua portugueza e, mais do que os segredos da nossa lingua, os segredos dos nossos costumes, deve dar voltas ao niolo antes de comprehender o que signifique esta palavra — *Incuria*?

A estrada de Cintra a Cascaes, por exemplo, encontra-se em tal estado de abandono que não é possível transitar por ella sem perigo.

Á quem attribuir este desmazelo? Naturalmente a um funcionario, ou a um grupo de funcionarios.

Sendo a Incuria responsavel por este como por tantos outros males, a Incuria não pode ser um facto. A Incuria deve ser um homem ou mais, ou — quem sabe? — uma mulher.



A estrada em questão não está intransitavel, graças ao desleixo da Camara Municipal de Cascaes, ou ao da Camara de Cintra.

A estrada em questão está assim — graças á Incuria.

O que pensará o individuo extranho á nossa lingua e aos nossos costumes? Que a Incuria é o mais relaxado dos nossos funcionarios publicos e que é verdadeiramente espantoso que o Estado não o tenha já, senão processado, pelo menos posto no andar da rua.

Em Portugal — eis o facto — não se exigem responsabilidades concretas em materia de desordem administrativa. Lançam-se todas para as costas abstractas da Incuria, que nunca é realmente um homem, mas realmente um facto.

D'ahi, o possivel equivoco.

A Incuria deixou a estrada de Cascaes a Cintra no mais deploravel abandono, mas a Incuria — que a não procure o estrangeiro para lhe exigir responsabilidades! — não está em parte alguma.

Em rigor mesmo a Incuria não está nos cadernos da administração. A Incuria não tem ordenado. A Incuria trabalha de graça.

Que o estrangeiro passe em revista o quadro dos funcionarios possivelmente responsaveis pelo abandono da estrada de Cintra a Cascaes, que os chame, que os interrogue, que os interpele.

Nenhum foi culpado d'esse abandono, porque d'esse abandono só foi culpada — a Incuria.

Venha a Incuria!

Ah! a Incuria nunca apparece.

Toda a gente é a Incuria e ninguém o é.



Quer ver se a Incuria?

Aqui estão as columnas do velho Caes das Columnas falando nos — da Incuria.

No Caes das Columnas havia duas columnas.



Essa era a razão porque o referido caes se chamava assim, embora o sr Camello Lampreia se chame camello e lampreia sem comtudo ser uma coisa ou outra.

O que não succede, porem, com respeito aos homens succede com respeito aos factos. Quando um facto tem um nome é porque tem as suas razões para o ter.



A visita do Presidente Loubet serviu também para que o semanário denunciase aquilo que considerava como má administração pública de Portugal, como no caso da crônica intitulada "A incúria" que apontava que, em um passeio com a autoridade pública francesa, fora evitada um estrada, tendo em vista o "estado deplorável em que a mesma se encontrava". Ao longo da discussão sobre o tema, a matéria era ilustrada com diversas gravuras, dentre elas se fez presente também o Zé Povinho, também pensando sobre a "incúria" governamental.

A PARÓDIA. Lisboa, 13 out. 1905.

## DEPOIS DA FESTA

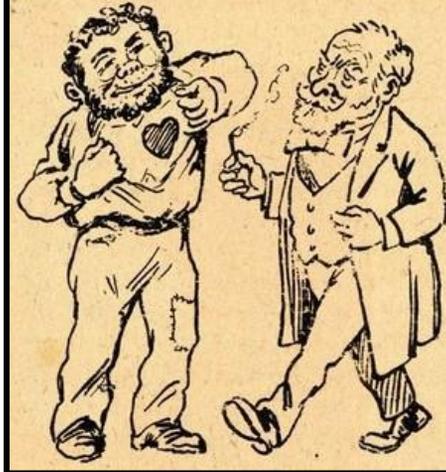
Não nos compete a nós verificar se as manifestações do povo de Lisboa podem ser interpretadas em sentido republicano.

Esse exame está sendo feito pela imprensa conservadora, da opposição, já se vê, porque a imprensa do governo nunca julga opportuno entregar-se a semelhante verificação.

As manifestações a Loubet foram-nos a nós particularmente gratas, porque foram um momento de sinceridade, no meio de um ambiente de hypocrisia que é aquelle que ha muito tempo respiramos.

Dizer o que se pensa, mostrar o que se sente, ha quanto tempo succedia isto em Portugal !

Loubet teve o privilegio de reacender nos corações a chamma da sinceridade.





Seguindo a tendência antimonárquica que orientava a publicação, a revista mostrou o Zé mostrando ampla admiração pelo homem público francês, em coluna intitulada “Depois da festa”, que valorizava efusivamente a vitória daquele estadista. Ao mesmo tempo, o hebdomadário mais uma vez criticava a falta de liberdade no país com a pesada repressão governamental, em um quadro pelo qual o Zé Povinho trazia bandeiras francesas no chapéu e cantava A Marselha, para, em seguida, ter os seus direitos sonegados, a partir da violência policial.

A PARÓDIA. Lisboa, 3 nov. 1905.

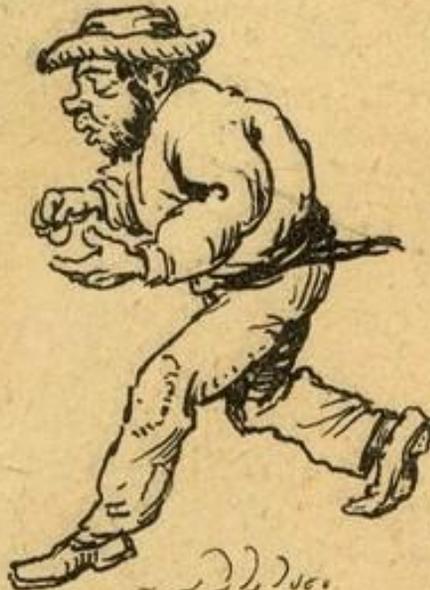
### **Aviso aos senhores contribuintes**

Terminou já a prorrogação do prazo concedido pelo governo para o pagamento das contribuições.

Passado o dia 30 de novembro as contribuições serão relaxadas.

É o unico ramo da actividade portugueza em que não se admitte relaxações.

No mais, é o que se sabe.





Os ideais de liberdade que supostamente poderiam advir da implantação da forma republicana, aguçados pela visita do líder francês logo colidiam com a realidade que cercava a população, mormente quanto ao pagamento das contribuições, aparecendo o Zé Povo apressado e contando as moedas para realizar o pagamento.

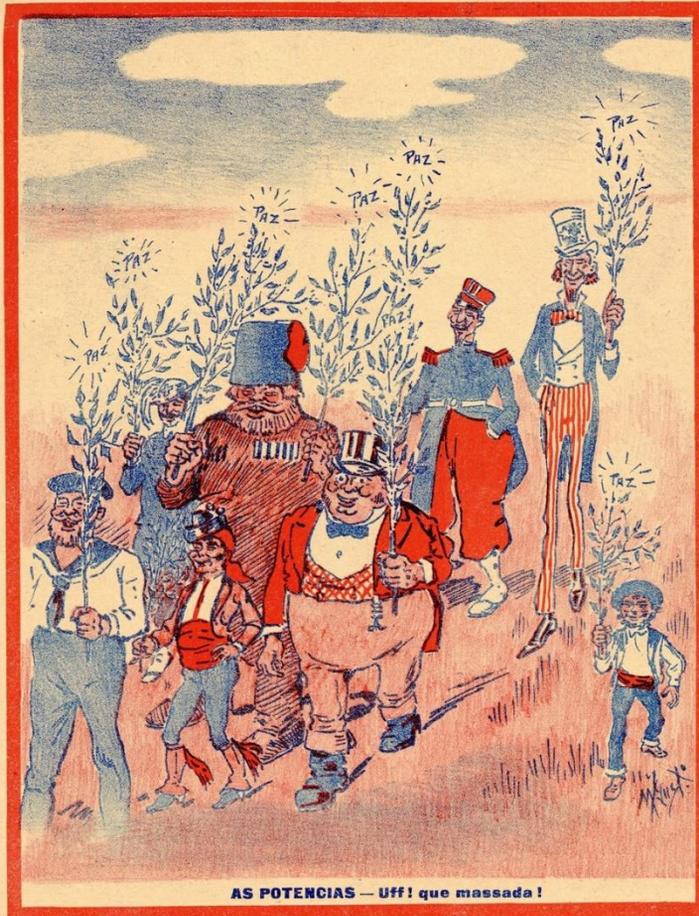
A PARÓDIA. Lisboa, 13 out. 1905.

De acordo com o periódico, ao menos o sonho poderia permanecer, não é para menos que o Zé Povinho aparecia dormindo e sonhando com os tempos áureos da nação lusa, em referência à época da restauração, imaginando que ainda não chegara "o dia da redenção", que, de acordo com a concepção da folha, viria com a república.

A PARÓDIA. Lisboa, 1º dez. 1905.



## A VOLTA D'ALGECIRAS

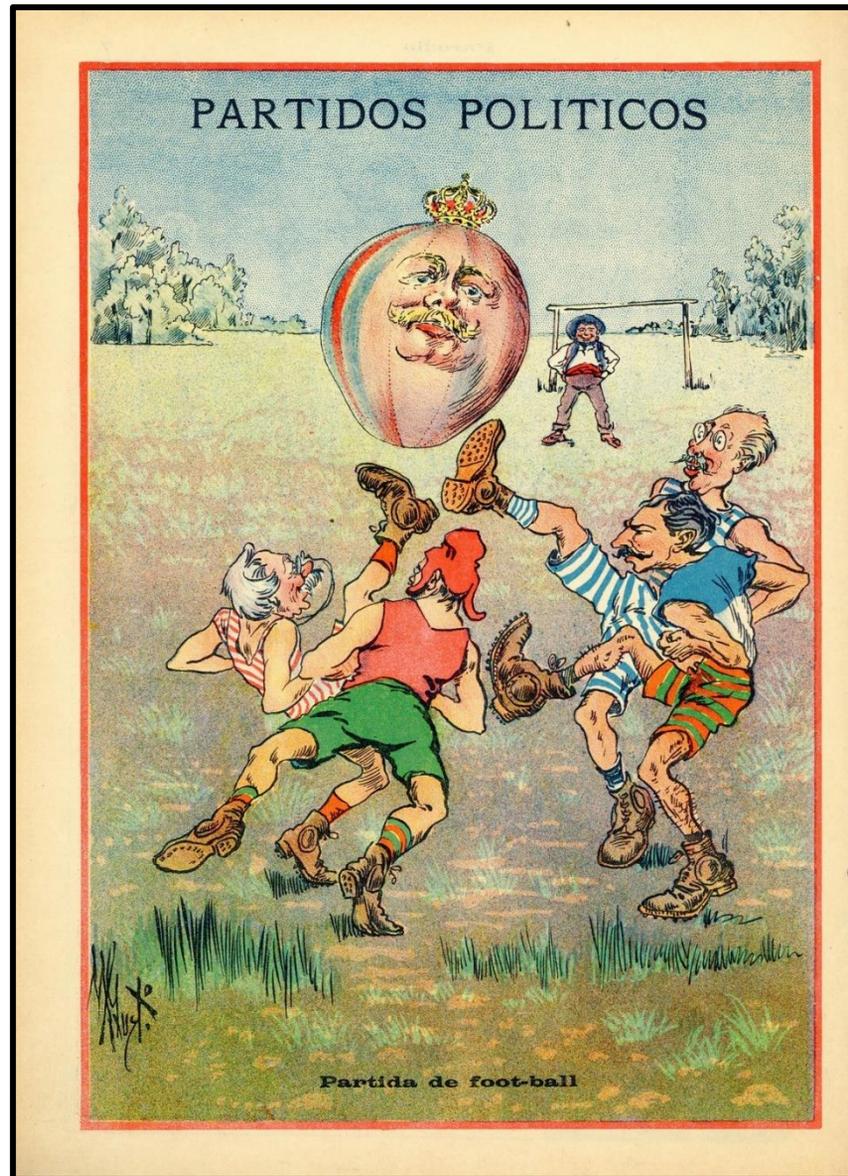


Já no penúltimo ano de existência de *A Paródia*, a presença do Zé Povinho tornou-se significativamente restrita. Ele apareceu rindo do “mau governo” luso que destruíra o aparelho do Estado que assumia a feição de um automóvel.

A PARÓDIA. Lisboa, 23 mar. 1906.

Em outra de suas presenças demonstrava preocupação com o avanço das potências, as quais, ironicamente, carregavam ramos de palmeira, um símbolo da paz, que parecia cada vez mais improvável.

A PARÓDIA. Lisboa, 14 abr. 1906.





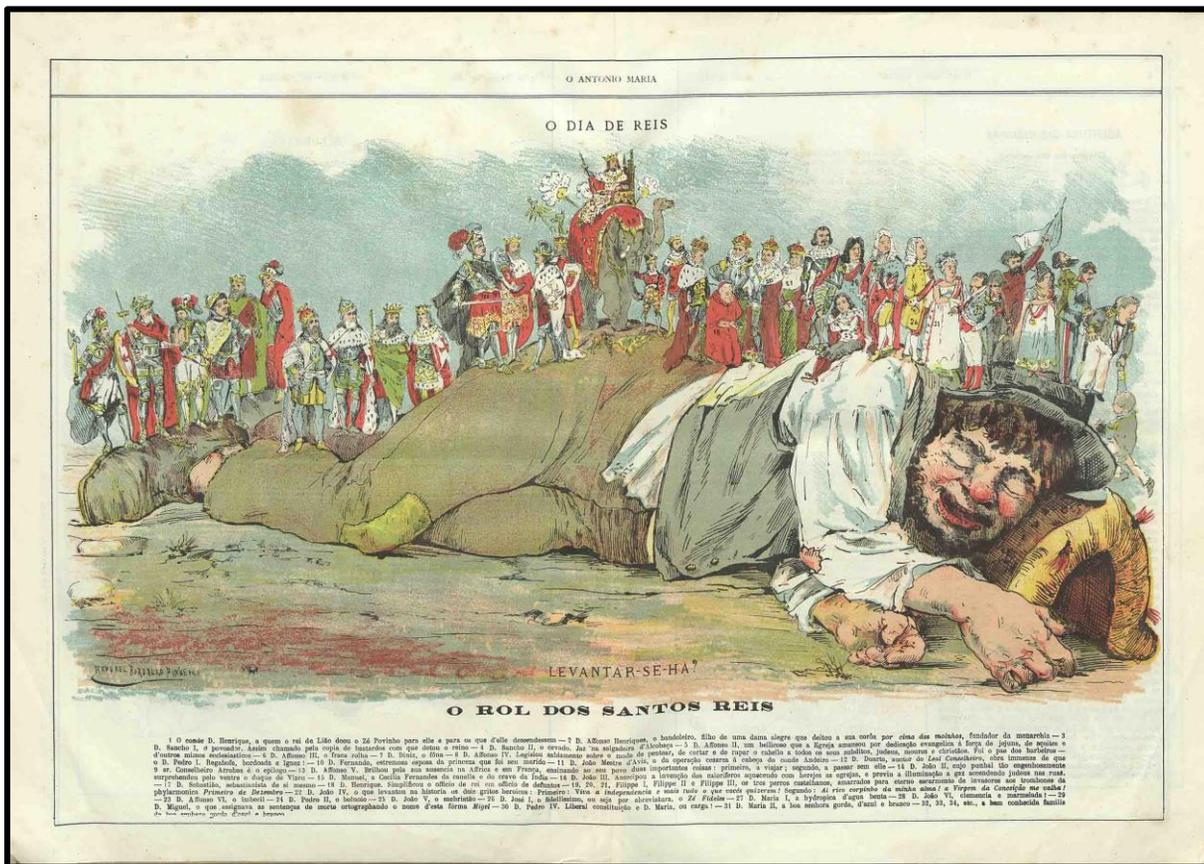
Jocosamente tratando de uma cena esportiva, o Zé Povo assistia os partidos políticos em uma disputa de futebol, transformando a monarquia portuguesa em uma bola que era alvo de seus chutes.

A PARÓDIA. Lisboa, 3 nov. 1906.

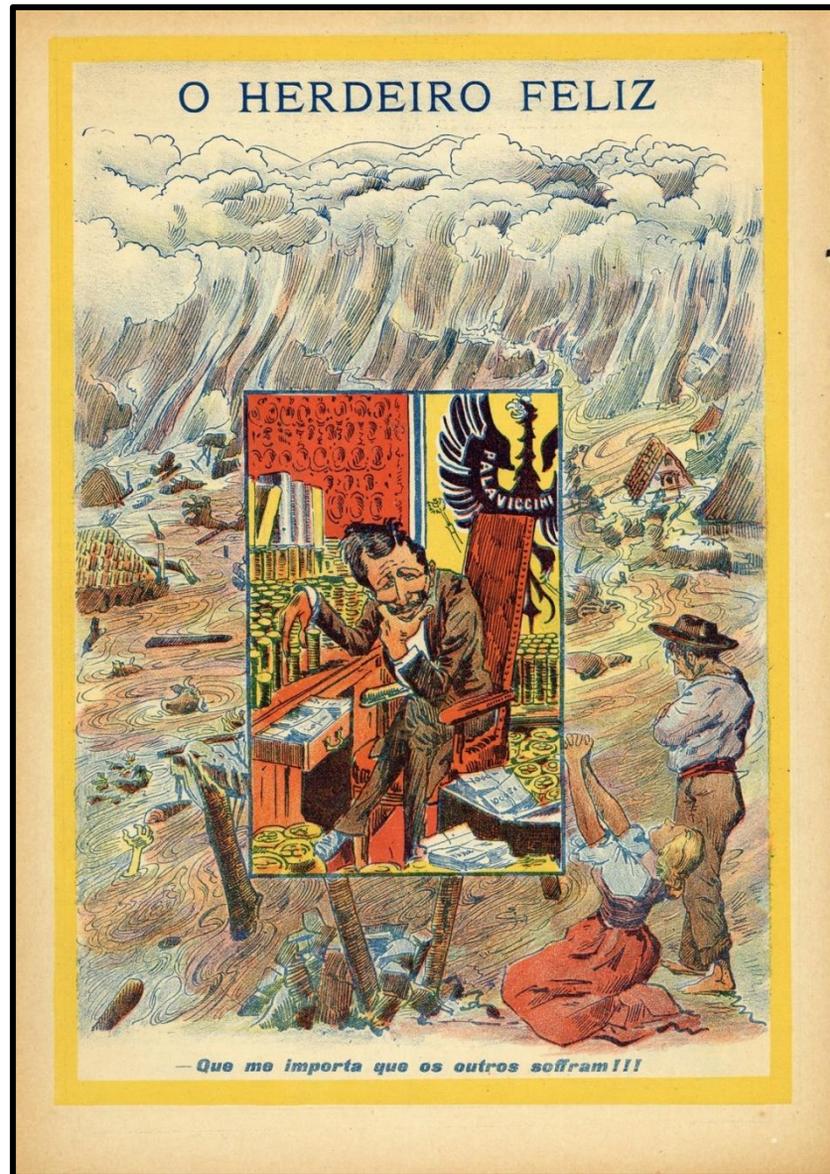
Finalmente ele era mais uma vez vítima da violência e repressão governamental, com seu corpo atirado ao chão, ensanguentado sob o olhar dos estadistas.

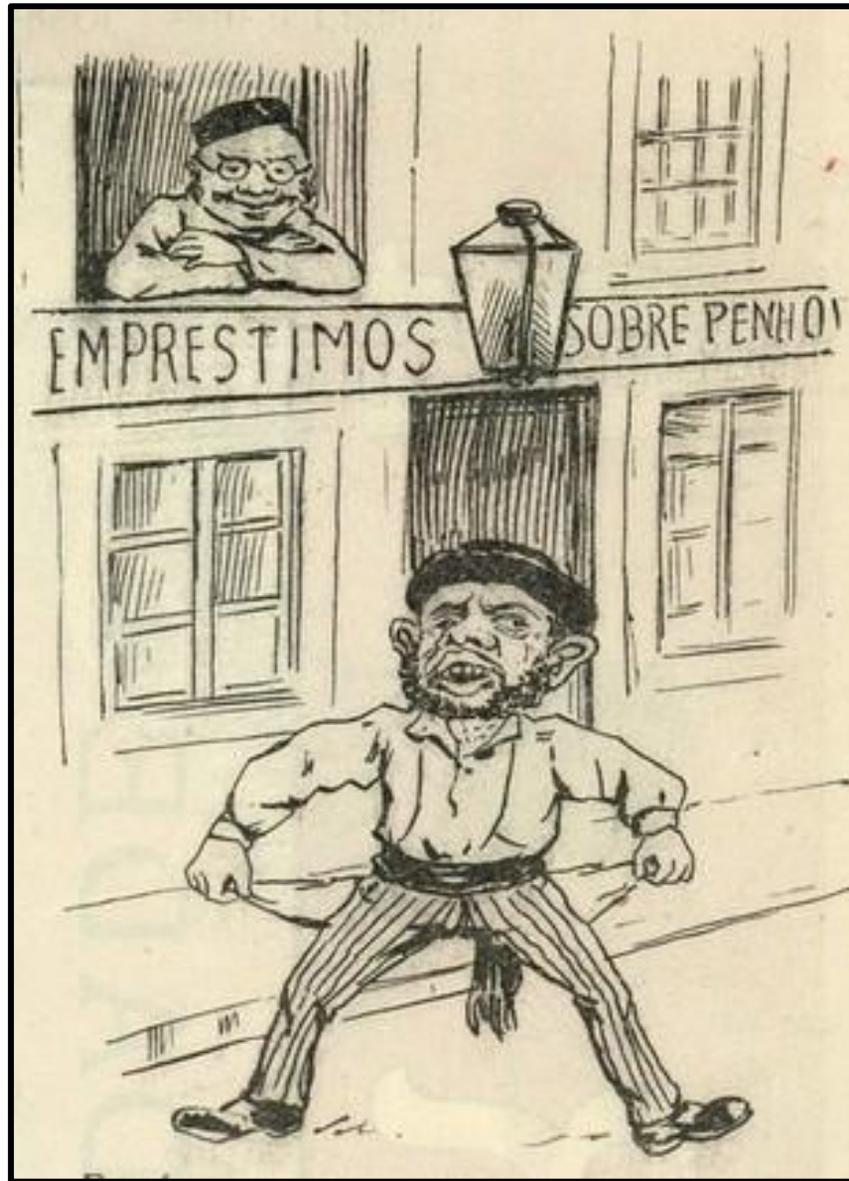
A PARÓDIA. Lisboa, 7 dez. 1906.





Edição original da caricatura.  
O ANTÔNIO MARIA. Lisboa, 6 jan. 1881.







16 mar. 1907.

Já na crônica intitulada "Miudezas", que discutia o custo e a distribuição de alimentos no comércio da capital, restava ao Zé, faminto e sem dinheiro, roer um osso, como forma de prover sua alimentação.

A PARÓDIA. Lisboa, 11 maio 1907.

Em uma das últimas presenças do Zé Povinho nas páginas de *A Paródia*, ele observava com amargura o desespero da nação portuguesa frente ao desinteresse dos estadistas quanto ao sofrimento da população.

A PARÓDIA. Lisboa, 23 fev. 1907.

Sem qualquer tipo de recurso, o Zé Povo se via como vítima fácil para a cobiça do negociante de empréstimos e penhores.

A PARÓDIA. Lisboa,

Assim, *A Paródia* representava o conjunto da nação lusa, em um quadro pelo qual em suas páginas houve a presença de governantes e governados, como no caso dos ministros do reino e do próprio Zé Povinho, bem como de hábitos e mentalidades, aspectos socioculturais, vertentes artísticas e lúdicas, de maneira que aquilo que estava em causa era a sociedade portuguesa como um todo, simbolizada pela capital, que simbolizava o microcosmo de onde tudo irradiava<sup>30</sup>. O personagem que designava o povo lusitano permaneceu como uma figura recorrente nas páginas do semanário, servindo para apresentar as limitações sociais, econômicas, políticas e culturais que eram impostas à população portuguesa. Ele trazia consigo o caráter mais vinculado à submissão, não chegando a se manifestar com uma postura mais contundente e reivindicatória, como em outras revistas organizadas por Bordalo Pinheiro, advindo tal comportamento não só de certa resignação que caracterizava a sociedade lusa de então, mas, com ainda maior ênfase, ao contexto repressivo, policial e censório da época que cerceava a níveis baixíssimos as possibilidades de livre expressão do pensamento e mesmo da liberdade de imprensa. Ainda assim, por meio da crítica, do humor, da ironia, da sátira e do sarcasmo, o Zé Povo ainda conseguia traduzir muito da insatisfação que caracterizava os portugueses naqueles derradeiros anos do modelo monárquico.

---

<sup>30</sup> LOPES, 2005. p. 37.



A Coleção Documentos tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.



# Coleção Documentos

A **Coleção Documentos** tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.

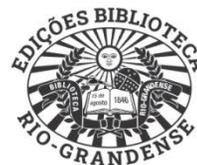
CENTRO DE  
LITERATURAS  
E CULTURAS  
LUSÓFONAS  
E EUROPEIAS  
**CLEPUL**  
Faculdade de Letras da  
Universidade de Lisboa



**FCT**  
Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia



**BIBLIOTECA  
RIO-GRANDENSE**



[edicoesbibliotecariograndense.com](http://edicoesbibliotecariograndense.com)



9 786553 060487

**IBSN: 978-65-5306-048-7**